



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Relações intergeracionais no combate à exclusão social:
Avaliação de necessidades numa perspetiva multi-informante**

Carla Branco

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Marta Gonçalves, Professora Auxiliar Convidada, ISCTE-IUL

Junho 2014

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Relações intergeracionais no combate à exclusão social:
Avaliação de necessidades numa perspetiva multi-informante**

Carla Branco

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:
Doutora Marta Gonçalves, Professora Auxiliar Convidada, ISCTE-IUL

Junho 2014

Agradecimentos

Como seres sociáveis que somos, vivemos em constante interação e foi em interação que esta dissertação se construiu, com o suporte e as influências de várias pessoas que de algum modo contribuíram para este trabalho. Este espaço existe para marcar a minha gratidão a essas pessoas.

À professora Marta Gonçalves, com quem comecei a dar os primeiros passos na investigação social, e que orientou esta dissertação com as suas críticas e sugestões enriquecedoras. Obrigada pelas oportunidades, pela motivação e tempo disponibilizado.

À professora Eveline Monteiro pelo carinho, pela sabedoria, e pelo entusiasmo e apoio constantes. É sempre um prazer e uma inspiração ouvi-la. Obrigada por me incentivar e me ter ajudado sempre a seguir o meu percurso académico.

Às minhas queridas colegas de investigação, pelas ideias, dúvidas e angústias partilhadas ao longo do ano. Obrigada pelo carinho, pela força e pelo incentivo. Sem vocês esta aventura não teria sido tão positiva e mentalmente saudável.

A todos os participantes, jovens, séniores e profissionais, que aceitaram participar neste estudo e se disponibilizaram para me ajudar a concluir esta etapa, sem a vossa ajuda não seria possível.

À Sílvia pela amizade de muitos anos, pelo afeto, pela troca de ideias, pela sensibilidade e consciência crítica, que enriquecem ainda mais o meu conhecimento e a minha vida. Obrigada pela tua ajuda e pelo teu interesse em relação ao meu trabalho, pelo teu amor e amizade.

À Nilia pela esperança, fé e força que me transmite, pela sua amizade e carinho ao longo de tantos anos, que alegra e aquece o meu coração. Obrigada pelas mensagens de interesse e apoio.

À Sara e ao Hélder, obrigada pelo vosso carinho, pela amizade e apoio que me dão. Pela vossa preocupação e disponibilidade ao longo desta etapa. É uma alegria ter-vos encontrado.

Ao meu microssistema mais imediato, a minha família. Principalmente à minha mãe, tia e avó, que estiveram mais presentes ao longo desta caminhada e que inclusive ajudaram em termos práticos para a concretização deste trabalho. Obrigada pela paciência, pelo apoio incondicional e por não me deixarem faltar água e comida ao lado do computador. A elas, ao meu pai, à minha irmã e sobrinho, obrigada pela esperança, pelo amor, pelo orgulho, pela liberdade, e pelo suporte de várias formas e feitios. Também ao Ginko, pela companhia constante e por me obrigar a parar de trabalhar para ir à rua com ele.

Ao André pela admiração e pelas palavras de incentivo. Obrigada pela preocupação e respeito pelo meu trabalho, pelo teu olhar e pelo teu calor, que preenche o meu coração. Graças a ti, este ano, de tanto trabalho, foi ao mesmo tempo, cheio de cores e magia.

Resumo

Este estudo deseja contribuir, a partir de uma abordagem sinérgica da exclusão social e das relações intergeracionais (RI), para a futura implementação de projetos na área da inclusão e da intergeracionalidade. Pretendeu-se, através da realização de oito *focus-grupo*, avaliar as necessidades de intervenção ao nível das relações intergeracionais e as atividades mais adequadas para responder às mesmas, do ponto de vista dos técnicos (n=8), dos jovens (18-30 anos; n=17) e dos séniores (≥50 anos; n=18) em situação de fragilidade socioeconómica (beneficiários de apoio social), adotando-se uma perspetiva multi-informante. Os resultados foram analisados segundo oito categorias gerais: “Redes sociais”, “Crenças sobre os jovens”, “Perceções sobre o que os jovens podem transmitir”, “Crenças sobre os séniores”, “Perceções sobre o que os séniores podem transmitir”, “Perceções sobre as RI”, “Atitudes face às atividades intergeracionais” e “Atividades intergeracionais”. Falta de redes e de RI, falta de solidariedade, problemas intrafamiliares, divisão étnica, idadismo face aos jovens e séniores, barreiras às atividades intergeracionais, baseadas na não participação das pessoas, e falta de perspetivas dos técnicos, foram problemas evidenciados na análise dos resultados. As atividades intergeracionais mais sugeridas pelos participantes foram a sensibilização e divulgação dos programas intergeracionais, atividades de interesses em comum, atividades de troca de aprendizagens, atividades práticas e dinâmicas, realizadas em pequenos grupos e com diversidade étnica. Os resultados apontam para a criação de projetos intergeracionais que promovam o capital social e a diminuição do idadismo, que promovam a formação dos técnicos e as competências familiares.

Palavras chave: Relações intergeracionais, pobreza e exclusão social, capital social, idadismo, avaliação de necessidades, perspetiva multi-informante

PsycINFO Classification Categories and Codes: 2900 Social Processes & Social Issues
3000 Social Psychology
3020 Group & Interpersonal Processes

Abstract

This study aims to contribute to the future implementation of projects in the area of inclusion and intergenerationality, from a synergistic approach of social exclusion and intergenerational relations. It was intended to assess the need for intervention at the level of intergenerational relationships (IR) and the most suitable activities to meet them, by conducting eight focus group with professionals (n = 8), young (18-30 years, n = 17) and seniors (\geq 50 years, n = 18) with socio-economic fragility (beneficiaries of social assistance), adopting a multi-informant perspective. The results were analyzed according to eight general categories: "Social networks", "Beliefs about the young", "Perceptions about what young people can transmit", "Beliefs about seniors", "Perceptions about what seniors can transmit" "Perceptions about the IR", "Attitudes toward intergenerational activities" and "Intergenerational activities". Lack of networks and IR, ethnic division, lack of solidarity, intra-family problems, ageism towards young and seniors, barriers to intergenerational activities based on nonparticipation of people, and lack of prospects from professionals, were evident problems in the analysis of the results. Intergenerational activities suggested by the participants were: dissemination and sensibilization toward intergenerational programs, common interests' activities, exchange of learning activities, practical and dynamic activities, conducted in small groups with ethnic diversity. The results support the creation of intergenerational projects for the promotion of social capital and decrease of ageism, and also for the promotion of training for professionals and families.

Keywords: Intergenerational relations, poverty and social exclusion, social capital, ageism, needs assessment, multi-informant perspective

PsycINFO Classification Categories and Codes: 2900 Social Processes & Social Issues
3000 Social Psychology
3020 Group & Interpersonal Processes

Índice Geral

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice de quadros	vii
Índice de figuras	viii
Glossário de siglas	ix
1. Introdução	1
1.1. Indicadores sociais	1
1.1.1. Desemprego.....	1
1.1.2. Pobreza.....	2
1.1.3. Envelhecimento.....	3
1.2. Enquadramento teórico	4
1.2.1. Pobreza e exclusão social.....	4
1.2.1.1. Efeitos psicológicos e comportamentais da exclusão social	7
1.2.1.2. Motivos da exclusão.....	8
1.2.1.3. Intervenções	8
1.2.2. Relações Intergeracionais	9
1.2.2.1. Conceptualização	9
1.2.2.2. A teorização dos PI	10
1.2.2.3. Benefícios dos PI	12
1.2.2.4. Relações intergeracionais no combate aos problemas sociais	13
1.2.2.5. Outros conceitos relacionados com as RI: Idadismo, envelhecimento ativo	14
1.2.3. Políticas sociais.....	16
1.3. Problema e objetivos	17
2. Estudo	21
2.1. Método.....	21
2.1.1. Tipo de estudo.....	21
2.1.2. Participantes	21
2.1.3. Instrumento	23
2.1.4. Procedimento de recolha de dados.....	24
2.1.5. Procedimento de análise de dados.....	25
2.2. Resultados	26
3. Discussão	41
3.1. Limitações e sugestões para futuras investigações.....	48

4. Conclusão.....	51
Referências.....	52
Anexos.....	57
Anexo A - Guião do grupo dos jovens.....	57
Anexo B – Guião do grupo dos séniores	58
Anexo C – Guião do grupo dos técnicos.....	59
Anexo D – Quadro com (sub)categorias, definições e exemplos.....	60

Índice de quadros

Quadro 1.1. Primeira fase do modelo da avaliação de necessidades.....	20
Quadro 2.1. Sexo, nacionalidade e idade dos participantes	22
Quadro 2.2. Características sociodemográficas dos jovens e séniores.....	22
Quadro 2.3. Características sociodemográficas das técnicas.....	23
Quadro 2.4. Categorias e subcategorias.	27
Quadro 2.5. Frequências das subcategorias de “Crenças sobre os jovens” por grupo.....	31
Quadro 2.6. Frequências das subcategorias de “Crenças sobre os séniores” por grupo.....	33
Quadro 2.7. Descrição e frequências das Subsubcategorias de “Exemplos reais” por grupo.....	39
Quadro 2.6. Descrição e frequências das Subsubcategorias de “Agentes”	40
Quadro 3.1. As três fases do modelo da avaliação de necessidades.....	46
Quadro 3.2. Sugestões para futuros projetos intergeracionais – Recursos, atividades, outputs e alvos	47

Índice de figuras

Figura 1.1. Modelo de processo na base do estudo	18
Figura 2.1. Frequência e percentagem de unidades de análise por categorias gerais.....	28
Figura 2.2. Retratos dos focus-grupo em relação às categorias gerais.....	29
Figura 2.3. Frequências das subcategorias de “Redes sociais” por grupo	30
Figura 2.4. Frequências das subcategorias de “Perceções (...) jovens podem transmitir” por grupo	32
Figura 2.5. Frequência das subcategorias de “Perceções (...) séniores podem transmitir” por grupo.....	33
Figura 2.6. Frequências das subcategorias de “Perceções sobre as RI” por grupo.....	35
Figura 2.7. Frequências das subcategorias de “Atitudes face às atividades intergeracionais” por grupo	36
Figura 2.8. Percentagem das frequências das subcategorias de “Atividades intergeracionais”	37
Figura 2.9. Frequências das subsubcategorias de “Sugestões” por grupo.....	37
Figura 2.10. Frequências das subsubsubcategorias de “Atividades de interesses em comum” por grupo	38
Figura 2.11. Frequências das subsubsubcategorias de “Troca de aprendizagens” por grupo	38

Glossário de siglas

AI – Atividades intergeracionais

CS – Capital social

EA – Envelhecimento ativo

RI – Relações intergeracionais

PI – Projetos intergeracionais

1. Introdução

Se por um lado, a exclusão social é uma das áreas fundamentais da psicologia social (bem como de outras disciplinas, como a sociologia), ela ganha relevo na atualidade, uma vez que, a crise económica e as crescentes dificuldades sentidas pelas famílias no nosso país levam a um aumento de situações de exclusão social, tornando-se essencial o estudo de soluções e práticas de combate a essas situações. Por outro lado, as relações intergeracionais compreendem uma área que, embora tenha raízes ainda no século XX, a sua importância e estudo tem vindo a crescer na atualidade, devido sobretudo às modificações demográficas que as sociedades modernas têm vindo a experienciar, referentes ao envelhecimento da população, e a questões que face a essa realidade se tornam ainda mais preocupantes, como o idadismo, o afastamento entre as gerações, a sustentabilidade, a integração, a solidariedade e o envelhecimento ativo. Este estudo situa-se, principalmente, nas áreas da exclusão social e das relações intergeracionais, e pretende a partir de uma visão sinérgica dos dois conceitos contribuir para a futura implementação de projetos nestas áreas. Com base numa abordagem das relações intergeracionais como potenciadoras do capital social e de efeitos positivos psicológicos e comportamentais, neste estudo realizou-se uma avaliação de necessidades ao nível das relações intergeracionais em pessoas com fragilidades socioeconómicas, através de uma perspetiva multi-informante.

Assim, nesta grande secção, referente à introdução, é explicitado o enquadramento da realidade social (no capítulo 1.1) e o enquadramento teórico (no capítulo 1.2) que sustentam o problema e os objetivos (capítulo 1.3) deste estudo. No capítulo seguinte (capítulo 2), é ilustrado o estudo realizado, a partir da metodologia e da apresentação dos resultados (capítulo 2.2) que daí surgiram. De seguida, são discutidos os resultados no capítulo 3, e observadas as limitações e as sugestões para futuras investigações e intervenções práticas. Por fim, no último capítulo são resumidas as conclusões principais desta investigação.

1.1. Indicadores sociais

Este capítulo é constituído pela apresentação de indicadores sociodemográficos que representam o cenário português e refletem os seus problemas e desafios. O desemprego, a pobreza e o envelhecimento são questões que estão na origem da ambição por investigações e intervenções que se preocupem com a inclusão, a solidariedade, a participação e o envelhecimento ativo, ou seja, que promovam, em geral, o bem-estar da população.

1.1.1. Desemprego

Através dos Censos 2011, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística [INE] (2012), verificou-se que, nesse ano, a taxa de emprego¹ da população em idade ativa era de 48,5%, e que o índice de rejuvenescimento da população ativa era cerca de 94, sendo que em 2001 era de 143, o que significa que, potencialmente, por cada 100 pessoas que saem do mercado de trabalho, entram apenas 94, tendo-se agravado as condições de sustentabilidade e rejuvenescimento da população ativa.

¹ Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade). Definição no Sistema Integrado de Metainformação do INE (smi.ine.pt).

A par com isso, o número de desempregados, verificado pelos Censos 2011, foi de 662180 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de desemprego² de 13,2%, atingindo de forma mais expressiva a população mais jovem, sendo que entre os 15-19 anos a taxa de desemprego era de 45,3% e entre os 20 e os 24 anos era de 24,4%. Os escalões etários entre os 55-59 anos e os 60-64 anos possuem também uma maior incidência de desemprego, com 14,0% e 13,5%, respetivamente (INE, 2012). De facto, o desemprego entre a população mais jovem é cerca do dobro do desemprego do país, sendo que o número de jovens desempregados entre os 15-24 anos era de 120567 indivíduos, correspondendo a uma taxa de desemprego de 27,9%. Como principal meio de vida, 299147 indivíduos referem o subsídio de desemprego (INE, 2012). A PORDATA (2014a) indica um aumento da taxa de desemprego em Portugal para 16,3%, em 2013. A crise socioeconómica que vem a atingir o país e o conseqüente aumento do desemprego leva ao aumento das situações de pobreza e ao aumento dos fatores de risco para as populações mais vulneráveis, tendo sido perspetivada em 2009, o aumento da taxa de desemprego como um dos principais fatores contribuidores para o aumento da pobreza em Portugal nos anos seguintes (Alves, 2009).

1.1.2.Pobreza

Entre os anos de 1995 a 2000, 47% das famílias portuguesas passaram pela pobreza, tendo 72% delas ficado na pobreza dois ou mais anos, desse período (Costa et al., 2008). Baseado no inquérito do INE às despesas das famílias, Alves (2009) concluiu que em 2005/2006 o número de pessoas pobres em Portugal ascendia a perto de 2 milhões, estando 300000 crianças entre eles. Nos Censos 2011, 105911 indivíduos referiram o Rendimento Social de Inserção (RSI) como principal meio de vida, e 39622 indivíduos referiram o Apoio Social como principal meio de vida. Dados da PORDATA (2014b) indicam, para Portugal, em 2012, um limiar de risco de pobreza³ de 4,904€ anuais (408,66€ mensais), uma taxa de risco de pobreza⁴ (após transferências sociais) de 17,9% (16,9 na UE), e uma taxa de 8,6% de privação material severa⁵ (10,3% na UE), estando 25,3% da população em risco de pobreza (25% na UE).

Em Portugal, 15764 pessoas recorreram ao apoio social da Assistência Médica Internacional [AMI] no ano de 2012, apoiando também através do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, 16078 pessoas provenientes de 5620 famílias de outras instituições para as quais a AMI distribui os alimentos, o que faz um total de 31842 pessoas apoiadas pela AMI. Das 15764 pessoas que recorreram aos serviços sociais, 7559 recorreram na área metropolitana de Lisboa e 5763 na área metropolitana do Porto, 51% era constituída por mulheres, e os escalões etários com maior peso encontravam-se entre os 30 e os 59 anos (31%) (AMI, 2012).

Assim, Verifica-se que a população ativa (67%) é aquela que recorre mais aos centros sociais, tendo-se verificado um aumento significativo no número de crianças apoiadas com menos de 16

² Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa (smi.ine.pt).

³ Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país (smi.ine.pt).

⁴ Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza (smi.ine.pt).

⁵ Condição do agregado doméstico privado no qual se verifica a carência forçada de pelo menos quatro de nove itens, devido a dificuldades económicas (smi.ine.pt).

anos, para além de que a percentagem de população com menos de 30 anos aumentara para os 46%, em comparação com 30% em 2008. A grande parte das pessoas que procuram os serviços sociais da AMI é portuguesa (85%) ou natural dos PALOP (10%) e tem habilitações ao nível do 1º e 2º ciclo (52%). Contudo, o número de pessoas com habilitações ao nível do ensino médio e superior aumentou 58% (de 183 casos para 289) de 2008 para 2012, sendo que dessas pessoas, 157 têm uma licenciatura. Assim, este perfil está a tornar-se cada vez mais jovem e mais habilitado, sendo este um reflexo da crise económica (AMI, 2012).

As pessoas em situação de sem-abrigo são talvez a expressão mais extrema e visível da pobreza e da exclusão social (Costa et al., 2008; Rodrigues et al., 1999). Em 2012, a AMI atendeu nos seus equipamentos sociais 1683 pessoas sem-abrigo⁶, verificando-se um aumento de 17% (238 casos) em relação a 2008, mas uma descida de 7% em relação a 2011 (AMI, 2012). Esta população está distribuída pelos grandes centros urbanos, Grande Lisboa (50%) e Grande Porto (41%), sendo na maioria homens (75%) entre os 30 e os 59 anos, (59%), com naturalidade portuguesa (78%), dos PALOP (13%) e de outros países como o Brasil (2%) ou da EU (3% cada). As habilitações literárias desta população são baixas, tendo a maioria o 1º ou 2º ciclo de escolaridade (52%), 19% com frequência do 3º ciclo e 9% com frequência do ensino secundário. A maior parte destas pessoas que recorre à AMI encontra-se na situação de sem-abrigo entre 1 a 2 anos (19%) e há mais de 4 anos (17%), sendo que 16% das pessoas se encontra nessa situação há menos de 1 ano (AMI, 2012).

1.1.3. Envelhecimento

Com uma população cada vez mais envelhecida, a estrutura da pirâmide etária da população portuguesa tem vindo a contrapor-se ao longo dos anos, diminuindo a base da pirâmide e aumentando o topo. Segundo os Censos 2011, Portugal perdeu população em todos os grupos etários dos 0-29 anos, enquanto a partir dos 30 anos verificou-se um crescimento de 9% da população para o grupo dos 30-69 anos, que representava 54% da população residente em 2011, e de 26% para idades superiores a 69 anos, sendo que a população com 70 ou mais anos representava 14% da população portuguesa (INE, 2012). Assim, a percentagem de jovens diminuiu para 15% em 2011, comparando com 16% em 2001, enquanto a percentagem de idosos subiu de 16% em 2001 para 19% em 2011. O índice de envelhecimento da população agravou-se de 102 em 2001 para 128 em 2011, o que significa que há 128 idosos por cada 100 jovens (INE, 2012).

O envelhecimento da população é um dos fenómenos demográficos mais preocupantes nas sociedades modernas (INE, 2012). Em parte pelo índice de sustentabilidade potencial (número de indivíduos em idade ativa por cada indivíduo idoso), que em 2011 era de 3,5 contra 4,1 em 2001 (INE, 2012), e por outro lado devido à inclusão e ao bem-estar destas pessoas na sociedade. É no decorrer deste fenómeno que cada vez mais é importante falar-se em idadismo, relações intergeracionais e envelhecimento ativo (explorado no capítulo 1.2.2). Como é que estas pessoas séniores podem ser integradas e continuarem a participar e a contribuir para o desenvolvimento da sociedade?

⁶ Para a AMI, a definição de sem-abrigo assenta na falta de uma habitação digna e estável, estando nela incluída todas as pessoas que vivam na rua, sem alojamento, com habitação precária ou inadequada (www.ami.org.pt/default.asp?id=p1p211p215p340p281&l=1)

1.2. Enquadramento teórico

Neste capítulo apresentaremos os conceitos de pobreza e exclusão social, bem como as suas consequências negativas, a nível psicológico e comportamental, e possíveis intervenções para a diminuição desses efeitos. De seguida, dar-se-á forma conceptual às relações intergeracionais e aos benefícios dos programas intergeracionais para os jovens, para os séniores e para as comunidades, sendo também apresentada uma breve visão do estado das políticas sociais nestas mesmas áreas, da pobreza e exclusão, e das relações intergeracionais. Por último, será apresentado o problema e os objetivos desta investigação. A exposição destes conceitos encerra em si uma visão global da investigação e da análise que se tem realizado sobre estes temas e de que forma este estudo pode contribuir para uma visão relacional dos mesmos e para futuras intervenções na área da promoção das relações intergeracionais e da luta contra a exclusão social.

1.2.1. Pobreza e exclusão social

Apesar do conceito de pobreza e do conceito de exclusão social serem utilizados de forma mais ou menos indiferenciada no discurso comum e político, eles são complementares, mas distintos (Costa, Baptista, Perista & Januário, 2008; Rodrigues, 2000; Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999). No campo da sociologia, têm-se enveredado esforços no sentido de definir e distinguir os dois conceitos de forma objetiva, bem como no sentido da caracterização dos fenómenos (e.g. tendências, fatores, condições, critérios, políticas), encontrando-se a pobreza maioritariamente relacionada com a escassez de recursos e com o carácter distributivo do fenómeno, enquanto a exclusão social encontra-se relacionada com a desintegração da pessoa ao nível dos sistemas sociais (Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010; Rodrigues, 2000; Rodrigues et al., 1999). Estes são conceitos profundamente multidisciplinares, sendo debatidos e estudados por outras disciplinas, como a economia (e.g. Alves, 2009).

No campo da psicologia social as energias recaem sobretudo na análise das consequências psicológicas da exclusão (e da inclusão) e nos processos psicológicos que medeiam a relação entre o contexto e o comportamento, ou seja, nas formas e nas dinâmicas da exclusão, na caracterização dos efeitos psicológicos, emocionais, cognitivos da exclusão, das respostas à exclusão (e.g. reconhecimento, evitamento), dos motivos (e.g. oportunidades e ameaças), e de intervenções eficazes para a sua diminuição (e.g. Abrams, Hogg & Marques, 2005; Williams, Forgas, Hippiel & Zadro, 2005). Neste capítulo, produziremos então uma visão global sobre estes conceitos.

Pobreza

O conceito de pobreza refere-se, geralmente, à privação de recursos materiais e ao empobrecimento das pessoas e dos grupos sociais, preocupando-se com os recursos necessários para o acesso a determinado padrão de vida, sendo a forma mais extrema da desigualdade social e do aumento da polarização social (Alves, 2009; Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010; Rodrigues, 2000). Tal implica o estabelecimento de um limiar de referência (geralmente assumido como 60 por cento do rendimento mediano), abaixo do qual se definirá uma situação de pobreza,

encontrando-se este relacionado com os recursos da sociedade em determinado período (Alves, 2009; Costa et al., 2008).

A privação e a falta de recursos são encaradas como dois problemas distintos, sendo que a resolução do problema da privação não resolve o problema da falta de recursos, nem, conseqüentemente, o problema da pobreza, uma vez que continua a existir a dependência de meios extraordinários (Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010). Portanto, a pobreza é um fenómeno multidimensional, para além da dimensão económica, centra-se igualmente em questões de privação e exclusão sobre as condições de vida, o poder, a participação social, a cidadania, e sobre o acesso não adequado à habitação, educação, saúde e justiça, sendo por isso de difícil medição (Alves, 2009; Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010). Assim, não existe pobreza sem exclusão social, mas pode existir exclusão social sem que exista, necessariamente, pobreza (Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010).

As famílias portuguesas mais vulneráveis a uma situação de pobreza encerram algumas características como: desemprego de um ou mais adultos do agregado familiar (sem outras fontes de rendimento), idosos com baixos níveis de educação e famílias monoparentais desempregadas, atribuindo-se à participação no mercado de trabalho um papel fundamental na diminuição do risco de pobreza (Alves, 2009). O capital humano presente nas famílias aparece como um determinante fundamental dos níveis de pobreza em Portugal, sendo esse um dos ciclos viciosos da pobreza (e.g. a pessoa pobre tem um baixo nível escolar por ser pobre, e continua pobre por ter um baixo nível escolar, que levam a condições de trabalho precárias), que contribui para a sua persistência ao longo da vida e para a transmissão intergeracional da pobreza, e conseqüentemente, para a reprodução social do fenómeno (Alves, 2009; Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010). A pobreza em Portugal, de carácter persistente, ultrapassa uma realidade circunstancial, para um problema complexo e estrutural da nossa sociedade (Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010).

A pobreza e a exclusão aparecem geralmente associadas a grupos perigosos e que põem em causa o funcionamento da sociedade, favorecendo a criação de estigmas e de processos de marginalização, com efeitos para a autoestima das pessoas fragilizadas (Rodrigues, 2000, Rodrigues et al., 1999). Para além disso, Costa et al. (2008) e Perista e Baptista (2010), focados nos resultados do Eurobarómetro de fevereiro de 2010, revelam que mais de metade dos portugueses colocam fatores como a sorte, o fatalismo, a inevitabilidade, e falhas imputáveis aos pobres, como a preguiça e a falta de vontade, como causas da pobreza, sendo que quase metade acredita que a desigualdade de rendimento é essencial para o desenvolvimento económico.

Exclusão social

O conceito de exclusão social aparece como um processo de fragilização e ruturas dos laços sociais, que podem ser consequência da ausência de recursos básicos (falta de recursos económicos, culturais e sociais), ou resultado de mecanismos de estigmatização que afetam grupos específicos, como as minorias étnicas (Rodrigues, 2000). Logo, a pobreza é uma dimensão, talvez a mais visível, da exclusão social e não uma condição, uma vez que existem processos de exclusão que não implicam pobreza (e.g. idosos, deficientes, minorias étnicas), coexistindo ao nível da exclusão, fenómenos sociais diversos, como o desemprego, a marginalidade e a discriminação

(Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010; Rodrigues, 2000; Rodrigues et al., 1999). Porém, a pobreza e a exclusão reforçam-se mutuamente, uma vez que, por exemplo, a exclusão do mercado de trabalho gera pobreza, que impossibilita o acesso a bens e serviços essenciais como a nível da habitação e da saúde, ampliando a exclusão a outras áreas da sociedade.

Em Portugal, e em termos sociológicos, a análise dos processos de exclusão está associada a três tipos de fatores: os fatores demográficos (e.g. alterações demográficas), os fatores económicos (e.g. desemprego, precaridade laboral) e os fatores sociais (e.g. escolarização prolongada, concentração urbana, hábitos de consumo, rutura dos laços familiares) (Rodrigues, 2000). Portanto, a exclusão social é um fenómeno multidimensional e social, que resulta da interação recíproca e da interligação de mecanismos sociais globais, locais, regionais, e dos fatores individuais e grupais, sendo possível identificar características, que em contextos de desfavorecimento, como a crise económica, podem gerar processos de exclusão mais fortes em grupos sociais específicos, como os idosos, os jovens e os desempregados, tendo também um carácter reprodutor, através da transmissão geracional, e evolutivo, pelo aparecimento de novas formas, havendo uma barreira constante à coesão social (Costa et al., 2008; Perista e Baptista, 2010; Rodrigues, 2000; Rodrigues et al., 1999).

A pessoa excluída do universo de trocas materiais e simbólicas, passa por várias rejeições, acabando por incorporar ela própria um sentimento de autoexclusão, sentindo-se inútil e incapaz de superar os obstáculos que provocam a exclusão das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas, não conseguindo configurar uma identidade social na família, no trabalho ou na comunidade (Rodrigues et al., 1999).

No âmbito da psicologia, Williams e colaboradores (2005), distinguiram exclusão social, ostracismo e rejeição. Assim, enquanto a exclusão social refere-se à não inclusão da pessoa em determinada rede social (mas não necessariamente ignorada), o ostracismo pressupõe que para além de excluída, a pessoa é ignorada também, e a rejeição, refere-se à ação verbal ou física, que demonstra que a pessoa não é aceite numa relação ou como membro do grupo. Contudo, grande parte dos estudos trata de forma equivalente os diferentes tipos de exclusão social a nível fenomenológico não especificando os diferentes efeitos consequentes das diferentes formas de exclusão (Williams et al., 2005).

A exclusão, ou inclusão, pode acontecer a vários níveis (Abrams et al., 2005): a um nível transnacional (baseadas na nacionalidade e nas divisões culturais e económicas), a um nível social (exclusão consensual de um conjunto particular de pessoas numa dada sociedade, como o estigma em relação àqueles com problemas de saúde mental), a um nível institucional (e.g. critérios de seleção ou quotas), a um nível intergrupais (limites definidos pelos grupos que os diferenciam dos demais), o qual é mais manifestado e explícito que os outros níveis, envolvendo competição direta e conflitos entre grupos, e ao nível intragrupal (critérios do grupos que definem quem pode ser ou não tratado como membro legítimo).

Entre as formas de exclusão estão: a um nível mais abstrato, a exclusão pode ser baseada na ideologia, nos princípios e convenções morais, a outro nível abstrato, mas menos formal, pode ser baseada em representações sociais e cognitivas (simples e desumanizadas, que não dependem de ideologias ou regras), e pode se basear no processo de categorização, que vai de um nível abstrato

para um nível mais específico, mas que ao contrário da ideologia, pode se alterar relativamente rápido, dependendo do contexto (Abrams et al., 2005).

Abrams e colaboradores (2005) efetuaram um apanhado sobre os efeitos psicológicos e comportamentais da exclusão, bem como dos seus motivos e de possíveis intervenções, a partir de um conjunto de evidências decorrentes de diversos estudos.

1.2.1.1. Efeitos psicológicos e comportamentais da exclusão social

Existe uma diversidade de estudos laboratoriais que demonstram que ser ostracizado e socialmente excluído tem efeitos psicológicos, físicos e comportamentais prejudiciais, sendo que, ser excluído, rejeitado ou separado dos outros, é experienciado como doloroso (Eisenberger & Lieberman, 2005; Williams & Zadro, 2005). As pessoas reportam desânimo, percepção de ameaça às necessidades e alteração das respostas fisiológicas, tanto quando o ostracismo vem de membros do endogrupo, como quando vem de membros do exogrupo, ou mesmo quando é feito através de um computador ou por pessoas indesejadas (Williams & Zadro, 2005).

A partir de um apanhado de resultados de diversos estudos, é possível verificar que a um nível psicológico a exclusão social tem efeitos negativos como: retração do *self* (“*contraction of self*” versus “*self-expansion*”), ameaça ao autoconceito, diminuição da autoestima, raiva, frustração, danos emocionais (e.g. negação defensiva das emoções), e prejuízo cognitivo (Abrams et al, 2005).

De facto, Cacioppo & Hawkley verificaram que as pessoas isoladas tendem a ser mais ansiosas socialmente, têm expectativas mais negativas sobre o tratamento dos outros, adotam mais um foco preventivo nas suas interações sociais, do que um foco de promoção, são mais suscetíveis de ver os stressores como ameaças, em vez de desafios, e de lidar com eles de forma passiva, em vez de forma ativa (que inclui a procura de ajuda e suporte). Baumeister e DeWall (2005), Sommer e Rubin (2005), Twenge e Baumeister (2005) verificaram, também, que a rejeição prejudica a cognição (diminuição da performance em testes de inteligência) e a autorregulação, que resulta numa maior probabilidade das pessoas isoladas agirem de forma autoprotetora e autodefensiva, sendo que esse desapego emocional e os comportamentos interpessoais destrutivos fazem com que as pessoas se esforcem para se protegerem de novas situações de rejeição, atuando como um obstáculo para a conexão social destas pessoas.

Para além de defensivas, as pessoas excluídas tornam-se agressivas, não cooperativas (e.g. redução do comportamento pró-social) e autodestrutivas, fazendo escolhas menos racionais e saudáveis (Catanese & Tice, 2005; Twenge & Baumeister, 2005).

Entre as possíveis respostas à exclusão, para além do evitamento e da hostilidade, estão ainda: tentativas de reinclusão, procura de outras fontes de validação, procura de bases de inclusão alternativas nas mesmas ou em diferentes relações, reforço dos limites da exclusão, que excluem os outros e incluem o próprio, e reavaliação da situação como ilegítima e preconceituosa (Abrams et al., 2005). De acordo com Fiske e Yamamoto (2005), a maneira como as pessoas respondem à exclusão pode ser explicada a partir de um conjunto de motivos/necessidades sociais centrais: a principal é a necessidade de pertença, que é seguida pelas necessidades cognitivas de partilha da compreensão social e de controlo, e das necessidades afetivas de valorização e de confiança.

A exclusão social, para além de ser adversa a nível intra e interpessoal, ela é adversa para as comunidades onde existe, uma vez que, favorece a produção de conflitos, de desigualdades e de desconfianças. Contudo, de um modo positivo, as pessoas rejeitadas socialmente, tendem a responder de forma positiva quando lhes é demonstrada aceitação (Abrams et al, 2005).

1.2.1.2. Motivos da exclusão

O evitamento do desconforto, a justificação do sistema (e.g. social, ideológico, jurídico), e a preservação do estatuto dos membros da maioria, são alguns motivos que estão na base da exclusão (Abrams et al., 2005). Uma abordagem dos motivos da exclusão centra-se no modelo da auto-expansão, que se baseia no princípio de que as pessoas são seletivas nas relações que integram, escolhendo apenas aquelas que oferecem oportunidades de auto-expansão (e.g. autoeficácia), havendo um equilíbrio entre perdas e ganhos. Assim, em termos grupais, os grupos tendem a incluir aqueles que tenham uma potencial contribuição para o grupo e a excluir os que não tenham (Levine, Moreland, & Hausmann, 2005; McLaughlin-Volpe, Aron, Wright & Lewandowski Jr, 2005).

Por outro lado, a clarificação e a distinção dos limites intergrupais é uma maneira das pessoas manterem uma identidade ótima, ou seja, a motivação baseada na distinção ótima dos membros do grupo é uma abordagem que tenta perceber como os membros dos grupos usam a exclusão social dos outros como um mecanismo para concretizarem as suas necessidades de inclusão, pertença e reputação (Brewer, 2005; Pickett & Brewer, 2005). Assim, as dinâmicas da exclusão e da inclusão baseiam-se em quatro componentes: na interdependência (em que medida as partes envolvidas relacionam-se como independentes ou interdependentes uma da outra), nos recursos (acesso a recursos importantes, materiais, sociais, psicológicos ou simbólicos, como prestígio, estima e respeito), na temporalidade (consolidação da exclusão ao longo do tempo), e na orientação motivacional (ponderação das oportunidades e das ameaças ou custos).

1.2.1.3. Intervenções

As possíveis intervenções para diminuir a exclusão, ou promover a inclusão, baseiam-se, sobretudo, na mudança das representações (e.g. promoção de representações complexas) e na recategorização (e.g. internacionalismo) das minorias, na promoção de identidades duplas ou superordenadas, e no estabelecimento de oportunidades para construir relações através da partilha (e.g. amizades entre grupos e contato indireto) (Abrams et al, 2005). De acordo com Abrams e colaboradores (2005), parece provável que as consequências negativas da exclusão (ao nível das relações sociais) podem ser reduzidas através de relações alternativas, onde a inclusão possa ser estabelecida.

Neste sentido, e face ao maior risco de pobreza e exclusão social no nosso país, é importante a criação de práticas que promovam o estabelecimento de relações para as pessoas em situação de fragilidade socioeconómica, como forma de combater a exclusão social. Como vimos em cima, os séniores e os jovens são grupos sociais vulneráveis a situações de pobreza e de exclusão social (sendo que tanto os jovens como os séniores também podem sofrer de exclusão ao nível da discriminação etária), e por isso, grupos que necessitam de um maior capital social. As práticas

intergeracionais têm um grande potencial como meio para promover e enriquecer as redes e as ligações sociais (MacCallum et al., 2010). Assim, neste trabalho defende-se a criação de práticas intergeracionais, devido, por um lado, ao seu potencial para a construção do capital social, e por outro lado, ao seu potencial para diminuir o idadismo e aproximar as gerações, o que nos leva ao capítulo seguinte.

1.2.2. Relações Intergeracionais

1.2.2.1. Conceptualização

As relações intergeracionais (RI) produzem efeitos relevantes para a experiência e qualidade de vida das pessoas jovens e sêniores, e têm implicações importantes para a coesão comunitária. A sua prática é geralmente de pequena escala, consiste em programas e projetos intensivos, em ambientes específicos, onde jovens e sêniores partilham atividades planeadas, com o objetivo de enriquecer as relações intergeracionais e provocar uma série de resultados positivos para os indivíduos e para as comunidades, como a inclusão social dos jovens e dos sêniores (Pain, 2005).

Os projetos intergeracionais (PI) foram definidos, pelo Instituto da Educação UNESCO sobre Práticas e Programas Intergeracionais, como práticas baseadas em relações recíprocas, meios de troca intencionais e contínuos de recursos e aprendizagens entre as gerações mais sêniores e jovens, com benefícios para ambas ao nível individual e social (Hatton-Yeo & Ohsako, 2000; Öberg, 2007; Souza e Grundy, 2007). A troca intergeracional surge como um fenómeno complexo, de múltiplas dimensões e efeitos multivariados, uma vez que, acontece em diversos contextos com diferentes gerações envolvidas, é promovida por distintos interesses e desafios, são usados diferentes métodos, e obtêm-se uma variedade de resultados práticos (MacCallum et al., 2010).

Os PI têm servido de instrumento para a solução de diversos problemas sociais como (Bostrum et al., 2000): na união de gerações separadas (inclusive a nível familiar, devido às mudanças estruturais das sociedade industrializadas), na transmissão da cultura tradicional, na promoção do trabalho ativo entre as gerações (troca de competências), na partilha de recursos entre as gerações, nos problemas sociais comuns a todas as gerações (e.g. falta de suporte social, violência, abandono escolar, abuso de substâncias), e na aprendizagem ao longo da vida.

Evolução dos PI

A criação das práticas intergeracionais foi motivada pela crescente perceção sobre a separação dos membros jovens e sêniores das famílias, devido às mudanças geográficas e aos seus efeitos negativos para as gerações (Newman, 1997; Newman & Hatton-Yeo, 2008). A evolução dos PI ficou marcada por duas fases: a primeira fase com os programas relacionados com a separação das gerações nos anos 60 e 70, e a segunda fase, nos anos 80 e 90, com a proliferação de PI como resposta a problemas sociais (Newman, 1997). Nos anos 60 e 70 a maior parte dos programas intergeracionais visavam o contacto entre sêniores e crianças em idade escolar para promover o desempenho escolar e o conhecimento das crianças sobre o envelhecimento.

Os anos 80 ficaram marcados pelo desenvolvimento de políticas e de redes sociais, surgindo programas de sítios de partilha intergeracional (“shared site intergenerational programs”) e ganhos

para ambas as gerações, como o *Temple University's Intergenerational Center*, aparecendo nos anos 90 os primeiros manuais de treino, vídeos e institutos, e nos anos 2000 uma maior disseminação de políticas e programas internacionais, com o intuito de criar padrões para boas práticas e promover a sustentabilidade dos programas, ameaçados pela falta de apoios e financiamentos (Newman, 1997, Jarrott, 2011).

Foi ainda nessa década que houve a consciencialização da necessidade de deixar o paradigma tradicional dos PI, que consistia na aprendizagem dos jovens através dos séniores (*one-way*), e adotar uma abordagem baseada em relações recíprocas entre as gerações (aprendizagem bilateral) (Bostrum, Hatton-Yeo, Ohsako, & Sawano, 2000; Newman & Hatton-Yeo, 2008). Em Portugal existe um projeto inovador, desde 2012, a *Universidade Intergeracional*, que consiste no novo paradigma da aprendizagem intergeracional e baseia-se na formação sobre investigação social dentro das áreas da família, saúde mental e relações intergeracionais, promovendo a solidariedade intergeracional e a luta contra o idadismo (Gonçalves, 2013).

A importância da temática, da sua disseminação e conceptualização, originou, em 2003, a primeira revista científica dedicada às relações intergeracionais, designada *Journal of Intergenerational Relationships*, aumentando exponencialmente o número de publicações sobre programas intergeracionais (Jarrott, 2011). Assim, nos últimos anos, tem-se assistido a um aumento da atenção sobre as relações intergeracionais a nível individual, familiar e comunitário em muitos países (e.g., América, Japão, China, África do Sul, Reino Unido, Espanha, Alemanha, Holanda, Suécia), devido em primeiro lugar à importância da transmissão da cultura, em segundo lugar, devido às atitudes negativas sobre os séniores e sobre o envelhecimento, juntamente com a separação física entre as gerações e a necessidade de uni-las, e em terceiro lugar, também como estratégia para aproveitar o potencial dos séniores, mais educados e saudáveis, para continuarem a produzirem e a contribuírem para um envelhecimento bem-sucedido, para o desenvolvimento comunitário e para o bem-estar (Bostrum et al., 2000; Hatton-Yeo & Ohsako, 2000; Kuehne, 2003a; Jarrot, 2011).

A proliferação internacional de vários tipos de PI deu origem à identificação de quatro modelos dos PI: (1) os séniores dão apoio às crianças e aos jovens como tutores e mentores, (2) as crianças e os jovens apoiam os séniores, como visitantes, acompanhantes e tutores, (3) séniores e jovens colaboram em serviços comunitários, como projetos ambientais, e (4) séniores, jovens e crianças envolvidos em atividades de aprendizagem informais, eventos desportivos e de lazer ou festivais de arte (Hatton-Yeo, Klerq, Ohsako & Newman, 2000). Na atualidade, a área das RI tem como necessidades de evolução o aprofundamento da teoria, dos processos metodológicos e dos resultados dos programas, uma vez que, os estudos baseiam-se mais na descrição dos projetos e raramente são acompanhados pela teoria e pela avaliação (Kuehne, 2003a, 2003b; Kuehne & Kaplan, 2001; Jarrot, 2011).

1.2.2.2. A teorização dos PI

Numa análise a 128 artigos de idioma inglês, Jarrott (2011) verificou que a teoria do desenvolvimento de Erikson (e.g., Barton, 1999) e a teoria do contacto de Allport (e.g., Hannon & Gueldner, 2007) são as mais citadas pelos autores dos programas intergeracionais, que na sua maior

parte os estudos tendem a avaliar apenas uma das gerações dos participantes, e que existe uma percentagem elevada de estudos que usam apenas dados qualitativos, o que contribui para a aceitação da investigação qualitativa como um método apropriado e rigoroso para analisar uma intervenção, quando não existem medidas standardizadas.

Apesar dos PI serem desenvolvidos numa variedade de práticas, eles apresentam limites teóricos e conceptuais em muitos casos (Bostrum et al., 2000; Jarrott, 2011; Kuehne, 2003a). Devido a isso, Kuehne (2003a) relatou algumas teorias que podem sustentar os programas intergeracionais, entre elas, a nível interpessoal e intergrupar: a teoria da dinâmica interacional (e.g. Bengston, 1989; Garbarino & Gaboury, 1992; Hagestad, 1984), a teoria da identidade social (e.g. Tajfel, 1978; Tajfel & Turner, 1986), a teoria do conflito intergrupar realista (e.g. Sherif, 1961), a teoria da vinculação (e.g. Ainsworth, 1989), a teoria das redes sociais (e.g. Zippay, 1995), a teoria da aprendizagem social baseada no contexto (e.g. Blechman, 1992), o modelo do contacto intergeracional (e.g. Giles & Coupland, 1992), baseado nos pressupostos da teoria do contacto intergrupar de Allport, e a teoria da aprendizagem sociocultural de Vygotsky.

Por outro lado, são referidas também teorias ao nível do desenvolvimento da pessoa, entre elas a teoria do desenvolvimento de Erikson (1959) e o seu conceito de generatividade, que são utilizados por autores (e.g. Kuehne, 1992, VanderVen, 1999) que baseiam as práticas intergeracionais numa perspetiva de desenvolvimento das necessidades dos séniores e contribuição simultânea para o contexto ecológico e para o desenvolvimento dos outros. Porém, VanderVen (1999) faz uma crítica ao uso das teorias do desenvolvimento tradicionais e propõe o diálogo para uma nova teoria da intergeracionalidade do desenvolvimento humano baseada no aumento da longevidade, nos valores sociais contemporâneos, no papel das variáveis ambientais no comportamento, no desenvolvimento como um processo dinâmico em vez de linear, e na integração de princípios das teorias do desenvolvimento da criança (e.g. resiliência) Kuehne, 2003a; VanderVen, 1999).

Este estudo, baseado nas relações intergeracionais como combate à exclusão social, através da criação de relações alternativas de inclusão e do fortalecimento da rede comunitária, centra-se sobretudo na teoria do capital social e na teoria do contacto intergrupar de Pettigrew. De facto, Newman e Hatton-Yeo (2008) sugerem o capital social como o novo paradigma da aprendizagem intergeracional, devido à integração dos PI nos sistemas comunitários. Teóricos, como Putnam e Coleman, concordam que o capital social (CS) se refere às redes sociais entre as pessoas, ao desenvolvimento comunitário, ao envolvimento cívico, aos laços de vizinhança, ao suporte social, e a várias conexões e redes sociais que beneficiam as pessoas de algum modo, através da reciprocidade e confiança conquistada de objetivos mútuos (Weir, Goode, & McDonald, 2010). Nas dimensões do capital social “*bridging*”, “*bonding*”, e “*linking*”, o CS “*bonding*” é caracterizado por laços fortes entre os membros do grupo, que desenvolvem um senso de solidariedade forte, uma identidade partilhada e segurança entre os membros. O CS “*bridging*” refere-se aos recursos para assistir as pessoas através das ligações geradas com um grupo de pessoas. E, o CS “*linking*” refere-se ao olhar sobre diversas clivagens sociais. Para além disso, o CS encerra em si um conjunto de processos e práticas que são essenciais para a aquisição do capital humano e cultural (e.g. competências, parcerias) (Morrow, 1997, Weir et al., 2010).

O sociólogo James Coleman considera o CS dentro de comunidades marginalizadas, focando-se nos conceitos de reciprocidade, relações entre adultos e crianças, normas comunitárias, confiança, solidariedade e partilha de valores, enfatizando a importância destes aspetos e das relações e interações sociais (Weir et al., 2010). Contudo, muitos estudos focam-se mais no desenvolvimento do país (associado ao crescimento económico e à *performance* governamental), do que em grupos particulares, como os séniores e os jovens, para os quais o capital social pode ser de especial relevância, devido ao maior risco de exclusão social e à maior necessidade de suporte social associados a esses grupos (Morrow, 1997; Souza & Grundy, 2007).

Por outro lado, a teoria do contacto intergrupala apoia a diminuição do preconceito etário (e não só) através do contacto entre os grupos (o idadismo será mais aprofundado no capítulo 1.2.2.5). A teoria do contacto intergrupala foi primeiramente formulada por Allport, mas posteriormente, Pettigrew defendeu que não é necessária a presença das condições ótimas que Allport tivera estipulado (mesmo estatuto social, mesmos objetivos, cooperação intergrupala e suporte normativo), sendo que elas não são essenciais, mas sim facilitadoras, e que o importante é que o contacto seja construtivo e amigável (Pettigrew, 1998, Pettigrew e Tropp, 2006). A teoria em causa pressupõe a redução do preconceito através do contacto que origina uma recategorização e reavaliação do exogrupo, a partir da aprendizagem sobre o exogrupo e da criação de laços afetivos (Pettigrew, 1998). A teoria do contacto intergrupala, concebida em relação a grupos raciais e étnicos pode ser alargada a outros grupos minoritários estigmatizados, uma vez que, existem evidências de que o efeito do contacto é generalizado a todo o exogrupo e que os padrões são semelhantes entre amostras com alvos étnicos e outros alvos (ex. doença mental, deficiência física, deficiência mental, orientação sexual) (Pettigrew & Tropp, 2006; Pettigrew et al., 2011). Assim, enquanto a teoria do capital social apoia as RI como impulsionadoras do desenvolvimento de redes sociais positivas e inclusivas, a teoria do contacto intergrupala apoia as RI como promotoras da diminuição do preconceito entre os jovens e séniores.

1.2.2.3. Benefícios dos PI

A proporção de estudos a reportarem benefícios e desafios associados às intervenções intergeracionais tem aumentado ao longo do tempo (Jarrott, 2011). Um estudo de caso levado a cabo pelos autores MacCallum, Palmer, Wright, Cumming-Potvin, Brooker e Cameron Tero (2010) revelou os benefícios dos PI como meio para o desenvolvimento comunitário e com potencial para criar resiliência, promover a ligação social e construir capacidades individuais e comunitárias. Os participantes tornam-se mais saudáveis, mais resilientes e mais motivados. Para além disso, existem benefícios que são iguais para os jovens e para os séniores como: aumento da autoestima, diminuição do isolamento, oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento de competências, aumento das estratégias de *coping* e criação de relações intergeracionais de confiança (MacCallum et al., 2010; Newman & Hatton-Yeo, 2008)

Para os jovens existem ainda benefícios como: mais otimismo, mais perceções positivas e heterogéneas sobre os séniores, acesso ao suporte adulto em tempos difíceis, aumento do senso cívico e responsabilidade comunitária, respeito pelas conquistas dos adultos, prazer e diversão. Para muitos jovens, a sua participação desvia-os de problemas e ajuda-os a encontrar oportunidades de

trabalho ou carreira. As atividades de lazer alternativas aumentam a sua capacidade para lidar com problemas como a droga, a violência e comportamentos antissociais. E, para os sêniores, são ainda apontados benefícios como: renovação do apreço pelas suas experiências, reintegração na vida familiar e comunitária, amizade com os jovens, ajuda prática em compras ou transportes, respeito e honra pela sua contribuição na comunidade, transmissão de cultura, tradições e linguagem, envolvimento em atividades físicas, exposição à diversidade e aumento das estratégias para lidar com a adversidade (MacCallum et al., 2010).

Existem ainda benefícios para a comunidade mais ampla como o aumento do sentido de comunidade e da coesão social, a construção de uma sociedade mais inclusiva, a quebra de barreiras e estereótipos, a construção de redes sociais, o desenvolvimento das infraestruturas públicas e comunitárias, o maior cuidado ambiental, o estímulo para trabalhar em grupos comunitários e o fornecimento de modelos comportamentais (MacCallum et al., 2010).

1.2.2.4. Relações intergeracionais no combate aos problemas sociais

Os PI podem, e devem, ser aplicados por forma a combater questões sociais como: o aumento da necessidade de desenvolver serviços de cuidados às crianças e jovens, devido ao aumento do número de ambos os pais a trabalharem a tempo inteiro e ao aumento do número de famílias monoparentais, ao impacto das doenças e das drogas em algumas comunidades, à necessidade de mais redes de suporte social para os sêniores isolados, e à necessidade de criação de novos programas que se preocupem com questões como o abandono escolar, abuso de drogas, violência escolar, vandalismo, multiculturalidade e promoção do desenvolvimento do sentido de vizinhança (Hatton-Yeo et al., 2000). Para além disso, o desenvolvimento de um sistema de suporte social é essencial para lidar com as consequências do *stress*, havendo evidências de que as relações intergeracionais saudáveis e as amizades dos pares apresentam benefícios para as estratégias de *coping* dos jovens (Johnson, Whitebeck, & Hoyt, 2005).

As relações de suporte entre adultos e jovens podem ter efeitos positivos nos resultados das crianças e dos adolescentes, como no comportamento e na realização escolar, no autoconceito, nas relações parentais e no abuso de substâncias (e.g., Freedman, 1999, Rhodes, Grossman & Resch, 2000; Taylor, LoSciuto, Fox, Hilbert, & Sonkowsky, 1999), sendo que esses efeitos parecem ser indiretos e mediados pelo papel da família e pelos membros da comunidade (e.g. Rhodes et al., 2000), refere Kuehne, (2003a). Para além disso, a troca intergeracional baseada no mentorado promove laços sociais verticais (pequeno número de relações pessoais próximas, com uma cultura forte e confiante nas instituições e nos valores tradicionais), um tipo de capital social que é essencial na formação da resiliência nos jovens (MacCallum et al., 2010).

Existem evidências que comprovam que os jovens em risco que mantêm relações próximas com adultos não parentes demonstram resultados positivos em aspetos como a saúde psicológica, resiliência, problemas de comportamento, atitude escolar e comportamentos sexuais (Ahrens, 2011, Dang & Miller, 2013; Greeson & Bowen, 2008; Zimmerman, 2010; Zimmerman, Bingenheimer & Notaro, 2002;). No caso dos jovens institucionalizados, uma população em risco de situação de pobreza e exclusão na idade adulta, a relação com um adulto durante a adolescência parece ter um

papel central numa série de resultados positivos, relacionados com a realização escolar, a situação de vida, o bem-estar emocional, as relações interpessoais e o *coping* (Ahrens, 2011). Um estudo qualitativo sobre a relação de jovens sem-abrigo com mentores naturais (adultos não parentes que têm uma importância significativa na vida dos jovens, tornado-se seus mentores de uma forma natural e não formal) demonstrou que o suporte social dado pelos mentores (instrumental, emocional, informativo, de avaliação) pode melhorar as funções adaptativas dos jovens e a sua resiliência (Dang & Miller, 2013). Partindo dessas evidências, os mesmos autores recomendam intervenções que promovam a criação de contextos sociais que promovam as interações intergeracionais entre jovens sem-abrigo e adultos pró-sociais que poderão levar a relações de *mentoring*.

As *Generations of Hope Communities* é um programa que se baseia num modelo de vizinhança intergeracional de serviço e suporte, onde as capacidades e os talentos das pessoas comuns, de todas as idades e com qualquer vulnerabilidade, tornam-se disponíveis de novas formas, e novas soluções podem ser encontradas para uma variedade de desafios sociais, como por exemplo, a estabilização de vida de mães adolescentes ou jovens sem-abrigo, o suporte a famílias adotivas e a jovens envolvidos no sistema de justiça (Eheart et al., 2009). Segundo os mesmos autores, os problemas mais resistentes requerem contato humano, ou seja, de um grupo de pessoas a formar ligações com outro grupo, sendo que a atividade dos séniores é importante na medida em que estando os pais a trabalhar, estes podem estar presentes durante a maior parte do dia e envolverem-se em atividades, incluindo encontros com os vizinhos, voluntários e gestores da comunidade.

Nesse seguimento, um programa intergeracional (sessões de discussão na escola) realizado por Souza e Grundy (2007) numa comunidade de baixos rendimentos, demonstrou efeitos positivos em aspetos do capital social, como nas perceções de honestidade, prestabilidade dos vizinhos, estado de saúde e melhoria das relações familiares. A prática da intergeracionalidade é referida muitas vezes como uma forma de obter resultados sociais e económicos, como o aumento do capital social e a diminuição da exclusão social, contudo, não existe ainda uma evidência confirmatória, devido em parte à difícil medição dos benefícios e em parte ao debate subjacente a esses conceitos. Porém, não há dúvidas que os resultados existentes confirmam que as práticas intergeracionais influenciam características importantes para o desenvolvimento da resiliência e aumentam vários aspetos do capital social (MacCallum et al., 2010).

1.2.2.5. Outros conceitos relacionados com as RI: Idadismo, envelhecimento ativo

As relações intergeracionais estão profundamente ligadas a outros conceitos como o idadismo e o envelhecimento ativo, sendo promotoras da redução do idadismo e do aumento do envelhecimento ativo.

Idadismo

O idadismo refere-se a atitudes negativas generalizadas em relação a determinadas pessoas, baseadas somente na sua idade (sendo possível existir contra diferentes grupos etários), sendo que, antes das demais motivações (demográficas e económicas), este é um assunto importante por si só, porque atenta contra os direitos humanos fundamentais, como a não discriminação (Marques, 2012).

No *European Social Survey-Age Attitudes and Experiences of Ageism*, realizado em 2008 e 2009, os Portugueses (aproximadamente 65%) indicaram o idadismo como um problema sério (assim como outros países como a França e o Reino Unido) e demonstraram uma percentagem maior de sentimentos negativos em relação aos jovens (faixa etária dos 20 anos) (15%) do que em relação aos séniores (acima dos 70 anos) (8%), sendo que no geral, as pessoas tendem a ter sentimentos mais positivos sobre o seu grupo etário (o que aconteceu na maior parte dos países do *survey*) (Abrams, Russell, Vauclair, & Swift, 2011). Contudo, num estudo sobre as atitudes dos portugueses em relação aos séniores, os jovens demonstraram-se menos preconceituosos em relação aos idosos, do que os próprios idosos sobre o seu grupo etário, sendo os idosos e os adultos aqueles que se sentem mais sós e são mais discriminatórios, enquanto os adolescentes e jovens sentem menos solidão e são menos preconceituosos, o que pode favorecer atitudes negativas dos adultos e dos séniores face ao envelhecimento (Ferreira & Neto, 2012).

Sendo a estrutura das atitudes constituída por três componentes (modelo hierárquico de Rosenberg e Hovland) correspondentes à vertente cognitiva, afetiva e comportamental, também as atitudes idadistas, (e outras baseadas no estigma), estão relacionadas com essas três componentes que se traduzem nos estereótipos (vertente cognitiva), no preconceito (vertente afetiva) e na discriminação (vertente comportamental) (Leyens & Yzerbyt, 2008). Assim, e de acordo com Marques, 2012, os estereótipos baseiam-se em crenças e na tendência para homogeneizarmos todas as pessoas de um determinado grupo, neste caso de uma determinada idade, frequentemente através de traços negativos (e.g. incapacidade e doença, em relação aos séniores). O preconceito consiste nos sentimentos em relação ao grupo etário (e.g. desdém, piedade, paternalismo, em relação aos séniores, ou inveja em relação aos jovens). E por sua vez, a discriminação, assume uma componente comportamental e está relacionada com a própria ação de discriminação (e.g. abuso e maus tratos, negação de um benefício ou direito).

As práticas intergeracionais promovem a diminuição do idadismo, através do contacto positivo entre os séniores e as outras gerações, trabalhando uma mudança de conteúdo das representações associadas ao envelhecimento e ao modo como se encaram as relações entre as diferentes gerações (Marques 2012). Por outro lado, também promovem a compreensão dos jovens, a amizade e o apoio aos séniores como parte do serviço dos jovens à comunidade. E, para além disso, as práticas intergeracionais apoiam os séniores em risco de exclusão social e solidão, a conseguirem um senso de valorização pessoal, através do voluntariado ou outras atividades em relação às gerações mais novas e à sociedade (Hatton-Yeo et al., 2000), para além de, os proteger contra a ameaça do estereótipo negativo de sénior (pouca competência) e melhorar a sua performance cognitiva (Abrams, Crisp, Marques, Fagg, Bedford, & Provias, 2008).

Envelhecimento ativo

O envelhecimento demográfico encerra desafios ao nível do mercado de trabalho, produtividade e crescimento económico, e ao nível da proteção social e das finanças públicas (aumento da despesa pública, em pensões, na saúde e nos serviços para os idosos), sendo em vários países da EU, as políticas de promoção do envelhecimento ativo são um exemplo disso, mas assumem ainda formas

precárias em alguns países (Marques, 2012). O envelhecimento ativo (EA) refere-se à participação social em atividades cívicas e sociais, relacionadas com o emprego, a vida política, a educação, a cultura, a religião, referindo-se igualmente à saúde e à qualidade de vida, e à segurança (dignidade e cuidado) dos séniores, sendo que as políticas de incentivo ao envelhecimento ativo devem integrar todos estes aspetos (WHO, 2012). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002), a promoção do envelhecimento ativo baseia-se na otimização de oportunidades para que os cidadãos e cidadãs séniores possam ter um papel no mercado de trabalho, no combate à pobreza e à exclusão social, no voluntariado, na participação ativa na vida familiar e na sociedade, encorajando um envelhecimento saudável e digno, o que envolve o combate à discriminação e aos estereótipos negativos relacionados com a idade.

No geral, os programas intergeracionais promovem o envelhecimento ativo e a participação social dos séniores, uma vez que, oferecem uma variedade de atividades (e.g. cuidado às crianças, mentoria e tutoria), que para além de favorecerem um novo treino das suas competências, oferecem oportunidades apropriadas às suas experiências físicas, intelectuais e sociais (Hatton-Yeo et al., 2000).

1.2.3. Políticas sociais

A área das políticas sociais pertinentes para o fenómeno da pobreza, envolve a maior parte das áreas de intervenção governamental, sendo elas por um lado as políticas que pretendem assegurar a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos (e.g. serviços públicos ao nível da educação, saúde, justiça, habitação, transportes, serviços públicos para as crianças e idosos), e por outro lado, as políticas que procuram criar uma rede de proteção social que assegure a todos uma participação plena na vida social (e.g. sistema de pensões e subsídios de desemprego, incentivo à participação no mercado de trabalho) (Alves, 2009). Contudo, a fragilidade política e financeira, origina a que o papel do Estado-Providência, em Portugal, tenha vindo a ser substituído por um modelo de Sociedade-Providência, típico dos países frágeis e negligentes na implementação de políticas sociais, assente em redes de relações sociais, que se estabelecem a partir de mecanismos de compensação, criados por grupos sociais e suas instituições, núcleos de vizinhança, instituições ligadas à igreja e associações locais (Rodrigues, 2000). Por oposição ao conceito de exclusão social, a integração social presume a delegação de poder ao grupo excluído, através do exercício da cidadania e da participação ativa no funcionamento dos grupos sociais, e pressupõe um conjunto de situações estáveis ao nível das relações sociais, familiares e de trabalho, passando assim pela interação em vários sistemas (político, económico, proteção social, e familiar) (Costa et al., 2008; Rodrigues et al., 1999). A este nível, torna-se essencial uma ampla campanha de esclarecimento e de promoção da justiça social e de solidariedade, para uma ação eficaz contra a pobreza e para uma mudança social que necessita do consentimento da sociedade (Costa et al., 2008; Perista & Baptista, 2010).

Em relação aos PI, apesar de em muitos países existir o desejo de estabelecer políticas integradas, em geral não existem políticas sociais tanto a nível internacional, como a nível nacional, o que se deve à dificuldade na criação de políticas sinérgicas e criativas, a que requerem os PI, à formulação de programas e recursos por diversos sectores e agentes a um nível local e nacional

(Bostrum et al., 2000). Nesse sentido, têm sido aplicados esforços para definir as áreas das políticas públicas onde os PI podem ter impacto (Hatton-Yeo et al., 2000): na economia e no emprego (distribuição intergeracional dos serviços e fundos públicos, oportunidades de treino pré e pós-reforma com subsídios os benefícios fiscais para as empresas que as implementem), na sociedade (os PI contribuem para a coesão social, para a solidariedade e para a economia, através dos serviços de apoio aos séniores), na educação (a partilha multigeracional dos recursos educacionais leva a um investimento baseado no custo-eficácia), e na saúde (os PI têm efeitos positivos na saúde dos séniores o que leva à redução dos custos na saúde, reduzem a probabilidade de pobreza e os serviços de cuidados aos séniores criam trabalho para os jovens e adultos).

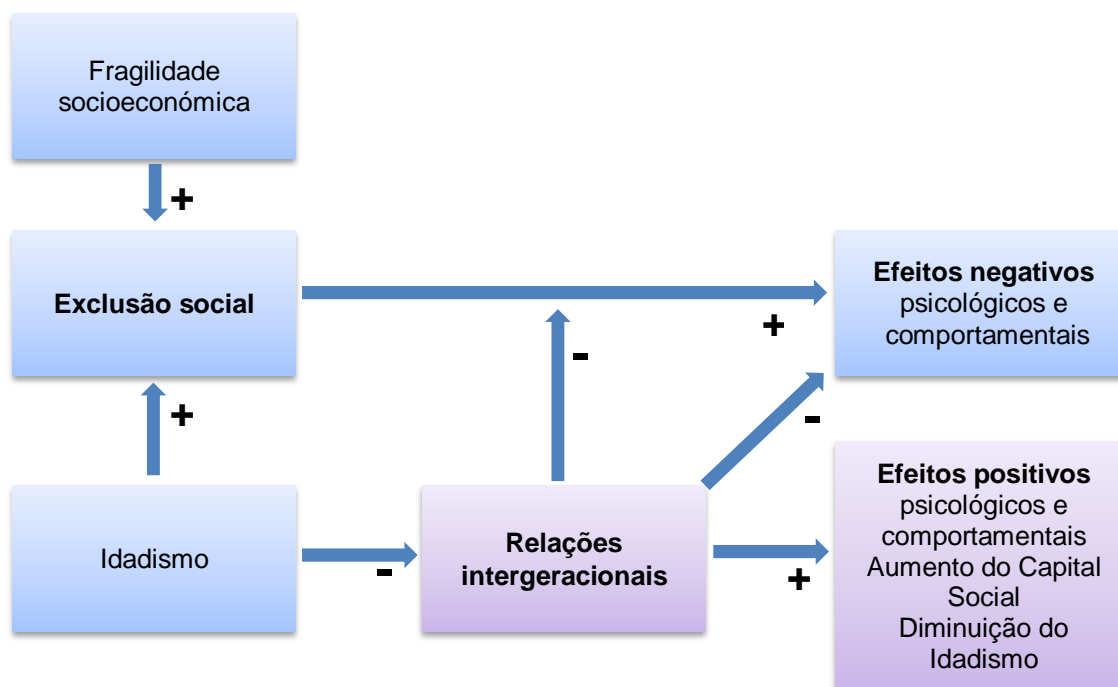
O grupo “Advocacy para Políticas Intergeracionais” existe em Portugal desde janeiro de 2012 e é constituído por nove membros representativos de diferentes instituições, com a missão de contribuir para as políticas intergeracionais ao nível da investigação, da prática e da política (Gonçalves, 2013). O grupo promove o diálogo social e boas práticas intergeracionais, analisando as políticas sociais intergeracionais e organizando eventos, projetos e publicações na área das RI.

1.3. Problema e objetivos

As crescentes dificuldades económicas sentidas pelas pessoas e pelas famílias no nosso país, agravadas pela situação de crise económica e pelas medidas de austeridade que se têm vindo a sentir até à atualidade, propiciam o aumento de situações de exclusão social que são resultado do aumento do desemprego, dos baixos salários, da precariedade laboral e do ciclo de pobreza que atinge milhares de famílias e grupos sociais específicos, como os idosos, os jovens e os desempregados (e.g. Alves, 2009; Costa et al., 2008; Rodrigues, 2000). Para além deste problema, a conjuntura atual encerra igualmente o desafio presente no aumento da população sénior, que passa por criar novas formas de integração e sustentabilidade, acrescentando também a preocupação com a promoção do envelhecimento ativo e com a diminuição do idadismo.

A “desafiliação” em relação aos laços sociais, resultante da situação de exclusão social, fortemente ligada à quebra de laços de solidariedade e ao risco de marginalização (Rodrigues, 2000; Rodrigues et al., 1999), tem consequências negativas ao nível psicológico e dos comportamentos, podendo essas consequências serem reduzidas com o encontro de relações alternativas que estabeleçam a inclusão desses indivíduos (Abrams et al., 2005). Para além dos benefícios que se têm verificado nas relações entre as gerações, a um nível geral, tanto para os jovens e séniores, como para a comunidade (MacCallum et al., 2010), existem evidências dos efeitos positivos das RI entre adultos (não familiares) e jovens em risco (Ahrens, 2011; Dang & Miller, 2013), bem como do aumento do capital social entre jovens e séniores de comunidades de baixo rendimento económico (Souza & Grundy, 2007). Além disso, as RI estão intimamente ligadas à diminuição do idadismo, que é também um fator determinante da exclusão social (Figura 1.1).

Figura 1.1. Modelo de processo na base do estudo



Contudo, parece que não existem ainda intervenções desse género nas organizações que dão apoio a essas pessoas, quer por falta de meios quer pela urgência de apoio às necessidades básicas, verificando-se, em alguns estudos sobre o caso das pessoas em situação de sem-abrigo, que existe a percepção, por parte de técnicos e beneficiários, de uma insuficiência na articulação de serviços e na reintegração social, sendo a avaliação de necessidades um dos serviços indicados como mais necessário (Quintas, 2010; Sousa & Almeida, 2001). O apoio social, apesar das tentativas de mudança, ainda se baseia muito na lógica assistencialista, em vez de uma lógica de promoção do *empowerment* (Jesus e Menezes, 2010). Um estudo conduzido com técnicos do RSI demonstrou que, geralmente, os técnicos tendem a atribuir características negativas às famílias beneficiárias do RSI, e que a sua ação baseia-se, apenas, na condução de entrevistas de avaliação do histórico familiar e na ligação entre as famílias e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Gonçalves, Farcas, & Martins, 2013).

O recurso e ou dependência do assistencialismo público é característico de mecanismos de exclusão e estigmatização, devido à ausência de recursos básicos (falta de recursos económicos), sendo que os idosos (sobretudo com baixas qualificações e remunerações/reformas), os jovens em risco e os beneficiários do RSI, são grupos, geralmente, desfavorecidos e vulneráveis à exclusão social (Rodrigues et al., 1999, 2000). O acesso regular ou esporádico aos serviços de ação social pode estabelecer situações de dependência, inferioridade social e reduzida autoestima (Rodrigues et al., 1999).

Face a estas problemáticas, pretende-se desenvolver uma avaliação de necessidades com a participação de técnicos, jovens e séniores em situações de fragilidade socioeconómica (beneficiários do apoio social), com o intuito de contribuir para uma maior compreensão do ponto de vista das pessoas nessa situação e dos profissionais que lidam com elas, relativamente às suas necessidades

de apoio psicossocial ao nível das relações intergeracionais, como parte essencial para o futuro estabelecimento de projetos que promovam a inclusão, o bem-estar e o desenvolvimento social.

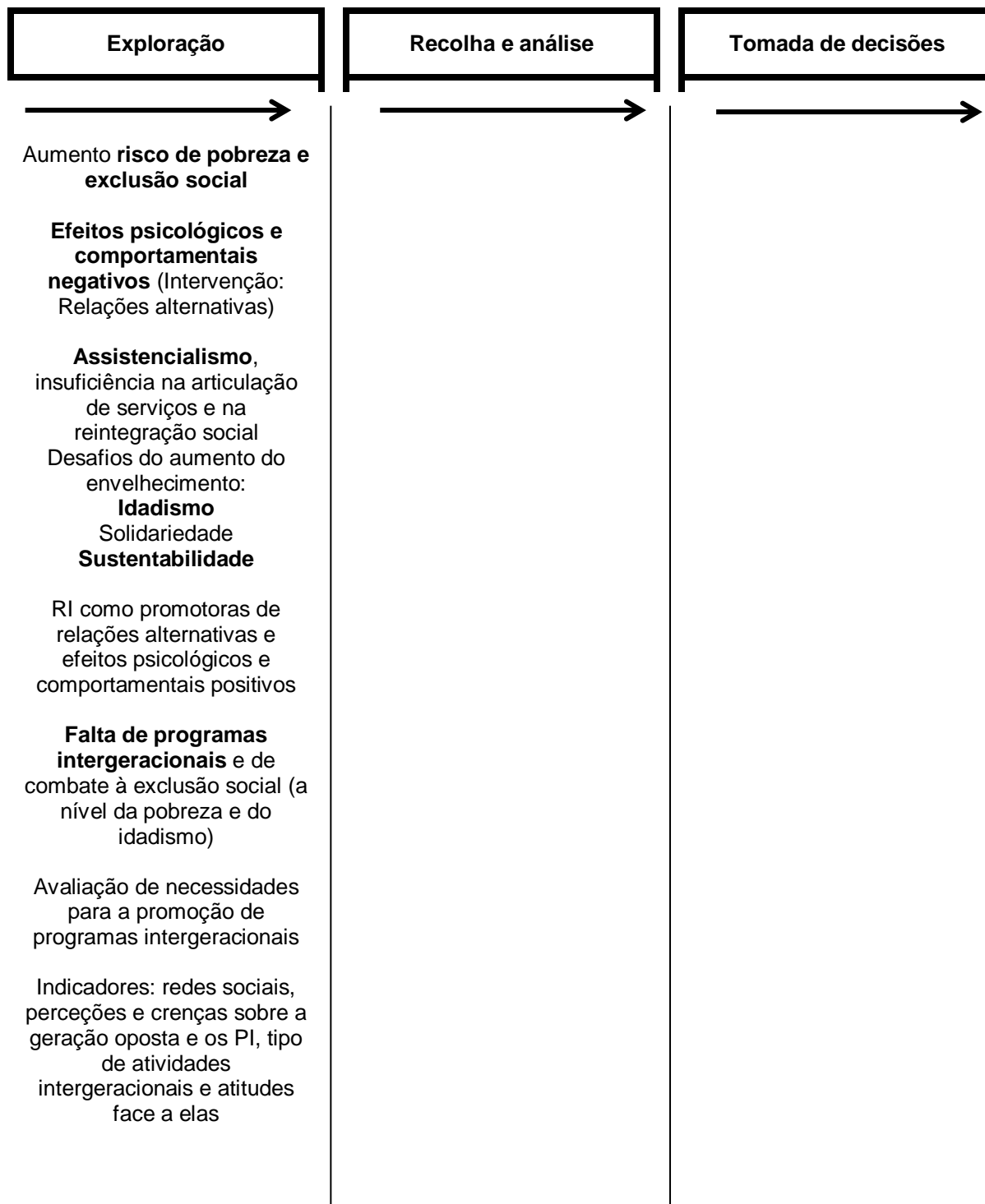
Assim, as variáveis em estudo são as necessidades de intervenção ao nível das relações intergeracionais, que passam, mais especificamente, por perceber o tipo de relacionamentos sociais que estas pessoas mantêm (a), as crenças que têm a cerca da geração oposta (b), a perceção das relações intergeracionais na atualidade (c), as atitudes face às atividades intergeracionais (AI) (d), e as atividades mais adequadas para responder a essas necessidades (e), do ponto de vista dos técnicos, dos jovens e dos séniores, adotando-se uma perspetiva multi-informante. Estes indicadores foram selecionados tendo em conta que as crenças face à geração oposta e às relações intergeracionais, e as atitudes face aos PI, serão determinantes da necessidade e do envolvimento das pessoas nas atividades intergeracionais, uma vez que, segundo o Modelo Hierárquico de Rosenberg e Hovland, as atitudes são constituídas pela vertente cognitiva (crenças, estereótipo), afetiva (sentimentos, preconceito) e comportamental (discriminação) (Leyens & Yzerbyt, 2008). Para além disso, a teoria do comportamento planeado de Azjen refere as atitudes em relação ao comportamento, a norma subjetiva e o controlo percebido, como determinantes da intenção e do comportamento. Sendo também importante perceber o tipo de redes que têm (ou não) e o tipo de atividades que preferem, para a relevância e adequação de projetos futuros.

A avaliação de necessidades leva ao aperfeiçoamento de programas e serviços e é usada para determinar as necessidades (geralmente entendidas como o resultado da acumulação de fatores de risco e proteção) de um grupo alvo (e.g. jovens e séniores beneficiários de apoio social), mas uma abordagem da avaliação de necessidade compreensiva deve ter em conta a identificação de necessidades pelas outras partes do sistema (e.g. técnicos provedores dos serviços) (Witkin & Altschuld, 1995), levando a uma perspetiva multi-informante, ou seja, à recolha e interpretação da informação entre várias fontes relevantes para a questão.

O modelo das três fases da avaliação de necessidades compreende: a primeira fase “Explorar”, que consiste na identificação dos problemas ou fatores, dos indicadores de necessidade e do planeamento para a recolha de dados (Figura 1.1) para a segunda fase “Recolha e análise dos dados”, que compreende a recolha, análise, interpretação e resumo dos dados, estabelecendo critérios de ação baseados nas necessidades, para na terceira fase “Tomada de decisões” identificarem-se potenciais soluções e estratégias, e desenhar o plano de ação interventivo (neste trabalho não será contemplado o desenho do projeto, apenas a identificação de soluções e estratégias) (Witkin & Altschuld, 1995).

Trata-se de um estudo qualitativo onde o principal método utilizado para recolha de dados será a dinamização de grupos de discussão focalizada, o qual especificaremos no capítulo seguinte.

Quadro 1.1. Primeira fase do modelo da avaliação de necessidades



2. Estudo

2.1. Método

Em seguida será apresentado o tipo de estudo realizado, bem como a caracterização dos participantes, dos instrumentos utilizados e dos procedimentos de recolha e análise dos dados.

2.1.1. Tipo de estudo

Este estudo foi baseado em metodologia qualitativa, em que o método utilizado para a recolha de dados foi a dinamização de grupos de discussão focalizada (*focus-grupo*). Os estudos qualitativos são favoráveis ao desenvolvimento de conceitos novos para os investigadores, para além de que podem ser usados para gerar hipóteses e consequentes estudos quantitativos (George et al., 2003). Para além disso, os métodos qualitativos permitem respeitar a diversidade e o contexto ecológico dos participantes e promover o seu *empowerment*, através de uma participação mais ativa, e pela sua capacidade de dar voz a comunidades marginalizadas (Banyard & Miller, 1998).

Em relação à escolha da utilização do *focus-grupo*, esta fundamentou-se em algumas vantagens associadas a esse método, que o tornam numa melhor hipótese face ao tipo de estudo e participantes (ex.: baixa escolaridade, desconfiados, pouco participativos), como: não discriminam as pessoas que não sabem ler ou escrever, encorajam a participação daqueles que ficam relutantes com a formalidade e o isolamento de uma entrevista, podem encorajar os contributos daqueles que sentiam que não têm nada a dizer, através da discussão gerada pelo grupo, e a comunicação interpessoal pode realçar atitudes, valores culturais e normas de grupo (Kitzinger, 1995).

Para além disso, este estudo baseia-se numa perspetiva multi-informante, com três grupos amostrais, o que promove um retrato da realidade mais aprofundado, uma maior integração da informação relevante e intervenções futuras mais eficazes. Foram realizados três grupos focais aos jovens e aos séniores e dois grupos focais aos técnicos, fazendo um total de oito *focus-grupo*.

2.1.2. Participantes

Este estudo é composto por três grupos de participantes: os jovens (18-30 anos), os séniores (≥ 50 anos) e os técnicos, tendo sido utilizada uma amostra de conveniência, composta por beneficiários (jovens e séniores) de duas instituições de apoio social, numa freguesia do concelho de Almada, constituída por bairros de habitações sociais e caracterizada como uma comunidade de baixo rendimento e uma zona problemática, e composta por técnicos que trabalham com essa população.

A amostra total do estudo é constituída por 43 participantes, sendo que 17 são do grupo dos jovens, 18 pertencem ao grupo dos séniores e 8 participantes são do grupo de técnicos(as). A distribuição relativamente ao sexo dos participantes mostrou-se equivalente nos grupos dos jovens e séniores, mas o grupo dos técnicos foi preenchido apenas por mulheres (pelo que passará a ser designado exclusivamente por técnicas). O grupo amostral dos jovens tem uma média de 24 anos (DP=4), dos séniores uma média de 61 anos (DP=9) e das técnicas, uma média de 42 anos (DP=10). A maior parte dos participantes têm nacionalidade portuguesa, à exceção de 3 jovens e 4 séniores naturais dos PALOP. Estas características são melhor ilustradas no quando 2.1.

Quadro 2.1. Sexo, nacionalidade e idade dos participantes

		Jovens		Séniore		Técnicas	
		f	%	f	%	f	%
Sexo	Masculino	9	52,9%	8	44,4%	0	0
	Feminino	8	47,1%	10	55,6%	8	100%
Nacionalidade	Portuguesa	14	82,4%	14	77,8%	8	100%
	PALOP	3	17,6%	4	22,2%	0	0%
Idade	M	24		61		42	
	DP	4		9		10	
	Mínimo	20		47		25	
	Máximo	31		74		54	

Todos os participantes jovens são solteiros, sendo que na maioria têm o 3º ciclo ($f=6$) e o ensino secundário ($f=5$) de escolaridade, e estão desempregados ($f=7$). Enquanto, a maior parte dos participantes séniore são casados ($f=7$) ou solteiros ($f=6$), têm o 1º ciclo ($f=11$) de escolaridade e estão reformados ($f=13$). Estas características são mais aprofundadas no quadro 2.2.

Quadro 2.2. Características sociodemográficas dos jovens e séniore

		Jovens		Séniore	
		F	%	f	%
Estado civil	Solteiro	17	100,0%	6	33,3%
	Casado	0	0,0%	7	38,9%
	Separado/Divorciado	0	0,0%	2	11,1%
	Viúvo	0	0,0%	3	16,7%
Escolaridade	Sem escolaridade	0	0,0%	1	5,6%
	1º Ciclo	3	17,6%	11	61,1%
	2º Ciclo	3	17,6%	0	0,0%
	3º Ciclo	6	35,3%	2	11,1%
	Ensino secundário	5	29,4%	3	16,7%
	Ensino Superior	0	0,0%	1	5,6%
Situação socioeconómica	Receber RSI	1	5,9%	2	11,1%
	Desempregado/a	7	41,2%	3	16,7%
	Empregado/a	3	17,6%	0	0,0%
	Estudante	3	17,6%	0	0,0%
	Reformado	1	5,9%	13	72,2%
	Trabalhador-estudante	2	11,8%	0	0,0%

Por sua vez, as técnicas possuem o ensino superior, estando entre elas 4 educadoras de infância, 2 assistentes sociais, 1 professora e 1 psicóloga. A maior parte exerce a profissão numa IPSS ou numa Fundação, em média há 16 anos ($DP=9$). Cinco técnicas trabalham mais com população jovem, enquanto a restante lida com jovens e séniore. Estas características são mais explicitadas no quadro 2.3.

Quadro 2.3. Características sociodemográficas das técnicas

		Técnicas	
		f	%
Escolaridade	Ensino Superior	8	100,0%
Profissão	Educadora infância	4	50,0%
	Assistente social	2	25,0%
	Professora	1	12,5%
	Psicóloga clínica	1	12,5%
Tipo de organização onde trabalha	IPSS	5	62,5%
	Fundação	2	25,0%
	Escola pública	1	12,5%
Com que tipo de população etária trabalha	Crianças (< 18)	4	50,0%
	Séniore (>50)	1	12,5%
	Crianças e jovens	1	12,5%
	Jovens e séniores	1	12,5%

2.1.3. Instrumento

Para a recolha de dados nos grupos focais foram utilizados, naturalmente, guiões semi-estruturados (um para cada grupo amostral), com perguntas abertas, para facilitar a discussão e a recolha de informação, e com uma ordem flexível. Nos três grupos as questões incidiram sobre três grandes áreas: as redes sociais destes jovens e séniores, as relações intergeracionais, sendo que para os jovens e séniores estas questões basearam-se mais sobre a perceção que têm sobre a geração oposta e os contributos de ambas as gerações, enquanto para os técnicos estas questões basearam-se mais sobre o conhecimento e os benefícios das RI, e as atividades intergeracionais que poderiam ser realizadas para aproximar as gerações. Os guiões foram pensados de forma à discussão focalizada não exceder os 60 minutos.

O guião dos jovens (Anexo A) e dos séniores (Anexo B) é idêntico, mudando apenas o grupo alvo da questão (e.g. aos jovens questionava-se “O que acham das pessoas mais velhas?” e aos séniores “O que acham das pessoas mais jovens?”), sendo constituídos por nove perguntas. Em relação às redes sociais foram feitas duas perguntas, tendo sido iniciada a discussão com uma pergunta introdutória geral (e.g. “Gostava que me contassem um pouco sobre as vossas relações com as outras pessoas. Com quem se relacionam no dia-a-dia?”), com vista a perceber o tipo de redes sociais dos participantes. Quanto à área das relações intergeracionais foram feitas 4 questões (e.g. “O que acham que as pessoas mais velhas podem vos ensinar/transmitir?”, “O que acham que vocês podiam ensinar/transmitir às pessoas mais velhas?”), com o intuito de perceber as suas perceções sobre as gerações e as RI. E, sobre as atividades intergeracionais foram realizadas 3 questões (e.g. “Que projetos/atividades é que se podiam fazer para aproximar as gerações?”), com vista a perceber que atividades intergeracionais poderiam ser realizadas e as atitudes face às mesmas. Nesta área foi realizada uma pergunta mais fechada, com a intenção de perceber a intenção de participação numa atividade intergeracional (e.g. “Vocês gostavam de participar ou até ajudar a criar projetos/atividades para promover relações entre essas gerações?”). Relembramos que, sendo um guião semi-estruturado, as questões devem ser centradas nos indivíduos e adaptadas à discussão focalizada, podendo ser reelaboradas de outra forma ou introduzidas questões extra. Por exemplo, em dois

grupos focais dos jovens, em que os participantes eram mais reservados e não elaboravam tanto a discussão, foi realizada uma pergunta extra (“O que acham das relações entre estas gerações na atualidade?”), antes de passar para a área das atividades intergeracionais, sendo que nos outros *focus* este tema também foi abordado de forma espontânea.

O guião dos técnicos (Anexo C) é constituído por seis perguntas, sendo que área das redes sociais tem duas questões (e.g. “Qual é a vossa opinião sobre as relações sociais do tipo de população com que trabalham?”), com vista a perceber a opinião dos técnicos sobre o tipo de redes sociais destes jovens e séniores. A área das relações intergeracionais tem, também, duas perguntas com o intuito de perceber as suas perceções sobre os benefícios das RI, sendo primeiro questionados se têm conhecimento sobre as práticas intergeracionais e os seus benefícios, e de seguida, antes da próxima questão (“O que acham das práticas intergeracionais em relação a este tipo de população? Que aspetos positivos poderiam trazer para os jovens e para os seniores?”) foram partilhadas (pelo investigador) algumas evidências dos benefícios dos PI, caso os técnicos não tivessem conhecimento sobre os mesmos, com vista a elaborarem as próximas questões. Na área das atividades intergeracionais foram realizadas, igualmente, duas questões, para se perceber que tipo de projetos ou atividades poderiam existir (e.g. “Que tipo de projetos ou atividades intergeracionais podiam existir para fortalecer as relações intergeracionais destas populações?”).

De maneira a caracterizar a amostra, foi aplicado um pequeno questionário sociodemográfico aos participantes. No caso dos jovens e séniores o questionário continha perguntas sobre: o sexo, a data de nascimento, o estado civil, a nacionalidade, a escolaridade e a situação socioeconómica (receber RSI, desempregado/a, empegado/a, estudante, reformado/a). No caso dos técnicos, o questionário continha perguntas sobre: o sexo, a data de nascimento, a nacionalidade, as habilitações literárias, a profissão, há quanto tempo exercem a profissão, em que tipos de organização trabalham (e.g. IPSS, ONG) e com que faixas etárias trabalham (crianças menores de 18 anos, jovens entre os 18-30 anos e séniores maiores de 50 anos).

2.1.4. Procedimento de recolha de dados

O primeiro passo para a recolha de dados, em relação aos jovens e séniores, foi o contato com as duas instituições, via *e-mail*, a informar do objetivo do estudo e a pedir autorização para recolher os dados entre os beneficiários da instituição, bem como a disponibilidade de uma sala onde realizar os *focus-grupo*. Após a confirmação da autorização, numa das instituições foi feito um primeiro contato com os beneficiários para perceber a sua disponibilidade, a fim de estabelecer os grupos e os dias das discussões focalizadas, sendo depois feito um segundo contacto com os participantes para confirmar o dia da realização do *focus* e a sua presença. Na outra instituição (onde foi realizado apenas um *focus* a jovens, uma vez que, esta tinha um espaço específico para eles, enquanto na outra haviam poucos jovens a se dirigirem lá no dia-a-dia) o contato e a marcação com os participantes foram feitos pelo coordenador daquele espaço. Em relação aos técnicos foi feito o contato via *e-mail* (ou primeiro presencial e depois por *e-mail*, uma vez já ter tido contato com as instituições e os técnicos) a informar do objetivo do estudo e a pedir a sua colaboração, através da participação em reuniões de discussão com técnicos, informando sobre os pontos a discutir e o local

da discussão (que foi numa das salas cedidas por uma das instituições), e perguntado a sua disponibilidade face a duas datas. É de referir que, um dos técnicos que contactei ajudou-me através do contacto com cinco colegas seus, sendo que, houveram outros cinco técnicos que contactei via *e-mail* e que não tiveram disponibilidade para participar.

Em relação ao momento da recolha de dados em si, no início de cada grupo focal, foi agradecida a disponibilidade dos participantes e entregue o consentimento informado, explicando aos participantes o objetivo do estudo e os termos éticos da sua participação voluntária, garantindo o anonimato e o tratamento coletivo dos dados, sendo a sua divulgação feita em contextos científicos e/ou pedagógicos (no caso dos sêniiores o consentimento foi lido na íntegra, uma vez que, foram notadas ou expressas dificuldades ao nível do alfabetismo). Para além disso, explicou-se aos participantes que para facilitar o tratamento dos dados a sessão seria gravada em áudio, sendo a gravação destruída após a transcrição do seu conteúdo, pedindo, também em consentimento informado, permissão para gravar. Após aceitarem participar perguntou-se aos participantes se tinham dúvidas ou questões, e deu-se início à discussão com base nas questões do guião semi-estruturado, sendo reformuladas de outra maneira sempre que necessário para esclarecer determinadas dúvidas. No final das questões presentes no guião foi perguntado aos participantes se queriam acrescentar algo ao que tinha sido dito. Após ter sido encerrada a discussão, foi pedido aos participantes para preencherem o questionário sociodemográfico, e agradecida, novamente, a sua participação.

2.1.5. Procedimento de análise de dados

O primeiro passo para a análise dos dados foi a transcrição das discussões focalizadas, sendo que, após a transcrição procedeu-se à análise de conteúdo com auxílio do computador, através do programa MAXQDA, para facilitar a organização da informação. A análise de conteúdo é uma técnica que permite a inferência de um texto focal para o seu contexto social, através do tratamento estatístico das unidades de texto, de maneira sistemática, explícita e replicável, à luz da teoria, do objetivo e do material de pesquisa (Bauer, 2005). Segundo o mesmo autor, ela permite a pesquisa da opinião, a análise de indicadores, valores, atitudes, preconceitos e estereótipos.

Assim, procedeu-se à seleção das unidades de texto que respondessem aos objetivos da pesquisa e à sua categorização dentro de sete categorias gerais, e posteriormente dentro de subcategorias, que garantissem a coerência do sistema de codificação, e a exclusividade, o ajustamento, e a inclusão de todas as unidades, e uma vez que, nenhuma unidade deve ser excluída (Bauer, 2005). Para melhor organização e distinção das categorias, foram atribuídos números às categorias e para garantir a transparência do sistema de codificação foi elaborado um quadro com a lista de todas (sub)categorias, numeradas, com a sua definição e uma unidade de texto ilustrativa.

Considera-se este sistema de codificação complexo, uma vez que, possui um grande número de (sub)categorias, e apesar de um sistema simples possivelmente ser mais fidedigno (também seria menos informativo), um sistema complexo contém mais informação relevante para a teoria e prática (Bauer, 2005). Para conferir fidedignidade ao sistema de categorização procedeu-se à discussão do sistema de categorias, baseado no ajustamento e agrupamento de subcategorias, com a minha

orientadora. Para além disso, devido ao grande volume de unidades de análise optou-se por distribuir 30% das unidades por duas pessoas (15% a cada pessoa) de modo a verificar a percentagem de acordo entre a categorização pré-realizada e o entendimento dessas pessoas. No total foram distribuídas 262 unidades de texto que foram introduzidas no sistema de categorização por duas pessoas independentes, tendo-se obtido uma percentagem de acordo com a categorização original de 85,5%. Algumas unidades foram discutidas com essas pessoas e novamente categorizadas, chegando-se a 87,8% de acordo sobre a categorização das unidades em causa.

De modo a preservar a validade dos dados, tentou-se utilizar palavras usadas pelos participantes na nomeação e definição das categorias, bem como, preservar o contexto de cada unidade, através da segmentação de unidades de texto maiores e da introdução de segmentos entre parênteses que correspondessem ao contínuo da conversa (e.g. “*Aprendo tanta coisa (com os mais velhos). Olha eu estou sempre à aprender com eles.*”), uma vez que, a separação das unidades de análise do seu contexto geram imprecisões na interpretação (Bauer, 2005).

2.2. Resultados

Os dados analisados foram agrupados em oito categorias gerais principais: as “Redes sociais”, as “Crenças sobre os jovens”, as “Perceções sobre o que os jovens podem transmitir”, as “Crenças sobre os séniores”, as “Perceções sobre o que os séniores podem transmitir”, as “Perceções sobre as RI”, as “Atitudes face às atividades intergeracionais” e as “Atividades intergeracionais”, sendo que, dentro destas categorias surgem subcategorias e subsubcategorias (Quadro 2.4, e Anexo D para definições e exemplos). A categoria “Redes sociais” refere-se ao tipo de redes e relacionamentos que os jovens e os séniores têm geralmente. As categorias “Crenças sobre os jovens” e “Perceções sobre o que os jovens podem transmitir” englobam as perceções que os três grupos têm acerca dos jovens. Por sua vez, as categorias “Crenças sobre os séniores” e “Perceções sobre o que os séniores podem transmitir”, agrupa as perceções que os três grupos têm acerca dos séniores. A categoria “Perceções sobre as RI” espelha as perceções que os três grupos detêm sobre as relações intergeracionais e o seu estado atualmente. A categoria “Atitudes face às atividades intergeracionais” indica as atitudes que os três grupos demonstraram em relação às mesmas. E, a categoria “Atividades intergeracionais” apresenta aquilo que os três grupos conhecem e sugerem sobre as atividades intergeracionais, tendo três conjuntos de subsubcategorias que se referem às “Sugestões” de atividades intergeracionais, aos “Exemplos reais” que, principalmente, as técnicas conhecem, e aos “Agentes” que deveriam ter um papel promotor das atividades intergeracionais. Por exemplo, algumas subsubcategorias das “Sugestões”, como a subsubcategoria “Atividades de interesses em comum”, possuem subsubsubcategorias (e.g. “Ao ar livre”), como forma de especificar melhor as atividades que foram referidas

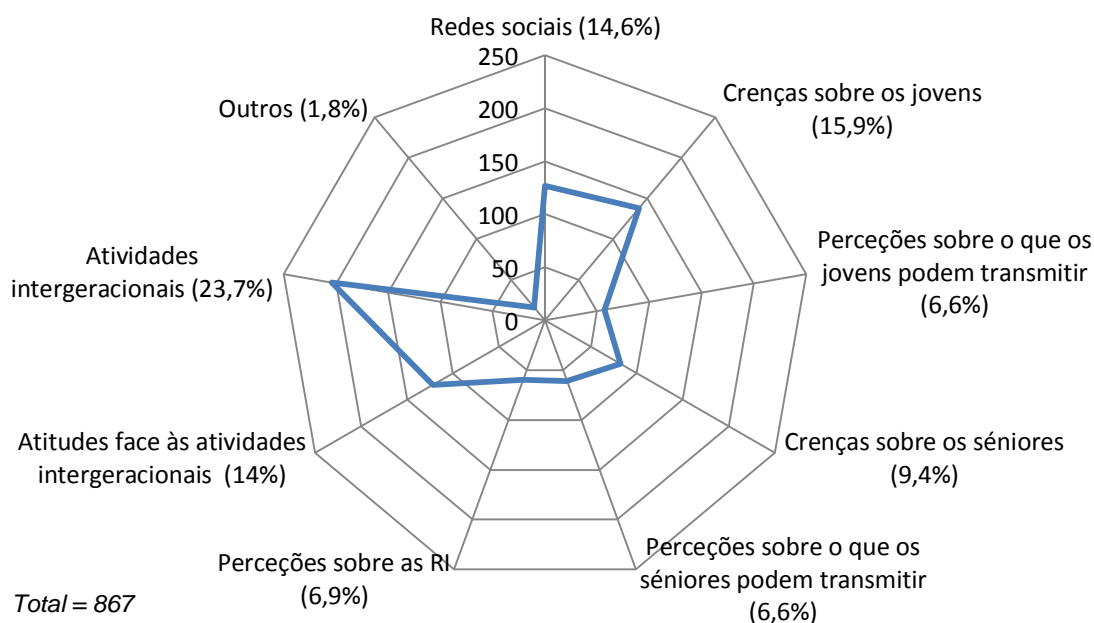
Por último, foi construída uma categoria extra “Outros”, que possui a subcategoria “Falta de atividades”, que não se aplica a nenhuma outra categoria, mas que no entanto deve ser exposta. Todas estas categorias vão ser melhor analisadas de seguida, separadamente, tendo em consideração os três grupos da amostra, sendo que, no Anexo D encontra-se uma tabela com todas as subcategorias, definições e exemplos.

Quadro 2.4. Categorias e subcategorias

Redes Sociais	
<ul style="list-style-type: none"> • Família • Vizinhos/ Conhecidos • Amigos/ Colegas • Famílias multigeracionais devido à dependência financeira 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhores relações fora da família • Falta de redes e de RI • Falta de solidariedade • Etnias separadas
Crenças sobre os jovens	
<ul style="list-style-type: none"> • Desorientados/frustrados • Falta de atenção e supervisão parental • Más companhias, rebeldia e vandalismo • Deseducados/desrespeitosos • Indiferentes aos séniore • Falta de conhecimentos • Só querem computadores/ jogos 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de infraestruturas • Preguiçosos • Deviam ter outras ocupações • Famílias jovens, monoparentais, desempregadas • Herdeiros da situação de vida
Perceções sobre o que os jovens podem transmitir	
<ul style="list-style-type: none"> • Paciência, atenção, esperança • Renovação/ convívio saudável • Ajudar adaptação a novas realidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos • Tecnologia • Nada
Crenças sobre os séniore	
<ul style="list-style-type: none"> • Não compreensão do recurso à violência • Solidão • Atraem maior respeito, mas têm que se dar ao respeito • Experiência de vida • Outros tempos, outra mentalidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Voltam a ser crianças • Conflituosos • Problemas de saúde • Aceitação da diversidade • Atitudes contra os jovens • Baixa escolaridade • Sustentam a família
Perceções sobre o que os séniore podem transmitir	
<ul style="list-style-type: none"> • Conselhos • Vivência • Conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Valores • Bons exemplos • Tudo
Perceções sobre as RI	
<ul style="list-style-type: none"> • Gerações distantes • A sociedade separa as gerações • Os pais afastam-se dos filhos/ não são assertivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Importantes para a resiliência • Importantes para o CS • Diferenças culturais • Entre várias faixas etárias
Atitudes face às atividades intergeracionais	
<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios psicológicos • Benefícios para a saúde • Benefícios sociais • É difícil juntar as gerações 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de interesse dos jovens • A barreira da participação • Desmotivação dos técnicos • Participação favorável
Atividades intergeracionais	
<ul style="list-style-type: none"> • Não chegam a todos • Sugestões: • Adaptar boas práticas • Sensibilizações e divulgação • Redes sociais/plataforma digital • Spot publicitário dos PI • <i>Atividades de interesses em comum:</i> • Ao ar livre 	<ul style="list-style-type: none"> • Convívios • Desportos • Jogos de mesa • Voluntariado • <i>Troca de aprendizagens:</i> • Ateliers troca de saberes • Jardinagem • Culinária • Português
	<ul style="list-style-type: none"> • Troca de ideias e experiências • Recuperação do espaço • Em pequena escala • Atividades práticas e dinâmicas • Diversidade • Preferências diferentes entre sexos • <i>Duração</i> • Exemplos reais • Agentes
Outros	
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de atividades 	

Porém, antes disso, faremos um retrato global sobre as categorias que foram mais discutidas nos oito *focus-grupo*. Como podemos ver na figura 2.1 e na figura 2.2, as categorias que geraram mais unidades de análise foram as “Atividades intergeracionais” ($f=206$; 23,7%), as “Crenças sobre os jovens” ($f=138$; 15,9%) e as “Redes sociais” ($f=145$; 14,6%), sendo também aquelas que têm mais subcategorias. Contudo, ao juntarmos as categorias “Crenças sobre os jovens” com as “Percepções sobre o que os jovens podem transmitir”, e as categorias “Crenças sobre os sêniore” e “Percepções sobre o que os sêniore podem transmitir”, reparamos que existe uma maior percentagem sobre as unidades referentes à percepção sobre os jovens ($f=195$; 22,4%) e sobre os sêniore ($f=143$; 16,5%).

Figura 2.1. Frequência e percentagem de unidades de análise por categorias gerais

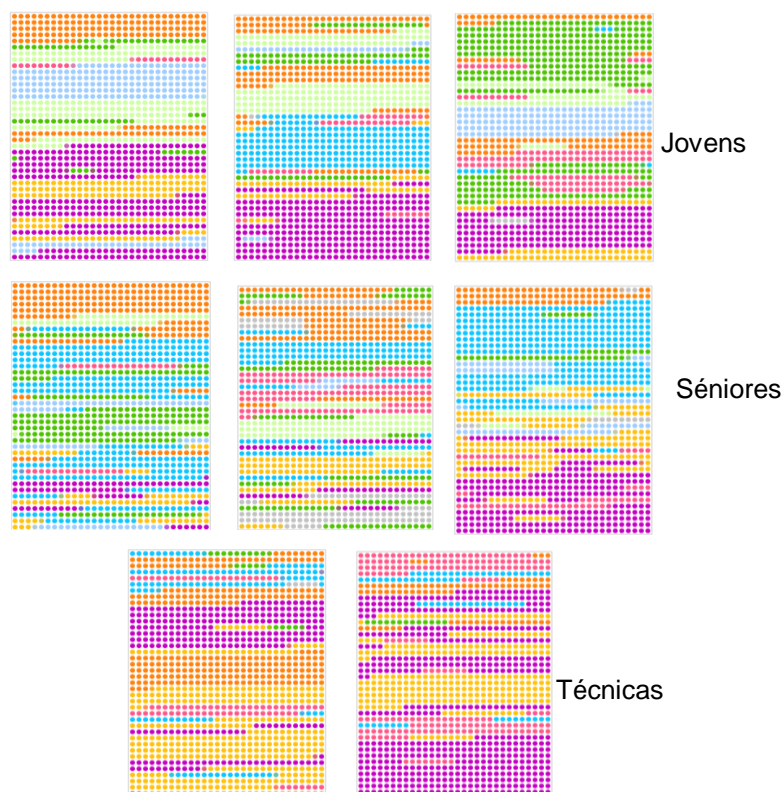


Podemos ver, ainda na figura 2.3, que tanto nos *focus* dos jovens como dos sêniore, a discussão concentrou-se mais nas Crenças e nas percepções sobre os jovens sêniore. É de relembrar que, em cada grupo foi perguntada a opinião sobre o grupo contrário (sendo natural que nos jovens haja mais unidades de análise sobre as “Crenças sobre os sêniore” e as “Percepções sobre o que os sêniore podem transmitir”, e vice-versa), contudo, no desenrolar da discussão ambos os grupos mencionaram percepções sobre o próprio grupo etário, principalmente os jovens. No caso dos jovens a discussão centrou-se mais, também, nas “Atividades Intergeracionais”, do que no caso dos sêniore, à exceção de um *focus*, que se concentrou mais nas “Atitudes face às atividades intergeracionais” e nas “Atividades intergeracionais”, do que os restantes grupos de discussão sêniore.

Por seu lado, num dos *focus*, as técnicas concentraram mais a discussão sobre as “Atitudes face às atividades intergeracionais” (pois estavam muito concentrados no problema da não participação da comunidade e desmotivados devido a isso) e nas “Atividades intergeracionais” (apesar de ser apenas sobre a subcategorias dos “Exemplos reais”, pois não tinham sugestões, devido à desmotivação que

sentiam). No outro *focus*, as técnicas centraram mais a discussão nas “Crenças sobre os jovens” e nas “Atividades intergeracionais” (tanto nos exemplos reais como nas sugestões). Faremos, então, uma análise mais aprofundada sobre cada categoria.

Figura 2.2. Retratos dos focus-grupo em relação às categorias gerais



Nota: As categorias estão representadas pelas mesmas cores que no quadro anterior.

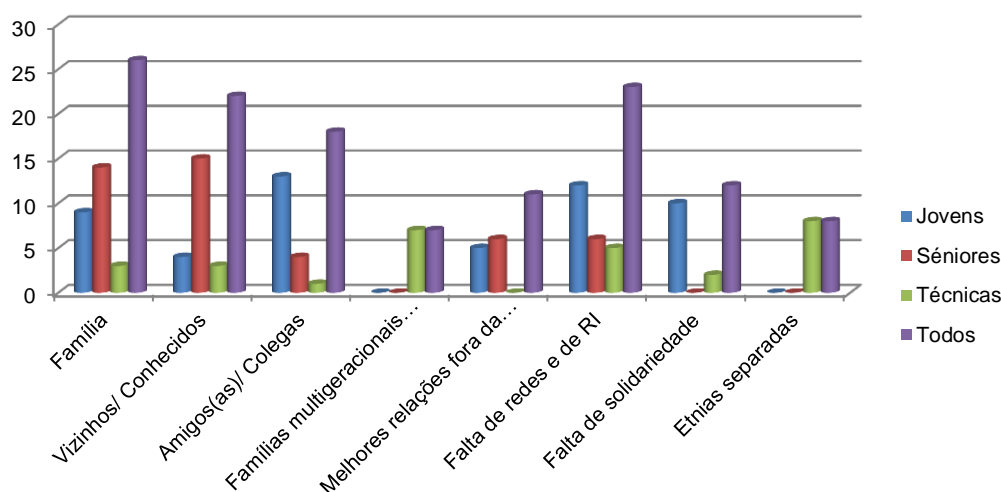
“Redes sociais”

Em relação à categoria das “Redes Sociais”, estas baseiam-se sobretudo nas redes de “Família”, “Vizinhos/Conhecidos” e “Amigos/Colegas”, sendo que os jovens referem mais os “Amigos/Colegas”, do que a família, e os séniore referem de maneira equivalente a “Família” e os “Vizinhos/Conhecidos” (figura 2.3). Tanto os jovens como os séniore, em alguns casos, referem que têm “Melhores relações fora da família” (e.g. *“Exatamente dou-me muito melhor com os de fora do que com os da própria família. Sinto-me bem”*). Em relação à opinião sobre as redes sociais desta população, as técnicas também referiram mais a “Família” e os “Vizinhos”, ressaltando o facto de hoje em dia haver mais “Famílias multigeracionais devido à dependência financeira”, às vezes em condições menos boas (e.g. *“Não quer dizer que haja comunicação, não quer dizer que haja transmissão, mas portanto, vêm-se todos a viverem de forma aglomerada, muitas delas sem condições, muito reduzidas”*). Para além, desse aspeto, as técnicas também referiram o facto de haver várias etnias na comunidade, mas haver uma separação das mesmas e uma resistência às normas nacionais (e.g. *“Como existem várias etnias, como estava a dizer, eles juntam-se mais entre as várias etnias”, “Acho que eles próprios têm muitas comunidades à volta do bairro, ou dos bairros, não se encaixam no próprio país, porque eles neste momento os filhos deles são portugueses, não é,*

já nasceram cá, mas continuam a seguir aquela cultura e põem-se um bocado à margem, das nossas regras, das nossas leis”).

A subcategoria “Falta de redes e de RI” foi mencionada pelos três grupos, principalmente pelos jovens (e.g. “Eu dou-me com pessoas assim da minha faixa etária, com jovens, não falo muito assim com pessoas mais velhas”), sendo referida pelos jovens e pelos séniores (e.g. “Eu no dia-a-dia não porque não tenho familiares nem amigos nessa faixa etária, portanto, e os que tenho estão nas escolas, nas suas vidas, com as suas famílias, portanto não lido com essa faixa etária, no dia-a-dia”), mais em relação à falta de RI fora da família, e pelas técnicas em relação à falta de redes de suporte (e.g. “quando questionamos as pessoas sobre se não há ninguém na rede de suporte de amigos, família, a maioria das pessoas não tem, é verdade, e isso acaba por ser aquilo que dificulta ainda mais digamos o processo”). A “Falta de solidariedade” entre as pessoas foi referida pelos jovens e pelas técnicas, mas principalmente pelos primeiros (e.g. “Hoje em dia, não sei se antes era assim, mas eu vejo que hoje em dia uma pessoa precisa de ajuda e ninguém é capaz de dar ajuda a uma pessoa”).

Figura 2.3. Frequências das subcategorias de “Redes sociais” por grupo



“Crenças sobre os jovens”

Os séniores foram questionados diretamente quanto à sua opinião sobre os jovens, pelo que é natural a maior frequência de unidades neste grupo, no entanto, no decorrer das discussões todos os grupos acabaram por referir algumas crenças (Quadro 2.5). Todos os grupos da amostra mencionaram a “Falta de atenção e supervisão parental”, principalmente os jovens, devido ao horário de trabalho dos pais os jovens passam muito tempo sozinhos e no tempo em que os pais estão em casa também não lhes dão muita a atenção, devido aos afazeres e às preocupações (e.g. “Os pais estão mesmo a pensar em trabalhar para dar tudo aos filhos mas não lhes dão atenção”). As técnicas e, principalmente, os séniores, referiram que os jovens têm “Más companhias, (e comportamentos de) rebeldia e vandalismo” (e.g. “Os jovens hoje em dia só fazem é estragar”, “São as companhias de fora, que os desencaminham para eles irem”). Os séniores afirmam também que os jovens têm “Falta de conhecimentos”, andam “Desorientados/ frustrados”, devido ao problema do desemprego e à falta

de oportunidades e perspectivas futuras, têm “Falta de infraestruturas” (e.g. espaços verdes, campos de futebol), “Só querem computadores/ jogos”, aqueles que estão no ensino escolar repetidamente, sem melhoras e a influenciarem negativamente os mais novos “Deviam ter outras ocupações”. Contudo, existe também a percepção de que eles, talvez não memorizam tanto, mas “Aprendem coisas, não são ignorantes”, principalmente através da internet, onde pesquisam muitas coisas, contrariando a percepção da (subcategoria) “Falta de conhecimentos”.

Quadro 2.5. *Frequências das subcategorias de “Crenças sobre os jovens” por grupo*

Subcategorias	Jovens	Séniore	Técnicos	Todos
Falta de atenção e supervisão parental	11	6	7	24
Más companhias, rebeldia e vandalismo	-	13	4	17
Deseducados e desrespeitosos	7	8	-	15
Falta de conhecimentos	-	15	-	15
Desorientados/ frustrados	-	14	-	14
Não são todos iguais	1	9	-	10
Falta de infraestruturas	-	9	-	9
Só querem computadores/jogos	-	7	-	7
Famílias jovens, monoparentais, desempregadas	-	1	5	6
Preguiçosos	2	3	-	5
Deviam ter outras ocupações	-	5	-	5
Aprendem coisas, não são ignorantes	-	5	-	5
Indiferentes aos séniore	2	2	-	4
Herdeiros da situação de vida	-	-	1	1
Gostam de estar com os séniore	-	-	1	1

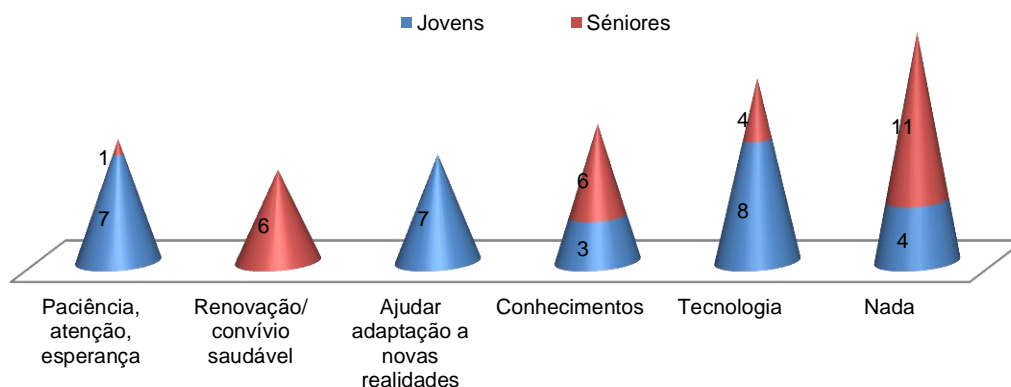
Os séniore, mas também os jovens, dizem que os jovens são “Deseducados e desrespeitosos” (e.g. “A juventude de hoje em dia não vale nada”), “Preguiçosos” e “Indiferentes aos séniore”, e sobretudo os séniore relembram que “Não são todos iguais”, *“alguns (jovens) aproveitam-se, outros não”*. O grupo das técnicas refere também que a maior parte das famílias com crianças são “Famílias jovens, monoparentais e desempregadas”, sendo que os pais delas já foram beneficiários e os filhos voltam a frequentar o mesmo espaço, ou seja, são “Herdeiros da situação de vida”. Contrariando a ideia de que os jovens não gostam de estar com os mais velhos (subcategoria “Indiferentes aos séniore”), no mesmo grupo, foi mencionado que afinal os jovens “Gostam de estar com os séniore”.

“Percepções sobre o que os jovens podem transmitir”

Em relação ao que os jovens podem transmitir, os séniore referem com mais frequência que os jovens não têm “Nada” para transmitir, ou pelo menos *“nada de bom”*, ou que não têm *“experiência de nada”* havendo também jovens com a ideia que não têm nada para lhes ensinar, só aprender, e que não lhes podem transmitir nada que eles já não saibam (figura 2.4). Os séniore, mas principalmente os jovens, referem que podem transmitir “Paciência, atenção, esperança” e competências ao nível da “Tecnologia” (computadores, redes sociais, pagamentos por multibanco, telemóvel) e “Conhecimentos” no geral, devido à maior educação escolar. Os séniore mencionam também que os

jovens transmitem “Renovação/convívio saudável”, porque mudam de hábitos (e.g. ouvem outras músicas, têm outras conversas). Os jovens referem ainda que podem “Ajudar na adaptação a novas realidades”, a que os séniores não estão ainda adaptados, e a serem mais tolerantes com as diferenças e as mudanças (e.g. Neste caso, a tolerância, não é. Há vários assuntos que nós abordamos no dia-a-dia que se calhar para eles era impensável naquele tempo).

Figura 2.4. Frequências das subcategorias de “Perceções sobre o que os jovens podem transmitir” por grupo



“Crenças sobre os séniores”

Principalmente os jovens, mas também as técnicas, mencionaram que os séniores têm mais “Solidão” e são mais carentes (quadro 2.6). Os jovens referem que os séniores viveram “Outros tempos, (e têm) outra mentalidade”, devido aos tempos em que viveram e às experiências que tiveram, estando “presos ao passado”. Referem ainda que chegando a uma certa idade, os séniores “Voltam a ser crianças” e a terem comportamentos de crianças (“birras” e “ciúmes”), e que os séniores são “Conflituosos”, porque acham que têm razão em tudo e metem-se na vida dos outros. Os séniores manifestam uma “Não compreensão do recurso à violência na educação”, porque antigamente os pais batiam nos filhos e eles não eram tão mal educados e hoje em dia os pais não batem e ou não podem bater nos filhos (e.g. “Não podemos dar uma chapada num filho, porque no dia seguinte está a assistente social a bater-nos à porta”).

Os jovens, mas também os séniores, referem que os séniores “Atraem maior respeito, mas têm que se dar ao respeito”, ou seja, também têm que tratar bem os jovens, têm mais “Experiência de vida”, e também têm “Atitudes contra os jovens”, também tratam e falam mal para os jovens. Os séniores referiram, também, alguns “Problemas de saúde”, preocuparam-se em demonstrar a “Aceitação da diversidade cultural”, e referiram ser detentores de “Baixa escolaridade”. As técnicas e os séniores mencionaram ainda que muitas vezes são os séniores que “Sustentam a família” com o seu trabalho ou com as pensões de reforma e RSI, devido à dependência financeira dos filhos.

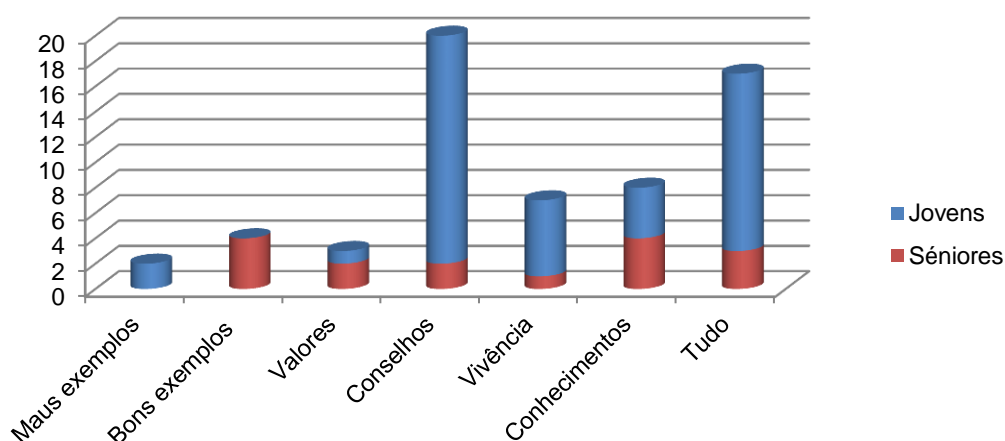
Quadro 2.6. Frequências das subcategorias de “Crenças sobre os séniore” por grupo

Subcategorias	Jovens	Séniore	Técnicos	Todos
Não compreensão do recurso à violência na educação	-	15	-	15
Solidão	11	-	2	13
Atraem maior respeito, mas têm que se dar ao respeito	7	3	-	10
Experiência de vida	7	2	-	9
Outros tempos, outra mentalidade	8	-	-	8
Voltam a ser crianças	7	-	-	7
Conflituosos	4	-	-	4
Problemas de saúde	-	4	-	4
Aceitação da diversidade cultural	-	4	-	4
Atitudes contra os jovens	2	1	-	3
Baixa escolaridade	-	3	-	3
Sustentam a família	-	1	2	3

Perceções sobre o que os séniore podem transmitir”

Ao contrário dos séniore que dizem que os jovens não têm nada para transmitir, os jovens, e também em alguns casos, os séniore, dizem que podem transmitir “Tudo” aos jovens, porque têm muita experiência de vida (e.g. “Sabem mais do que a gente em tudo”) (figura 2.5). Os jovens referem, sobretudo, que os séniore podem transmitir “Conselhos” e orientá-los, “Vivência” em termos de experiências de vida, “Conhecimentos”, sobre coisas que sabem fazer ou sobre acontecimentos do passado. Os jovens referiram também que aprendem com os “Maus exemplos” e erros dos mais velhos, e por seu lado, os séniore referiram que devem passar “Bons exemplos” aos mais novos.

Figura 2.5. Frequências das subcategorias de “Perceções sobre o que os séniore podem transmitir” por grupo



“Perceções sobre as RI”

Todos os grupos da amostra percecionam que as “Gerações (estão) distantes”, face aos relacionamentos sociais na atualidade, principalmente o grupo dos jovens, o que se deve às faltas de respeito de parte a parte e às diferenças entre os grupos que dificultam a interação (e.g. “O mundo

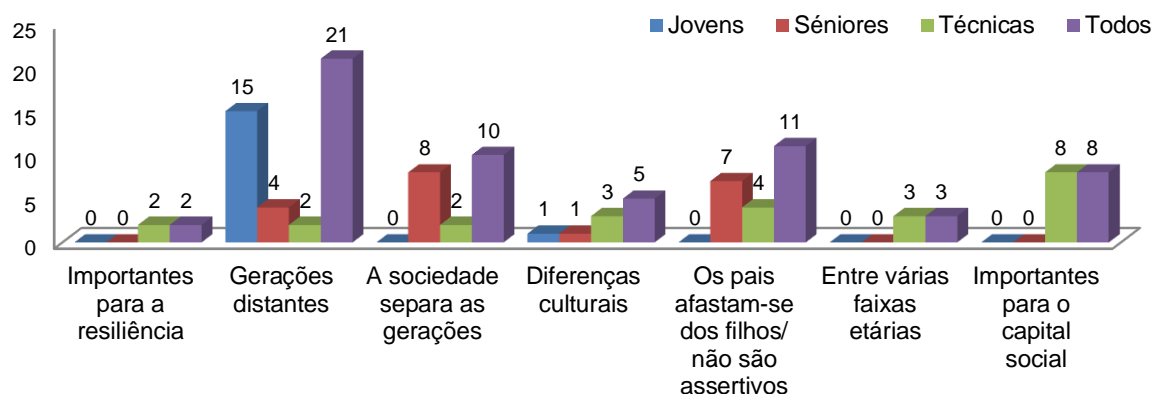
está todo virado do avesso. Não há respeito por ninguém, ninguém respeita ninguém, nem os velhos os novos, nem os novos os velhos, nada”, “Cada geração no seu canto, os sêniores com os sêniores, vão todos passear para as excursões, e os mais novos todos para a discoteca” (figura 2.6). As técnicas, e principalmente os sêniores, pensam que “A sociedade separa as gerações”, devido, sobretudo, à separação etária nas atividades existentes (e.g. *“Há uma grande distinção de idades, a própria sociedade divide”, “Porque é que por exemplo as juntas quando fazem natação tem que ser «só para os sêniores»? Porque é que não fazem uma mistura?”*), enquanto as técnicas referem também as dificuldades do contexto (e.g. *“Exatamente, as solicitações do meio são tão avassaladoras, não é, que estas interações são difíceis”*).

Os sêniores e as técnicas mencionaram o facto de que “Os pais afastam-se dos filhos/não são assertivos”. Os sêniores por um lado referem a falta de assertividade dos pais (e.g. *“Exatamente. Os pais não sabem dizer não. Têm medo de ofender os sentimentos dos filhos”*), e por outro lado, as técnicas referem a falta de assertividade dos pais e a distância entre pais e filhos, por uma questão de conforto dos adultos (e.g. *E se calhar, lá está, essa outra parte da família (os avós) que ajudava a manter a coesão familiar e a família toda ela a funcionar harmoniosamente, não estão lá para o fazer, por isso as crianças são entretidas, são colocadas a um canto, os adultos estão a fazer o que bem entendem, e não há tanto essa troca”; “Os adultos não usam da assertividade que deveriam usar, por uma questão de não prescindirem do seu conforto, de não saírem da sua zona de conforto”*).

Nesse seguimento, as técnicas referem que as RI familiares são “Importantes para a resiliência” (e.g. *“A questão da resiliência é fundamental e constrói-se com estas coisas, é esta mesma resiliência que depois nos permite interagir, estabelecer relações intergeracionais, construir relações de trabalho, aceitar a frustração, a grande dificuldade em lidar com a frustração”*).

As “Diferenças culturais” no relacionamento entre as gerações foram referidas pelas técnicas (e.g. *“Embora eu acha que em termos de cabo verdianos, angolanos, eles têm um grande respeito pelos mais velhos, o patriarca ou matriarca da família”*) e por um jovem (e.g. *“Temos que respeitar os mais velhos, já viveram muita coisa na vida. Nós em África, uma pessoa mais velha se fala, nós temos que ouvir o que ela nos diz todos os dias, se não a vida é muito complicada”*). As técnicas referiram ainda a existência de “Entre várias faixas etárias” (e.g. *“Porque nós podemos por pessoas de 30 anos a interagirem com pessoas com 15 e estamos a falar de diálogo intergeracional”*), sendo uma estrutura “altamente complexa”. Para além disso, referiram também que as RI são “Importantes para o capital social”, para a transmissão do conhecimento e desenvolvimento da identidade, da solidariedade e da coesão social (e.g. *“(…) a coesão social é vital para (…) o estar sob o ponto de vista social progrida, para que se desenvolva a identidade local, para que se desenvolva de todo, para que uma capacitação social também tenha lugar, e para que o capital social se construa”*).

Figura 2.6. Frequências das subcategorias de “Percepções sobre as RI” por grupo



“Atitudes face às atividades intergeracionais”

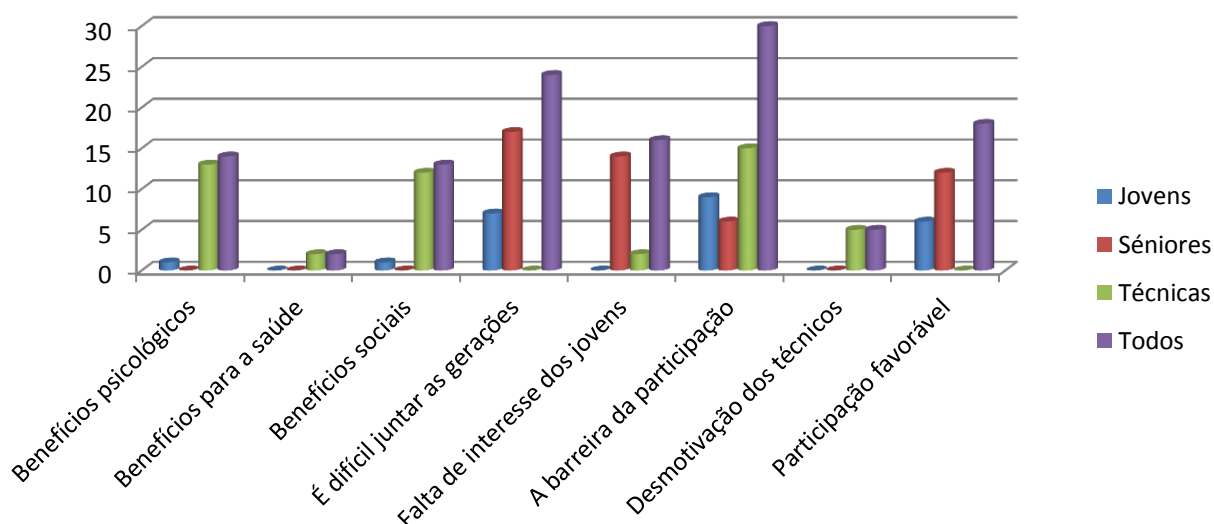
Todos os grupos mencionaram “A barreira da participação” na promoção das atividades intergeracionais (figura 2.7), referindo que as pessoas não participam ou não iam participar nas atividades, principalmente as técnicas, pois aqueles que tentam fazer atividades com a comunidade (e.g. no âmbito da educação de infância) sentem muita dificuldade, devido ao facto das pessoas não participarem (e.g. “*Esta comunidade é muito fechada, não gosta de participar, temos muita dificuldade com isso*”). Devido a isso, nota-se uma “Desmotivação das técnicas”, que não sabem que atividades é que se poderiam fazer (e.g. “*E depois, lá está a gente sente-se também desmotivadas, se tanta vez já convidámos e fizemos e etc. e eles não vêm, também não vale a pena, nós próprias também já sentimos, será que fale a pena?*”). Neste seguimento, também os jovens, e principalmente, os séniores sentem que “É difícil juntar as gerações”, devido aos diferentes interesses das gerações, sendo que, o primeiro impacto sobre que atividades poderiam ser feitas para promover a aproximação das gerações é de que isso é “muito difícil”, “muito complicado”, e “não estão a ver como” (e.g. “*Isso é complicado. Não acho que neste momento hajam muitas atividades que se possam fazer*”, “*Mesmo todos juntos iam-se separar, porque os mais novos não têm as mesmas conversas que os mais velhos, os mais velhos não têm as mesmas conversas que os mais novos*”). As técnicas, mas sobretudo os séniores, também referiram a “Falta de interesse dos jovens” como obstáculo às atividades intergeracionais, tendo a noção de que os jovens não aceitam, não querem estar, nem ouvir os séniores (e.g. “*A maioria não quer. Eles acham que são mais espertos, são mais jovens, são mais inteligentes, são mais tudo, e vivem numa bolha daquela geração*”).

Contudo, quando questionados sobre se participariam numa atividade intergeracional, 18 pessoas responderam favoravelmente, principalmente os séniores (e.g. “*Eu fazia espaços aqui para os jovens, para fazerem atividades, para os idosos, para a gente participar, em vez das pessoas isolarem-se em casa*”), mas também os jovens (e.g. *Nessa parte, (participar), eu por mim faço tudo e mais alguma coisa, sempre fiz tudo e mais alguma coisa*), embora com algumas reservas (e.g. “*Sim, eu participava, depende da atividade, mas acho que participava*”). Contudo algumas pessoas responderam apenas “Sim”, “Sim, gostava” ou “Eu também”, por exemplo, e essas respostas não foram contabilizadas como unidades de resposta, mas sim como taxa de concordância (19,4%), sendo que, houveram mais 6 frequências desse tipo de resposta. Ou seja, pode-se considerar que a

maior parte dos participantes (os jovens e sêniores correspondem a 31 participantes) demonstra uma atitude positiva face à sua participação em AI.

Os benefícios das atividades intergeracionais foram mencionados pelas técnicas, de forma substancial (havendo apenas duas unidades referidas pelos jovens), o que é natural, uma vez que, apenas este grupo foi questionado sobre isso. Entre eles, estão “Benefícios psicológicos”, para a autoestima, autoconceito, afetuosidade, validação, contribuição/transmissão, força, consciência e novas perspectivas (e.g. *Eu acho que o aspeto mais positivo, (e.g. “ (...) , sem dúvida é a autoestima, mas tanto para a população mais idosa como para a população mais jovem, é sem dúvida a autoestima”*), “Benefícios para a saúde” (e.g. *“Têm um forte impacto na saúde pública não é, exatamente, na qualidade da saúde pública”*) e “Benefícios sociais”, que engloba o sentido de comunidade, integração, inclusão, diversidade, sustentabilidade e *empowerment* (e.g. *“Desenvolver um ethos participatório, não é, um ethos muito forte participatório”*).

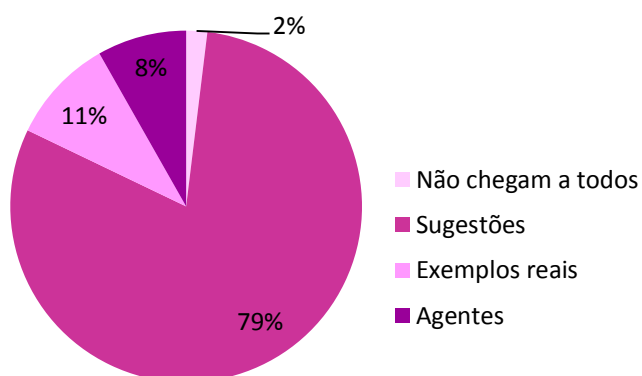
Figura 2.7. Frequências das subcategorias de “Atitudes face às atividades intergeracionais” por grupo



“Atividades intergeracionais”

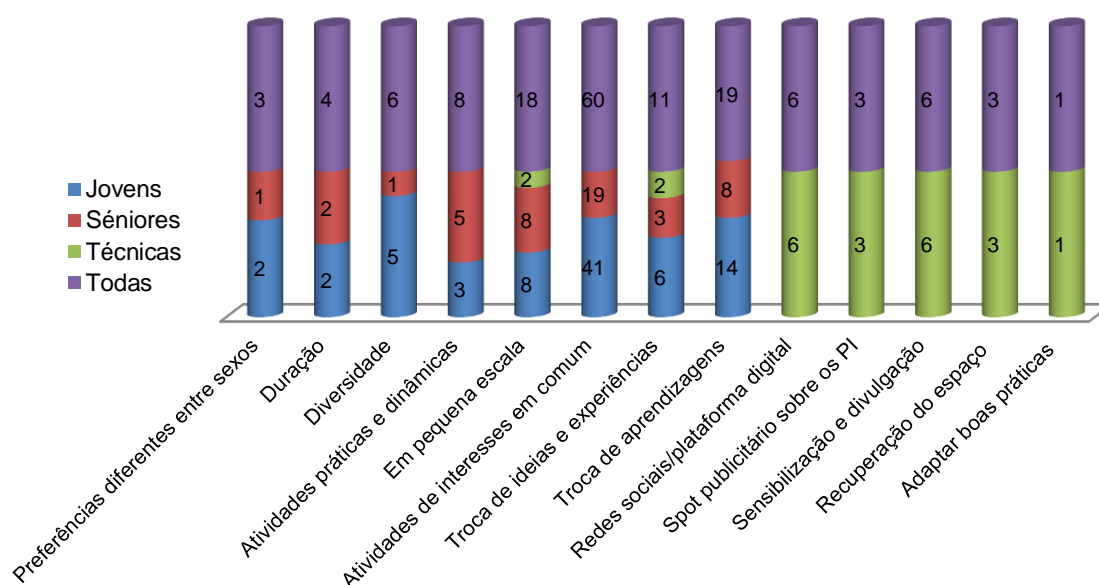
Quanto à existência de atividades intergeracionais, as técnicas ($f=4$) acham que já existem algumas atividades, mas “Não chegam a todos” (e.g. *“Existem, só que nomeadamente são só para aquelas pessoas, ou que já estão inscritas, pronto, para a população daquela resposta, nomeadamente é o que acontece”*). À parte dessa subcategoria, que apenas as técnicas mencionaram, existem mais três subcategorias, as “Sugestões”, os “Exemplos reais” e os “Agentes”, que englobam subsubcategorias, sendo a “Sugestões” aquela que abarca um maior número de unidades de frequência e subsubcategorias (o que é natural, uma vez que apenas os técnicos foram questionados sobre os exemplos e os agentes) (figura 2.8).

Figura 2.8. Percentagem das frequências das subcategorias de “Atividades intergeracionais”



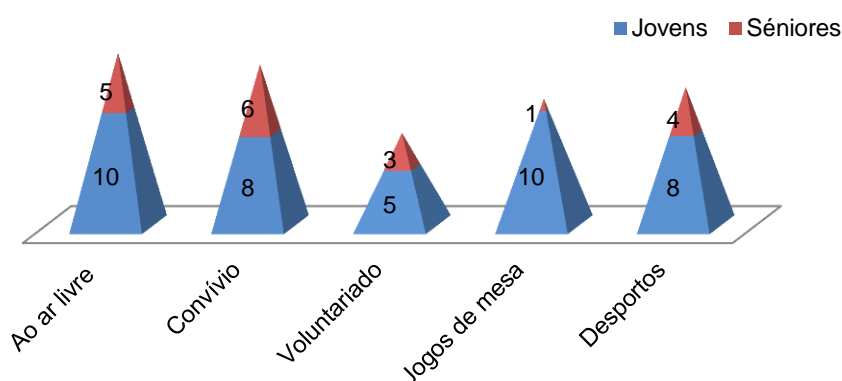
Em relação às “Sugestões”, as “Atividades de interesses em comum” e as atividades de “Troca de aprendizagens” foram aquelas mais referidas, pelos jovens e pelos séniores, que veremos mais em pormenor no parágrafo seguinte, ao analisarmos as suas subsubsubcategorias (figura 2.9). Os séniores, as técnicas e, principalmente, os jovens mencionaram a “Troca de ideias e experiências” como atividade, sendo que os três grupos, principalmente os jovens e os séniores, referiram, também, que as atividades deveriam acontecer “Em pequena escala”, ou seja, em grupos pequenos, que depois se poderiam multiplicar. Os jovens e os séniores indicaram a importância de serem “Atividades práticas e dinâmicas”. Referiram também que existem “Preferências diferentes entre sexos”, sendo que os homens gostam mais de um tipo de atividades e as mulheres de outro tipo (e.g. “o sexo masculino gosta mais de jogos. Para as senhoras, uma coisa mais soft, tipo ateliers”), e que a “Duração” deveria ser de “Duas vezes por semana” (Subsubsubsubcategoria, mencionada pelos jovens duas vezes) ou que ela “Depende da atividade” (e.g. “É assim se for jardinagem tem que ser pelo menos dia sim dia não, porque as plantas têm que ser regadas, etc, etc. Se for cozinha se calhar uma vez por semana já dá. Depende da atividade. Se for jogos, uma vez por semana para a gente ir brincar.”).

Figura 2.9. Frequências das subsubcategorias de “Sugestões” por grupo



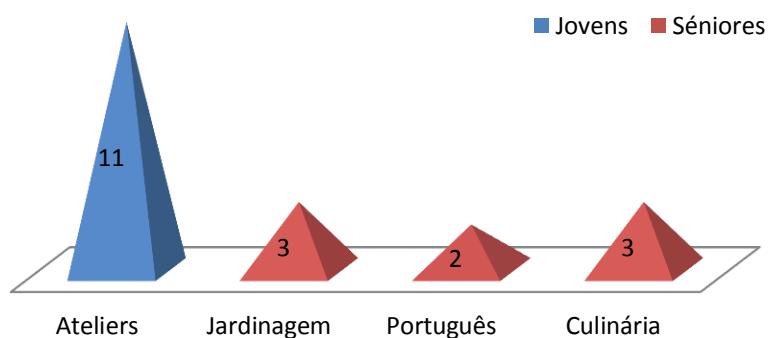
Entre as “Atividades de interesses em comum”, aquelas “Ao ar livre” (caminhar, passear, andar de bicicleta, excursões, apanha de lixo nas matas/praias) foram as mais referidas pelos sêniores e pelos jovens, seguidamente das atividades de “Convívio” (festas, bailes, jantares lanches ou almoços) (figura 2.10). Os jovens referiram também, com maior frequência do que os sêniores, os “Jogos de mesa” (cartas, dominó, matraquilhos, ping-pong, setas, torneios), os “Desportos” (futebol, voleibol, basquetebol, badmington, natação) e o “Voluntariado” (dos jovens aos sêniores, ou feito em conjunto por ambas as gerações aos animais).

Figura 2.10. Frequências das subsubsubcategorias de “Atividades de interesses em comum” por grupo



Sobre as atividade baseadas na “Troca de aprendizagens”, que envolvem o ensinamento e ou a aprendizagem de algo, de uma geração para a outra, os jovens mencionaram sobretudo os “Ateliers” (trabalhos manuais, costura, pintura, danças, informática), tendo mencionado a informática/tecnologia apenas 3 vezes, embora nas perceções sobre o que os jovens podem transmitir (na categoria 2) fosse mais referida a tecnologia (figura 2.11). Por seu lado, os sêniores referiram mais as atividades de “Jardinagem”, de “Culinária” (sendo estas mais no sentido dos jovens aprenderem com os mais velhos), e português (neste caso, os sêniores aprenderem com os mais novos, devido à baixa escolaridade de alguns sêniores).

Figura 2.11. Frequências das subsubsubcategorias de “Troca de aprendizagens” por grupo



No quadro 2.7, estão apresentadas as subsubcategorias dos “Exemplos reais” de atividades/projetos intergeracionais, tendo sido as técnicas que mais referiram exemplos, naturalmente, uma vez que apenas este grupo foi questionado nesse sentido. Contudo, os sêniores referiram as “Marchas populares” como uma atividade em que, durante a sua preparação, existe muita convivência entre as gerações e aprendizagens, sobretudo dos mais velhos para os mais novos (danças e cantigas, coser os fatos, trabalhos manuais na construção dos carros alegóricos). No grupo dos jovens, houve um exemplo da “Dinâmica da resolução do erro” (e.g. “*Por exemplo eu conheço uma pessoa e ela fala-me de um erro que gostava de melhorar (...) e por acaso a questão dele era que ele não falava muito com os seus avós, (...) e a gente tinha que fazer os passos para tentarmos atenuar esse erro*”). As técnicas, por seu lado, conhecem algumas “Ações pontuais das instituições”, “Ações entre lares/centros de dia e escolas”, algumas “Comunidades intergeracionais”, “Projetos institucionais”, “Tertúlias”, um “Projeto de recolha de histórias de vida”, “Prática escolar (baseada na pesquisa de histórias de vida”, uma ação escolar em que “Alunos de informática ensinam sêniores”, “Ações entre as UTI e a comunidade local” e “Ações da CM”, sendo as “Ações” referidas de forma geral e menos específica.

Quadro 2.7. Descrição e frequências das Subsubcategorias de “Exemplos reais” por grupo

SubSubcategorias de “Exemplos reais”	Definição	Grupo (f unidades)
Marchas populares	A preparação para as marchas envolve convívio e troca de conhecimentos entre as gerações (danças, cantar, coser, trabalhos manuais).	Sêniores (10)
Ações pontuais das instituições	Atividades pontuais nas instituições, como comemorações festivas.	Técnicas (5)
Ações entre lares/centros de dia e escolas	Projetos de intercâmbio entre lares/centros de dia/apoio domiciliário e infantários/ATL.	Técnicas (4)
Comunidades intergeracionais	Comunidades intergeracionais onde gerações mais novas e mais velhas vivem em comum, em lares de idosos e de infância ou infantários.	Técnicas (3)
Projetos institucionais	Projetos nas instituições e em parcerias com várias instituições.	Técnicas (2)
Tertúlias	Atividades baseadas em tertúlias sobre um tema.	Técnicas (1)
Projeto recolha de histórias de vida	Projeto sobre a violência nos idosos, baseado em recolha de histórias de vida, dos jovens aos idosos.	Técnicas (1)
Prática escolar-pesquisa de memórias	Prática escolar que envolve a pesquisa de memórias por parte dos jovens, junto às pessoas mais velhas.	Técnicas (1)
Alunos de informática ensinam sêniores	Voluntariado de alunos que ensinavam informática a um grupo de idosos da junta de freguesia.	Técnicas (1)
Ações entre as UTI e a comunidade local	Ações pontuais entre as Universidades de Terceira Idade e as comunidades locais.	Técnicas (1)
Ações da CM	Ações desenvolvidas pela câmara municipal.	Técnicas (1)
Dinâmica da resolução do erro	Exemplo de uma dinâmica que envolvia a definição de um erro e os passos para o solucionar.	Jovens (1)

Por último, entre os “Agentes” (quadro 2.6) promotores das atividades intergeracionais, as técnicas referiram “O papel dos *media*”, “O papel das associações”, os “Grupos de jovens” e as “Câmaras e juntas”. Os séniores mencionaram “Os avós”, como agentes que poderiam ter um papel mais ativo, visto que devido à crise económica, passam mais tempo com os netos, enquanto os pais trabalham.

Quadro 2.6. Descrição e frequências das Subsubcategorias de “Agentes”

SubSubcategorias de “Agentes”	Definição	Grupo (f unidades)
O papel dos <i>media</i>	Os <i>media</i> têm um papel importante na transmissão de programas que ajudem as gerações e que as aproximem.	Técnicas (6)
O papel das associações	As associações têm que se repensar e mudar a sua atuação, ter uma visão proactiva, porque as pessoas têm outro tipo de necessidades.	Técnicas (4)
Grupos de jovens	Os espaços jovens devem ter atividades vocacionadas para intergeracionalidade.	Técnicas (3)
Os avós	Os avós é que podem ensinar as crianças a serem mais próximas dos séniores porque as crianças estão a passar mais tempo com os avós, devido à crise económica.	Séniores (3)
Câmaras e juntas	As câmaras e juntas têm um poder maior para promover projetos.	Técnicas (1)

“Outros”

Nesta categoria, que contém informação não aplicável às outras categorias, está presente a subcategoria “Falta de atividades” (f=14) que compreende a ideia, implícita ou explícita, de que as pessoas não têm atividades no dia-a-dia, passam a maior parte do tempo em casa (ou no centro social), sentindo-se (ou não) aborrecidas (e.g. “Agora que estou desempregada é aqui que passo as tardes”, “Eu passo a vida em casa”, “Como a minha vida não anda bem, eu ando muito aborrecida, e então eu digo assim à minha filha, olha eu não consigo estar aqui (em casa), a mãe vai dar uma volta” Porque uma pessoa mete-se em casa e dá cabe da cabeça. “Vim para aqui não tenho nada, nada, nada”).

3. Discussão

A análise dos dados demonstrou que as redes sociais desta população são sobretudo constituídas por redes de familiares, vizinhança e amigos/ colegas, sendo que para além da família, os jovens referem mais vezes os amigos, e os séniores referem mais vezes os vizinhos. Como aspetos negativos, revelou-se que, em alguns casos, os participantes (jovens e séniores) afirmam ter melhores relações com pessoas fora da família, notando-se algum afastamento ou conflito intrafamiliar, tendo-se revelado também a perceção de falta de redes e de RI (pelos três grupos amostrais) e uma falta de solidariedade entre as pessoas, no geral. Tal, vai de encontro ao analisado por Abrams e colaboradores (2011) no *ESS*, em que aproximadamente 25% dos portugueses referiram não ter nenhum amigo com idade inferior a 30 anos, e aproximadamente 30% referiram não ter nenhum amigo com idade superior a 70 anos. Ressalta-se também o facto de que, devido à crise económica, existam mais famílias multigeracionais, mas que, contudo, “não quer dizer que haja comunicação” (citado por uma técnica). Estes aspetos vão de encontro à literatura que indica uma rutura dos laços sociais, e ao facto destas famílias carregarem problemas que favorecem conflitos e ruturas (e.g. Ennett, Bailey, Federman, 1999; Johnson, Whitbeck, & Hoyt, 2005). Estes resultados apoiam a necessidade de promoção de redes sociais e intergeracionais, de uma maior sensibilização para a solidariedade interpessoal em termos gerais, e para a intervenção nas famílias, através da promoção de competências intrafamiliares (e.g. formações).

As crenças (sobretudo dos séniores) em relação aos jovens revelam, principalmente, um estereótipo negativo deste grupo, assente nas ideias de que a maior parte dos jovens têm más companhias e enveredam por comportamentos de rebeldia e vandalismo, não têm educação nem respeito por ninguém, são preguiçosos, só querem computadores e não têm conhecimentos, para além da tecnologia, ressaltando o preconceito de que os jovens são “ignorantes” e “podres”, e não têm “nada” de bom para transmitir. Os próprios jovens mencionaram, também, que os jovens são deseducados, desrespeitosos, preguiçosos, indiferentes aos séniores, e que não têm nada para ensinar aos séniores, pois aprendem tudo com eles. Por outro lado, referiram-se crenças neutras ou justificativas da situação dos jovens como a falta de atenção e supervisão parental, que resulta em má educação e maus comportamentos para chamar a atenção (relacionada com os conflitos familiares e a falta de redes), a desorientação e a frustração, devido às poucas oportunidades de vida (e.g. emprego) e aos exemplos que têm dos pares, entrando em comportamentos prejudiciais (e.g. abandono escolar, vandalismo). Este último ponto apoia a noção da transmissão intergeracional da educação (e da situação de vida), uma vez que, a falta de perspetivas e o modelo dos pares desviantes (e.g. irmãos, primos, colegas) influenciam negativamente os jovens, para além do facto referido sobre as famílias serem jovens, monoparentais e desempregas, e dos jovens serem herdeiros da situação de vida. Como aspetos (positivos) sobre o que os jovens podem transmitir, referiu-se, principalmente, a tecnologia, aspetos afetivos (e.g. atenção, paciência) e conhecimentos no geral.

As crenças (sobretudo dos jovens) em relação aos séniores revelam um estereótipo negativo paternalista, com base na ideia de que os séniores estão mais sujeitos à solidão e são mais carentes de atenção, viveram outros tempo e têm outra mentalidade, estando presos ao passado e mal

adaptados, e ainda que, são conflituosos e chegando a uma certa idade voltam a ser crianças. Por outro lado, foi referido que os sêniores atraem mais respeito, mas também devem tratar os jovens com respeito, e têm uma maior experiência de vida. Os próprios sêniores demonstraram não conformidade com o não recurso à violência na educação (os pais de hoje em dia são muito permissivos e não querem ou não podem bater nos filhos, porque se não têm problemas com a justiça), referem problemas de saúde, e manifestam preocupação em demonstrar que dão-se bem ou aceitam as outras etnias. Ao contrário dos sêniores (sobre o que os jovens podem transmitir), os jovens têm uma perceção mais positiva sobre o que os sêniores podem transmitir, referindo, principalmente que os sêniores podem transmitir “tudo mesmo”, porque têm muita experiência de vida, e podem transmitir conselhos, vivência e conhecimentos.

Assim, podemos verificar que ambos os grupos revelam um estereótipo negativo do grupo etário oposto (idadismo), apesar de, neste caso isso ser mais evidente dos sêniores para os jovens, o que pode também ser efeito da desabilidade social nas respostas dos jovens. Contudo, os sêniores tenderam a mostrar maior preconceito em relação aos jovens (e.g. ignorantes, podres, metade da geração não se aproveita, não podem transmitir nada). Em estudos anteriores (Ferreira & Neto, 2012) os adolescentes e jovens demonstraram-se menos preconceituosos em relação aos sêniores e os sêniores mais preconceituosos face ao próprio grupo etário, mas neste estudo foram os jovens que se demonstraram mais preconceituosos em relação ao seu próprio grupo, indo contra o esperado sobre as pessoas terem atitudes mais positivas face ao seu grupo etário. Tal pode ter acontecido devido a uma interiorização (autoestigma) do estigma público em relação aos jovens, ou por uma atitude idadista dos próprios jovens, não em relação a si, mas a faixas etárias mais novas (desejo de afastamento dos adolescentes e de aproximação aos adultos, em termos de identificação e categorização). O idadismo verificado neste estudo, de parte a parte, apoia a necessidade de programas intergeracionais que promovam o contacto positivo entre os grupos e a recategorização do exogrupo (Teoria do Contacto Intergrupar de Pettigrew).

Ao nível das relações intergeracionais, os participantes têm a noção de que as gerações estão distantes, resultante de faltas de respeito de parte a parte, e de diferenças que dificultam a interação, tendo também a noção (principalmente os sêniores) de que a própria sociedade separa as gerações e dificulta a interação (e.g. através da separação etária por atividades). Tal vai ao encontro das respostas dos portugueses ao *ESS*, em que aproximadamente 40% das pessoas, indicaram ver as duas gerações como dois grupos separados, ainda que uma mesma comunidade (Abrams et al., 2011). Os sêniores e os técnicos revelam também a perceção de que os pais não são assertivos com os filhos, e por uma questão de conforto tendem a separar as suas atividades e as atividades dos filhos. Neste ponto, uma técnica referiu a falta do papel dos avós, enquanto cuidadores e promotores da coesão familiar. A nível técnico, foi referido o papel importante das RI na construção do capital social. Parece que estes aspetos estão de certo modo relacionados com os anteriores (as crenças negativas levam ao distanciamento entre as gerações e à falta de redes e de RI, e os jovens têm falta de atenção parental, porque os pais não são assertivos), amparando o pressuposto da promoção das RI, como importantes para o desenvolvimento do capital social, e do desenvolvimento das competências familiares.

No grupo das técnicas foi referido que as relações intergeracionais podem-se dar a vários níveis da estrutura etária (e.g. de jovens com crianças). Contudo, geralmente esta relação é promovida entre os séniores e os jovens, devido por um lado ao facto destes séniores estarem em idade de reforma e terem mais tempo para dedicar aos jovens, tendo um envelhecimento mais ativo, e por outro lado, como forma de promover as redes sociais de suporte (e.g. Eheart et al., 2009; Souza & Grundy, 2007).

Em relação às atitudes face às atividades intergeracionais, as técnicas referiram os benefícios, ou seja, as consequências positivas das atividades, revelando benefícios ao nível psicológico (autoestima, autoconceito, afetuosidade, validação, contribuição/transmissão, força, consciência), da saúde (efeitos psicológicos com benefícios na saúde), e benefícios sociais (sentido de comunidade, integração, inclusão, diversidade, sustentabilidade e *empowerment*), de uma forma dedutiva, não tendo conhecimentos a nível empírico sobre os mesmos. Para além dos benefícios, foram referidos obstáculos às atividades, como o facto de ser muito difícil juntar as gerações e de os jovens não se interessarem, tendo sido estes aspetos mais referidos pelos séniores, tendo os jovens e os técnicos referido mais a barreira da participação no geral. O grupo das técnicas referiu o problema da comunidade não participar nas atividades que promovem, o que as leva a uma falta de motivação e de perspetivas, sendo de referir que nesse grupo focal não conseguiram pensar em atividades para a promoção das RI, estando muito focadas neste problema e desmotivadas por ele. Neste âmbito é importante a intervenção ao nível da formação dos técnicos, que lhes transmitam informação sobre os benefícios, as melhores práticas e os melhores procedimentos. Por outro lado, no capítulo 1.2.1.1, referimos que entre as consequências da exclusão social estão os comportamentos de autoproteção e autodefesa, fazendo com que as pessoas se esforcem para se protegerem de novas situações de rejeição (Baumeister & DeWall, 2005, Sommer & Rubin, 2005; Twenge & Baumeister, 2005), o que pode também contribuir para a não participação das pessoas nas atividades.

Num estudo, em Portugal, sobre as principais barreiras que os profissionais (n=64) consideravam no desenvolvimento de práticas intergeracionais, 20% referiu a baixa adesão da comunidade e 13% a falta de motivação e interesse dos jovens e dos séniores, tendo sido referido também como barreiras, a falta de formação dos profissionais (28%) e a falta de motivação e interesse dos profissionais no contacto direto com esse público (12%) (Pinto, Hatton-Yeo, & Marreel, 2009). Gonçalves e colaboradoras (2013) referem que os técnicos (do RSI) sentem uma resistência à mudança para uma abordagem positiva e socio-ecológica, devido à lei e à burocracia, mas as autoras sugerem a formação dos técnicos como determinantes das suas estratégias de ação primárias.

Estes obstáculos podem ser traduzidos numa perceção de controlo diminuta. Contudo, os participantes jovens e séniores, quando questionados sobre a possível participação numa atividade intergeracional, responderam, na grande maioria, favoravelmente sobre a sua participação. Tal, pode-se dever à existência de uma norma subjetiva sobre a importância de diminuir a clivagem entre as gerações, visto ser um problema evidente, ou mesmo sobre o dever de orientar os jovens, uma vez que, os veem desorientados e deseducados.

Assim, é importante para uma atitude positiva face à participação incidir, a nível interventivo, sobre as atitudes em relação ao comportamento (crenças e avaliação sobre as consequências), a

norma subjetiva (crenças normativas e motivação para segui-las), e a percepção de controlo (crenças e avaliação sobre os obstáculos e facilitadores), pois de acordo com a teoria do comportamento planeado de Azjen, são estes os determinantes da intenção comportamental, que levam então ao comportamento (Leyens & Yzerbyt, 2008). No capítulo 1.2.1.2 referimos que, os motivos da inclusão/exclusão intergrupala estão relacionados com a percepção de interdependência, do acesso aos recursos e da orientação motivacional, que se baseia na ponderação entre as perdas e ganhos (Abrams et al, 2005), sendo importante a este nível aumentar a percepção sobre os ganhos e a interdependência. Neste âmbito, é importante também favorecer a participação ativa como meio para aumentar o *empowerment* e a motivação dos participantes, começando por trabalhar com um pequeno grupo intergeracional mais motivado, e organizar com o próprio grupo as sessões e as atividades que mais desejam ou necessitam, de modo a que este grupo seja líder de outros grupos no futuro (bola de neve). A participação na comunidade tem o objetivo de aumentar o grau de participação, de responsabilidade e de conhecimento entre os participantes, usando a energia e as competências dos cidadãos para alcançar os objetivos coletivos, além de que tem consequências positivas ao nível do bem-estar (Ornelas, 1997). A ela está geralmente associado o método CBPR – Community Based Participatory Research – que se baseia na definição dos problemas e das soluções com a comunidade (e.g. Rapaport, Alegria, Mulvaney-Day & Boyle, 2008).

Quanto às atividades intergeracionais, os técnicos têm a percepção que já existem algumas atividades, mas que não chegam a todos, apenas a uma pequena amostra. Contudo, não conhecem muitas práticas específicas, para além das comunidades intergeracionais e de ações pontuais entre lares/ centros de dia e infantários, sendo que, na maior parte as atividades mais desenvolvidas nas instituições são atividades de convívio pontuais (e.g. comemorações festivas). No entanto, uma das técnicas referiu uma prática escolar que se baseia na recolha de memórias dos alunos junto dos séniores, o que pode ser um bom exemplo futuro, a adotar ao nível da educação nas escolas. Os séniores referiram também o exemplo da preparação para as marchas populares, como uma atividade que aproxima as gerações por um período de meses mais alargado e em que trocam saberes, principalmente dos mais velhos para os mais novos. Ao nível das sugestões, os técnicos focaram-se mais na necessidade de haver uma maior sensibilização para as questões intergeracionais e uma maior divulgação dos PI que são aplicados, dando-lhes visibilidade. Estes aspetos remetem para a necessidade de uma sensibilização a nível geral e a nível técnico, que transmitam as práticas intergeracionais e os benefícios das mesmas. A esse encontro, os técnicos referem ainda a utilização proactiva das redes sociais, com a criação de uma plataforma sobre os PI, e a criação de um *spot* publicitário sobre os PI. Mencionaram, também, a recuperação do espaço exterior como atividade intergeracional, para promover a apropriação do espaço público, o bem-estar (efeitos psicológicos negativos do espaço degradado) e o compromisso de não estragar o espaço.

Por outro lado, os jovens e séniores focaram-se mais no tipo de atividades que as gerações poderiam partilhar, referindo, maioritariamente, atividades de interesses em comum (caminhar, andar de bicicleta, excursões, apanha de lixo nas matas/praias, desportos, jogos de mesa, voluntariado), principalmente os jovens, e atividades de troca de aprendizagens (*ateliers* de trabalhos manuais, costura, pintura, danças, informática, atividades de culinária, jardinagem, e português), tendo referido

a importância das atividades serem práticas e dinâmicas. Em relação ao tamanho do grupo e à duração, todos os grupos referiram que as atividades deveriam ser feitas em pequenos grupos e que a duração deve ser de uma hora, duas vezes por semana, ou dependendo da atividade, uma vez que, há atividades que podem exigir mais dias (e.g. jardinagem). Também Pinto e colaboradores (2009) indicam que a melhor forma de começar é com poucos participantes, cerca de 8-10 pessoas.

Os participantes referiram ainda que, os grupos deveriam ter diversidade étnica, pessoas de várias culturas e sítios, sem discriminar ninguém. A igualdade e não-discriminação é um dos princípios básicos das práticas intergeracionais, contudo algumas áreas como a multi-discriminação (e.g. etária e étnica) e a aprendizagem intergeracional para uma sociedade multicultural, são pouco consideradas (Pinto et al., 2009). Um estudo português sobre a diversidade cultural revelou que o multiculturalismo e a tolerância se correlacionavam negativamente com o idadismo, a separação e a marginalização (Neto, 2007). Outro assunto que foi mencionado pelos participantes, foi a diferença entre sexos na preferência de atividades, indicando-se que os homens gostam mais de desportos e as mulheres de coisas mais leves, como os *ateliers*.

Como agentes promotores das atividades foram apontados, pelos técnicos, os *media* televisivos, as associações (que devem se repensar e readaptar às necessidades das pessoas), os espaços jovens, as câmaras e juntas. E, pelos séniores, os avós foram indicados como tendo um papel relevante na influência das crianças de hoje, para serem jovens mais próximos dos séniores no futuro, porque devido à crise económica as crianças voltam a passar mais tempo com os avós, enquanto os pais estão a trabalhar. Este aspeto remete novamente, para o facto de serem os idosos a terem mais tempo para dividirem com as gerações mais novas, e para a importância de desenvolver formações sobre as competências intrafamiliares.

Assim, a exposição destes resultados e soluções interventivas correspondem à segunda e terceira fase do modelo da avaliação de necessidades (quadro 3.1) e levam à sugestão de um projeto intergeracional, que promova o capital social e a diminuição do idadismo, com base em quatro áreas de atuação (canais): a criação de atividades intergeracionais entre um pequeno grupo (pessoas mais motivadas que seriam líderes de outros grupos no futuro), com base na participação ativa, ou seja, a criação do programa das sessões seria feita com os próprios participantes, a criação de uma plataforma digital sobre os PI e campanhas de sensibilização para as questões intergeracionais nas redes sociais (e.g. cartazes, vídeos), a realização de formações de competências familiares (por exemplo, esta ação poderia ter a ajuda do grupo intergeracional), e a criação de formações para os técnicos sobre os PI (benefícios, práticas e procedimentos). Como agentes e patrocinadores, dever-se-á explorar os recursos das comunidades, que são diversos (centros, associações, espaços jovens, biblioteca, complexo desportivo, escolas, universidades, empresas), embora nem sempre se tenha conhecimento sobre eles, para além do contacto com patrocinadores financeiramente mais influentes (e.g. empresas do PSI-20) ou com atuação no âmbito da responsabilidade social. Pinto et al. (2009) sugerem uma reunião com as instituições locais, com a apresentação da ideia ou de um objetivo específico, que vá de encontro às necessidades da comunidade, e explicação sobre os benefícios dos PI. Ou, um debate local para sensibilizar a comunidade para a necessidade de políticas intergeracionais.

Quadro 3.1. As três fases do modelo da avaliação de necessidades

Exploração	Recolha e análise	Tomada de decisões
<p>Aumento risco de pobreza e exclusão social</p> <p>Efeitos psicológicos e comportamentais negativos (Intervenção: Relações alternativas)</p> <p>Assistencialismo, insuficiência na articulação de serviços e na reintegração social</p> <p>Desafios do aumento do envelhecimento: Idadismo Solidariedade Sustentabilidade</p> <p>RI como promotoras de relações alternativas e efeitos psicológicos e comportamentais positivos</p> <p>Falta de programas intergeracionais e de combate à exclusão social (a nível da pobreza e do idadismo)</p> <p>Avaliação de necessidades para a promoção de programas intergeracionais</p> <p>Indicadores: redes sociais, percepções e crenças sobre a geração oposta e os PI, tipo de atividades intergeracionais e atitudes face a elas</p>	<p><i>Focus-grupo</i> com jovens, séniores e técnicos Análise de conteúdo</p> <p>Redes sociais: Familiares, vizinhos e amigos Falta de redes e de RI Falta de solidariedade Melhores relações extrafamiliares</p> <p>Crenças sobre os jovens: estereótipo negativo e preconceito Crenças sobre os séniores: estereótipo negativo paternalista</p> <p>Percepções sobre as RI: Gerações distantes,</p> <p>Sociedade separa as gerações, importantes na construção do CS</p> <p>Atitudes face às AI: consequências positivas (benefícios), obstáculos (barreira da participação, dificuldade em juntar as gerações, desmotivação dos técnicos), participação própria favorável</p> <p>AI – Sugestões: Sensibilização, Atividades de interesses em comum e atividades de troca de aprendizagens.</p>	<p>Promoção de redes sociais – CS, através dos PI</p> <p>Promoção das competências familiares</p> <p>Promoção do contacto positivo e da recategorização do exogrupo, através dos PI</p> <p>Incentivar a motivação para a participação: incidir sobre crenças, normas e percepção de controlo sobre o comportamento, através da participação ativa e do empowerment, e da formação de líderes</p> <p>Formação dos técnicos sobre os PI</p> <p>Sensibilização e divulgação dos PI no geral – redes sociais e plataforma digital.</p> <p>PI com atividades de interesses mútuos e troca de aprendizagens, em pequenos grupos</p> <p>Projeto intergeracional: Atividades intergeracionais com participação ativa na sua criação Sensibilização e divulgação (plataforma e redes sociais) Competências familiares Formação aos técnicos</p>

Estas sugestões correspondem aos recursos, às atividades, aos outputs e aos alvos que podem estar na base de projetos futuros (quadro 3.2), sendo que na conceção do projeto é importante, o desenho do modelo lógico, que para além destes elementos deve compreender os resultados esperados (a curto, médio e longo prazo), o cronograma e as influências externas (ver McLaughlin & Jordan, 1999).

Quadro 3.2. Sugestões para futuros projetos intergeracionais – Recursos, atividades, outputs e alvos (à semelhança de um modelo lógico)

RECURSOS	ATIVIDADES	OUTPUTS	ALVOS
Recursos da comunidade	Atividades/ Sessões intergeracionais	Planos das sessões, materiais	Jovens
Parceiros	Sensibilização e divulgação- Plataforma digital sobre os PI e redes sociais	Site Outros (e.g. Vídeos, cartazes)	Séniore
Patrocinadores	Desenvolvimento de competências familiares (e.g. <i>Workshops</i>)	Planos das sessões, materiais	Comunidade
Estagiários			População no geral
Voluntários	Formações para os técnicos.	Planos das sessões, materiais Técnicos mais especializados.	Famílias
			Técnicos

Autores, como Bostrum e colaboradores (2000), apontam necessidades dos PI ao nível das políticas sociais e das campanhas para mobilizar parcerias, por uma melhor compreensão sobre os fatores positivos e negativos dos PI, do treino de profissionais e voluntários, da assistência técnica à implementação do programa, da mobilização de recursos humanos envolvidos na promoção dos PI, da inovação (levar os programas para centros, escolas, universidades), e do uso dos PI como modelo para a ação e desenvolvimento comunitário.

É importante referir que o projeto deverá estar teoricamente fundamentado (e.g. teoria do contacto e teoria do capital social), descrito em termos de atividades, processos, e resultados, sendo essencial a avaliação do projeto, uma vez que, os programas intergeracionais têm-se desenvolvido de forma orgânica e raramente acompanhados por uma avaliação do programa, havendo a necessidade e a recomendação de ir além da descrição do programa e aprofundar a teoria, o processo e os resultados dos programas (Kuehne, 2003a, 2003b; Kuehne & Kaplan, 2001; Jarrot, 2011). Todos os tipos de estudos, qualitativos e quantitativos, são necessários para construir uma base teórica de conhecimento sobre os programas intergeracionais, para perceber que tipo de atividades, com que tipo de participantes, levam a determinados resultados (Kuehne & Kaplan, 2001).

Para a avaliação dos resultados será necessário a seleção de instrumentos avaliativos das variáveis resultados, neste caso, e em relação às atividades intergeracionais, deveriam ser medidos os efeitos psicológicos (e.g. autoestima) e comportamentais (e.g. comportamentos de risco, realização escolar), o idadismo, e o capital social. A avaliação geral do projeto (e.g. avaliação de resultados, de processo, formativa) é fundamental para a validação e para o melhoramento do mesmo, sendo por isso importante planeá-lo tendo em conta as dimensões de qualidade (Pinto et al.,

2009): *empowerment*, *mainstreaming* (influência dos recursos nas organizações que desenvolvem ou podem vir a desenvolver práticas intergeracionais), adaptabilidade (dos materiais a outros problemas e contextos), utilidade (valor acrescentado para os beneficiários do projeto), sustentabilidade (outputs) e relação custo-benefício (valor e impacto do projeto).

O sucesso para uma boa prática resume-se a uma série de determinantes agrupados em seis fatores (Springate, 2008): sustentabilidade (longa duração, financiamento e monitorização), colaboradores (competências e formação, empenho e disponibilidade), participantes (benefícios mútuos, preparação, características dos voluntários), organização (planeamento), e parceria (envolvimento estratégico e relações operacionais).

3.1. Limitações e sugestões para futuras investigações

Como em todos os estudos, também este traz consigo algumas limitações, sobretudo no que respeita à recolha e análise de dados. Em relação à recolha de dados, nem todos os grupos focais tiveram o mesmo tamanho, devido à desistência de alguns participantes. Contudo, verificou-se que a discussão tendia a ser mais produtiva quando os grupos são mais pequenos, por exemplo, de três a cinco pessoas, uma vez que, em grupos maiores as pessoas mais reservadas acabam por não participar tanto. Em relação ao grupo dos técnicos, ele acabou por ser apenas constituído por mulheres, não tendo equidade em relação ao sexo. Contudo, isso vem do facto do trabalho nas organizações sociais, pelo menos sem ser em cargos diretivos, ser maioritariamente realizado por mulheres. Também em relação a este grupo, a desistência ou indisponibilidade de alguns técnicos, baixou o número total previsto para esta amostra focal. Em relação aos grupos focais é favorável a presença de um moderador e de um observador, mas por questões práticas, apenas esteve presente o moderador. Por outro lado, existem algumas limitações naturais dos grupos focais, que se prendem com a influência dos participantes uns sobre os outros, e da própria influência do moderador ou das questões introduzidas, apesar de todo o cuidado e das tentativas de uniformizar a estrutura das questões em todos os grupos. Quanto ao guião dos *focus*, no caso dos jovens e dos séniores, notou-se que os participantes, no caso dos jovens tendiam a não desenvolver muito as suas questões, e no caso dos séniores tendiam a fugir para outros temas, sendo preferível no futuro, por exemplo no caso dos jovens que são mais reservados, substituir algumas perguntas por dinâmicas diferentes (e.g. quanto à sua opinião sobre os séniores, passar um cartão com uma frase para completar).

Outra limitação referente à recolha de dados prende-se com o facto de se ter adotado apenas uma metodologia qualitativa, sendo preferível a conjugação de métodos de recolha qualitativos e quantitativos. Tal deveu-se à pouca exploração destes tópicos e de instrumentos validados, e à opção do método qualitativo como sendo mais adaptado à população em causa. Contudo, o indicador das redes sociais poderia também ser medido quantitativamente com escalas sobre a rede mais próxima e o suporte social percebido. Em estudos futuros deve-se tentar a conjugação dos dois métodos e o desenvolvimento de medidas e instrumentos consistentes. Em relação à análise dos dados, tentou-se preservar todos os critérios (coerência, fidedignidade e validade), contudo, a fidedignidade pode ser afetada pela complexidade do referencial de codificação, que por um lado traz vantagens (mais

informação e consistência), mas por outro poderá significar uma maior ambiguidade e uma maior necessidade de treino dos codificadores (Bauer, 2005).

Em termos teóricos, apesar de por vezes haver a ideia que o idadismo em Portugal é sobretudo dirigido às pessoas mais velhas, neste estudo os séniores demonstraram atitudes negativas mais explícitas em relação aos jovens, do que os jovens em relação aos séniores. Para além disso, os próprios jovens demonstraram crenças negativas face ao grupo dos jovens, que poderá ser efeito do estigma público no autoestigma ou de uma estigmatização das faixas etárias ainda mais novas (e.g. os jovens mais adultos distinguem-se dos jovens adolescentes), ao contrário de outros estudos em que se verificara que isso acontecia com o grupo dos séniores. Em futuras investigações poder-se-á verificar de forma mais objetiva a predominância do idadismo sobre ambos os grupos em Portugal, inclusive sobre o próprio grupo (autoestigma), e as consequências do mesmo sobre os comportamentos.

Uma das barreiras que os técnicos encontram à criação de práticas intergeracionais é a motivação das pessoas para participarem nas atividades. Neste estudo percebeu-se que no primeiro impacto as pessoas têm uma intenção positiva face à sua participação, o que pode ser influência da norma subjetiva, mas têm uma perceção de controlo muito diminuta, devido precisamente à desmotivação e não participação dos outros. Estudos futuros podem, por um lado, verificar as crenças sobre as consequências do próprio comportamento (outro dos determinantes da teoria do comportamento planeado), e por outro, verificar a sua influência, juntamente com os determinantes da norma subjetiva e do controlo percebido, sobre a intenção e o comportamento de envolvimento em atividades intergeracionais, para promover formas de motivação e combater o problema da participação. Nesse âmbito, seria interessante verificar a norma subjetiva em termos nacionais e apostar nessa área para sensibilizar as pessoas para os PI, juntamente com o aumento das crenças das consequências positivas sobre o comportamento.

Uma outra sugestão para investigações futuras refere-se à validação e ao teste do modelo que está na base deste estudo (capítulo 1.3). Enquanto as relações e as práticas intergeracionais não são conceitos novos, o seu uso como estratégia para o combate à exclusão social é uma nova visão holística destes conceitos, que confere originalidade e valor a este estudo. Contudo, seria importante que em estudos futuros, se testasse e desenvolvesse o modelo de forma a verificar a influência (e papel moderador) das RI nos efeitos negativos da exclusão social.

4. Conclusão

A exclusão social (*desafiliação* dos laços sociais resultante da fragilização socioeconómica) tem consequências negativas ao nível psicológico e dos comportamentos, podendo essas serem reduzidas com o encontro de relações alternativas que estabeleçam a inclusão (Abrams et al., 2005). Com base numa abordagem das relações intergeracionais como potenciadoras do capital social e de efeitos positivos psicológicos e comportamentais (e portanto moderadora dos efeitos negativos da exclusão social), realizou-se uma avaliação de necessidades ao nível das relações intergeracionais em pessoas com fragilidades socioeconómicas, através de uma perspetiva multi-informante (três grupos amostrais: jovens, séniores e técnicos).

Entre os principais problemas evidenciados destacam-se: falta de redes e de RI, divisão étnica, falta de solidariedade, problemas intrafamiliares, distanciamento das gerações, idadismo face aos jovens e aos séniores, barreiras às atividades intergeracionais baseadas na desmotivação e na não participação das pessoas, e desmotivação e falta de perspetivas dos técnicos. Perante estes resultados e a literatura exposta torna-se importante a criação de projetos intergeracionais, uma vez que, são promotores do capital social e da diminuição do idadismo e do preconceito étnico (contacto positivo e recategorização do exogrupo), através da criação de atividades intergeracionais (começando por um pequeno grupo) com base na participação ativa da comunidade (e.g. CBPR). Para além disso, é importante que esses projetos tenham em conta outros canais como: sensibilização e divulgação para as questões intergeracionais e para os PI (plataforma digital, redes sociais), formações de competências familiares e formações sobre os PI para os técnicos.

As atividades intergeracionais mais sugeridas pelos participantes foram atividades de interesses em comum (e.g. caminhar, andar de bicicleta, excursões, apanha de lixo nas matas/praias, desportos, jogos de mesa, voluntariado) e atividades de troca de aprendizagens (e.g. *ateliers* de trabalhos manuais, costura, pintura, danças, informática, atividades de culinária, jardinagem, e português), sobressaindo a importância das atividades serem práticas e dinâmicas, realizadas em pequenos grupos e com diversidade étnica.

Este estudo pretende contribuir para uma visão holística da exclusão social e das relações intergeracionais, e para a futura implementação de projetos intergeracionais, deixando sugestões de boas práticas fundamentadas pela investigação, porque, como referiu uma técnica que participou neste estudo:

“Estes programas permitem chegar àqueles que são mais difíceis muitas vezes de alcançar, aquelas faixas que se isolam particularmente. Desenvolver um ethos participatório (...) o fazer com que as pessoas sejam sensíveis ao diferente, ao outro, e não só, em diferentes contextos e em diferentes lugares também, saber que o outro veio de um sítio diferente, ter consciência de que não têm todos um carro amarelo e uma blusa verde. Este apagamento que a palavra global fez nas sociedades ultimamente é muito grave, porque tirou do foco a diversidade e a identidade, e nós temos que nos concentrar nessa questão (...) Dadas as circunstâncias em que vivemos neste momento, temos necessidade de mais comunidade. E é esse ethos participatório, na minha ótica, que vai contribuir para a inclusão, vai contribuir para a sustentabilidade, a tal sustentabilidade que se houve falar, não é, é das diferenças, por isso é que é sustentável. E mesmo para a sustentabilidade dos projetos que vão surgindo, porque vão sendo interessantes, vão interessando às comunidades e vão sendo potenciados por isso.”

Referências

- Abrams, D., Crisp, R. J., Marques, S., Fagg, E., Bedford, L., & Provias, D. (2008). Threat inoculation: experienced and imagined intergenerational contact prevents stereotype threat effects on older people's math performance. *Psychology and aging*, 23(4), 934-939.
- Abrams, D., Hogg, M. A., & Marques, J. M. (2005). A social psychological framework for understanding social inclusion and exclusion. In D. Abrams, M. A. Hogg, & J. M. Marques (Eds), *The social psychology of inclusion and exclusion* (pp. 1-23). Psychology Press: New York.
- Abrams, D., Russell, P.S, Vauclair, M., Swift, H. (2011). *Ageism in Europe: Findings from the European Social Survey*. London: AgeUK.
- Ahrens, K. R., DuBois, D. L., Garrison, M., Spencer, R., Richardson, L. P., & Lozano, P. (2011). Qualitative exploration of relationships with important non-parental adults in the lives of youth in foster care. *Children and youth services review*, 33(6), 1012-1023.
- Alves, N. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim económico do Banco de Portugal*, 15(1), 125-154.
- AMI. (2012). *Relatório de Atividades e Contas*. Lisboa. Retirado de <http://www.ami.org.pt/media/pdf/LEIQ/relatoriocontas.pdf>
- Banyard, V. L., & Miller, K. E. (1998). The powerful potential of qualitative research for community psychology. *American Journal Of Community Psychology*, 26 (4), 485-505.
- Bauer, M. W. (2005). Análise de conteúdo clássica: Uma revisão. In M. W. Bauer, & Gaskell, G. (Eds), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (P. A. Guareschi, Trad.) (4ª ed.) (pp. 189-217). Editora Vozes: Petrópolis.
- Baumeister, R. F., & DeWall, C. N. (2005). The inner dimension of social exclusion: Intelligent thought and self-regulation among rejected persons. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hoppel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 53-73). Psychology Press: New York.
- Bostrum, C., Hatton-Yeo, A., Ohsako, T., & Sawano, Y. (2000). A general assessment of IP initiatives in the countries involved. In A. Hatton-Yeo, & T. Ohsako (Eds.), *Intergenerational programmes: Public policy and research implication and international perspectives*, (pp.3-8). Hamburg: UNESCO Institute for Education.
- Brewer, M, B. (2005). The psychological impact of social isolation: Discussion and commentary. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hoppel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 333-346). Psychology Press: New York.
- Cacioppo, J. T. & Hawkley, L. C. (2005). People thinking about people: The vicious cycle of being a social outcast in one's own mind. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hoppel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 91-108). Psychology Press: New York.
- Catanese, K. R., & Tice, D. M. (2005). The effect of rejection o anti-social behaviors: Social exclusion produces aggressive behavior. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hoppel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 297-306). Psychology Press: New York.

- Costa, A. B. D., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). Um olhar sobre a pobreza. *Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Dang, M. T., & Miller, E. (2013). Characteristics of Natural Mentoring Relationships From the Perspectives of Homeless Youth. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 1-8.
- Eheart, B. K., Hopping, D., Power, M. B., Mitchell, E. T., & Racine, D. (2009). Generations of Hope Communities: An intergenerational neighborhood model of support and service. *Children and Youth Services Review*, 31(1), 47-52.
- Eisenberg, N. I., & Lieberman, M. D. (2005). Why it hurts to be left out: The neurocognitive overlap between physical and social pain. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hoppel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 109-127). Psychology Press: New York.
- Ennett, S. T., Bailey, S. L., & Federman, E. B. (1999). Social network characteristics associated with risky behaviors among homeless and runaway youth, *Journal of Health and Social Behavior* 40 (1999), pp. 63–78.
- Ferreira, A. V., & Neto, F. (2012) Quem são os mais preconceituosos em relação à idade e os mais sós: jovens, adultos ou idosos? Influência da religiosidade. *INFAD Revista de Psicología*, 2 (1), 115-122.
- Fiske, S., & Yamamoto, M. (2005). Coping with rejection: Core social motives across cultures. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hoppel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 185-198). Psychology Press: New York.
- George, M., Freedman, T. G., Norfleet, A. L., Feldman, H. I., & Apter, A. J. (2003). Qualitative research-enhanced understanding of patients' beliefs: results of focus groups with low-income, urban, African American adults with asthma. *Journal of Allergy and Clinical Immunology*, 111(5), 967-973.
- Gonçalves, M. (2013). Family Studies: The relevance of community based participatory research. *Quarterly Bulletin of the NGO Committee on the Family*, 85, 19-24.
- Gonçalves, M., Farcas, D., & Martins, M. (2013). Assessment and intervention within Social Integration Income (RSI) in Portugal. Professionals' perspective. *Revista Transcultural*, 5(1), 25-35.
- Greeson, J. K., & Bowen, N. K. (2008). "She holds my hand" The experiences of foster youth with their natural mentors. *Children and Youth Services Review*, 30(10), 1178-1188.
- Hatton-Yeo, A. & Ohsako, T. (Eds.). (2000). *Intergenerational programmes: Public policy and research implications: An international perspective*. Hamburg: UNESCO Institute for Education.
- Hatton-Yeo, A., Klerq, J., Ohsako, T., & Newman, S. (2000). Public policy and research recommendations: An international perspective. In A. Hatton-Yeo & T. Ohsako (Eds.), *Intergenerational programmes: Public policy and research implications and international perspectives*, (pp. 9-17). Hamburg: UNESCO Institute for Education.
- INE. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Lisboa.
- Jarrott, S. E. (2011). Where have we been and where are we going? Content analysis of evaluation research of intergenerational programs. *Journal of Intergenerational Relationships*, 9(1), 37-52.

- Jesus, M. F. D., & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 28(3), 527-535.
- Johnson, K. D., Whitbeck, L. B., & Hoyt, D. R. (2005). Predictors of social network composition among homeless and runaway adolescents. *Journal of adolescence*, 28(2), 231-248.
- Kitzinger, J. (1995). Qualitative research. Introducing *focus groups*. *BMJ: British Medical Journal*, 311, 299-311.
- Kuehne, V. S. (2003a). The state of our art: Intergenerational program research and evaluation: Part one. *Journal of intergenerational Relationships*, 1(1), 145-161. doi: 10.1300/J194v01n01_12
- Kuehne, V. S. (2003b). The state of our art: Intergenerational program research and evaluation: Part two. *Journal of intergenerational Relationships*, 1(2), 79-94. doi: 10.1300/J194v01n02_07
- Kuehne, V., & Kaplan, M. (2001). Evaluation and research on intergenerational shared site facilities and programs: What we know and what we need to learn. *Generations United background paper. Project SHARE. Washington, DC: Generations United*.
- Levine, J. M., Moreland, R. L., & Hausmann, L. R. M. (2005). Managing group composition: Inclusive and exclusive role transitions. In D. Abrams, M. A. Hogg, & J. M. Marques (Eds), *The social psychology of inclusion and exclusion* (pp. 137-160). Psychology Press: New York.
- Leyens, J.-F., & Yzerbyt, V. (2008). *Psicologia social* (3ª ed.) (B. Lalardy & L. Porto, Trad.). Edições 70: Lisboa.
- MacCallum, J., Palmer, D., Wright, P., Cumming-Potvin, W., Brooker, M., & Tero, C. (2010). Australian Perspectives: Community Building Through Intergenerational Exchange Programs. *Journal of Intergenerational Relationships*, 8(2), 113-127.
- Marques, S. (2012). *Discriminação na terceira idade*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- McLaughlin, J. A., & Jordan, G. B. (1999). Logic models: a tool for telling your program's performance story. *Evaluation and Program Planning*, 22, 65-72.
- McLaughlin-Volpe, T., Aron, A., Wright, S. C., Lewandowski Jr., G. W. (2005). Exclusion of the self by close others and by groups: Implications of the self-expansion model. In D. Abrams, M. A. Hogg, & J. M. Marques (Eds), *The social psychology of inclusion and exclusion* (pp. 113-134). Psychology Press: New York.
- Morrow, V. (1999). Conceptualising social capital in relation to the well-being of children and young people: a critical review. *The sociological review*, 47(4), 744-765.
- Neto, F. (2007). Atitudes em relação à diversidade cultural: implicações psicopedagógicas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41, 5-22.
- Newman, S. (1997). History and evolution of intergenerational programs. In S. Newman, C. R. Ward, T. B. Smith, J. O. Wilson, & J. McCrea (Eds.), *Intergenerational programs: Past, present, and future* (pp. 55-80). Oxford, UK: Taylor & Francis.
- Newman, S., & Hatton-Yeo, A. (2008). Intergenerational learning and the contributions of older people. *Ageing Horizons*, 8, 31-39.
- Oberg, B-M. (2007). Meeting the other: A way of fighting age discrimination? A discussion circle with young and old participants in Sweden. *Journal of Intergenerational Relationships*, 5 (2), 1-19.

- Ornelas, J. (1997). Psicologia Comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, 3, (XV), 375-388.
- Perista, P., & Baptista, I. (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – Conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. *Forum Sociológico [Online]*, 20, 1-11. DOI : 10.4000/sociologico.165
- Pettigrew, T. F. (1998). Intergroup contact theory. *Annual review of psychology*, 49(1), 65-85.
- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2006). A meta-analytic test of intergroup contact theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90(5), 751-783.
- Pettigrew, T. F., Tropp, L. R., Wagner, U., & Christ, O. (2011). Recent advances in intergroup contact theory. *International Journal of Intercultural Relations*, 35(3), 271-280.
- Pinto, T. A., Hatton-Yeo, A., & Marreel, I. (2009). *Guia de Ideias para Planear e Implementar Projectos Intergeracionais*. Rääma Young People Union Youth: Estónia
- PORDATA. (2014a). *Emprego e mercado de trabalho*. Retirado de <http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Emprego+e+Mercado+de+Trabalho-3>
- PORDATA. (2014b). *Condições de vida e rendimento das famílias*. Retirado de <http://www.pordata.pt/Tema/Europa/Condicoes+de+Vida+e+Rendimento+das+Familias-31>
- Quintas, S. (2010). *Percepção de técnicos e indivíduos “sem-abrigo”: Histórias ocultas de uma realidade do Porto*. Manuscrito não publicado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Rappaport, N., Alegria, M., Mulvaney-Day, N., & Boyle, B. (2008). Staying at the table: Building sustainable community-research partnerships. *Journal of Community Psychology*, 36(6), 693-701.
- Rodrigues, E. V. (2000). O Estado-providência e os processos da exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 10, 173-200.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, 9, 63-101.
- Sommer, K. L., & Rubin, Y. S. (2005). Role of social expectancies in cognitive and behavioral responses to social rejection. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hoppel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 171-183). Psychology Press: New York.
- Sousa, F., & Almeida, S. M. D. (2001). E se perguntássemos aos Sem-Abrigo?! Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa. *Análise psicológica*, 19(2), 299-312.
- Souza, E. M., & Grundy, E. (2007). Intergenerational interaction, social capital and health: Results from a randomised controlled trial in Brazil. *Social Science & Medicine*, 65(7), 1397-1409.
- Springate, I., Atkinson, M. and Martin, K. (2008) *Intergenerational Practice: a Review of the Literature* (LGA Research Report F/SR262). Slough: NFER.
- Twenge, J. M., & Baumeister, R. F. (2005). Social exclusion increases aggression and self-defeating behavior while reducing intelligent thought and prosocial behavior. In D. Abrams, M. A. Hogg, & J. M. Marques (Eds), *The social psychology of inclusion and exclusion* (pp. 27-48). Psychology Press: New York.

- VanderVen, K. (1999). Intergenerational theory: The missing element in today's intergenerational programs. *Child & Youth Services, 20*(1-2), 33-47.
- Weir, M., Goode, R., & McDonald, A. (2010). Midlothian befrienders' cross-generational networking across the school community divide to build social capital. *Journal of Intergenerational Relationships, 8*(1), 69-78. doi: 10.1080/15350770903520684
- Williams, Forgas, Hippel & Zadro, (2005). The social outcast: An overview. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hippel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 1-16). Psychology Press: New York.
- Williams, K. D., & Zadro, L. (2005). Ostracism: The indiscriminate early detection system. In K. D. Williams, J. P. Forgas, & W. Hippel (Eds), *The social outcast. Ostracism, social exclusion, rejection, and Bullying* (pp. 19-34). Psychology Press: New York.
- Witkin, B. R., & Altschuld, J. W. (1995). *Planning and conducting needs assessments: A practical guide*. SAGE Publications: USA.
- World Health Organization (2002). *Active ageing: A policy framework*. Geneva: World Health Organization.
- Zimmerman, M. (2010). Natural mentors, mental health, and risk behaviors: A longitudinal analysis of African American adolescents transitioning into adulthood. *American journal of community psychology, 46*(1-2), 36-48.
- Zimmerman, M. A., Bingenheimer, J. B., & Notaro, P. C. (2002). Natural mentors and adolescent resiliency: A study with urban youth. *American journal of community psychology, 30*(2), 221-243.

Anexos

Anexo A - Guião do grupo dos jovens

Áreas	Perguntas
Redes sociais – que tipos de relacionamentos têm habitualmente	<ol style="list-style-type: none">1. Gostava que me contassem um pouco sobre as vossas relações com as outras pessoas. Com quem se relacionam no dia-a-dia?2. Vocês mantêm relações com pessoas mais velhas (até aos 30 anos)?
Relações intergeracionais – percepções sobre as gerações e seus contributos	<ol style="list-style-type: none">3. O que acham sobre as pessoas mais velhas/seniores?4. O que acham que as pessoas mais velhas podem vos ensinar/ transmitir?5. O que acham que vocês podiam ensinar/ transmitir às gerações mais velhas?6. O que acham que podia ser diferente na vossa vida se tivessem um amigo mais velho com quem trocar aprendizagens e experiências de vida?¹
Atividades intergeracionais	<ol style="list-style-type: none">7. Que projetos/ atividades é que se podiam fazer para aproximar as gerações?8. Vocês gostavam de participar ou até ajudar a criar projetos/atividades para promover relações entre essas gerações?9. Se fosse convosco, como gostariam que fossem esses projetos? <i>(Duração? Com quantas pessoas? Com que pessoas?)</i>

¹ Em dois *focus*, em que a discussão não estava muito elaborada, foi introduzida uma pergunta extra entre a questão 6 e 7: *Como é que acham que estas gerações se relacionam hoje em dia?*

Anexo B – Guião do grupo dos séniores

Áreas	Perguntas
Redes sociais – que tipos de relacionamentos têm habitualmente	<ol style="list-style-type: none">1. Gostava que vocês me contassem um pouco sobre as vossas relações no dia-a-dia, com quem se costumam dar?2. Vocês mantêm relações com pessoas mais jovens (até aos 30 anos)?
Relações intergeracionais – percepções sobre as gerações e seus contributos	<ol style="list-style-type: none">3. O que acham sobre os jovens?4. O que acham que os jovens adultos podem vos ensinar/ transmitir?5. O que acham que vocês podiam ensinar/ transmitir às gerações mais novas?6. O que acham que podia ser diferente na vossa vida se tivessem um amigo jovem com quem trocar aprendizagens e experiências de vida?
Atividades intergeracionais	<ol style="list-style-type: none">7. Que projetos/ atividades é que se podiam fazer para aproximar as gerações?8. Vocês gostavam de participar ou até ajudar a criar projetos/atividades para promover relações entre essas gerações?9. Se fosse convosco, como gostariam que fossem esses projetos? <i>(Duração? Com quantas pessoas? Com que pessoas?)</i>

Anexo C – Guião do grupo dos técnicos

Áreas	Perguntas
Redes sociais – que tipos de relacionamentos têm habitualmente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é a vossa opinião sobre as relações sociais do tipo de população com que trabalham (carências socioeconómicas)? 2. Têm conhecimento de programas/projetos que se preocupem com as relações sociais e intergeracionais destas pessoas?
Relações intergeracionais – perceções sobre as RI e seus benefícios	<ol style="list-style-type: none"> 3. Têm conhecimento sobre práticas intergeracionais e os benefícios das PI? <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">Introduzir diálogo sobre benefícios das relações intergeracionais¹</div> 4. O que acham das práticas intergeracionais em relação a este tipo de população? Que aspetos positivos poderiam trazer para os jovens e para os seniores?
Atividades intergeracionais	<ol style="list-style-type: none"> 5. Que tipo de projetos ou atividades intergeracionais podiam existir para fortalecer as relações intergeracionais destas populações? 6. Em que tipo de organizações, associações? Que agentes sociais poderiam promover esses projetos?

¹A nível geral, os programas intergeracionais demonstram benefícios para os jovens (ex.: aumento da autoestima, do otimismo e das redes sociais), para os seniores (ex.: desenvolvimento de competências, aumento da autoestima, da motivação e das redes sociais) e para as comunidades (ex.: aumento do sentido de comunidade e da coesão social, quebra de barreiras e estereótipos).

Em relação a programas intergeracionais com grupos de populações em risco, resultados comprovam que adolescentes de alto risco (minorias étnicas, jovens institucionalizados, jovens em situação de sem-abrigo) que mantêm relações próximas com adultos (mentores não parentes) demonstram uma série de resultados positivos, relacionados com a: **realização escolar, situação de vida, bem-estar emocional, relações interpessoais, estratégias de coping, funções adaptativas dos jovens e a sua resiliência**. Um programa intergeracional realizado numa comunidade de baixos rendimentos demonstrou efeitos positivos em aspetos do capital social, como nas **perceções de honestidade, prestabilidade dos vizinhos, estado de saúde e melhoria das relações familiares**.

Em Portugal, existem algumas práticas intergeracionais que se baseiam sobretudo no contacto entre seniores em lares ou centros de dia e crianças em infantários, levando as crianças aos lares ou os idosos às escolas, bem como, atividades organizadas pelas escolas com os alunos e os avós.

Anexo D – Quadro com (sub)categorias, definições e exemplos.

(Sub) Categorias	Definição	Exemplos
1. Redes sociais		
1.1. Família	Relações dentro da própria família.	<i>“Creio que sejam muito as redes familiares, creio que seja muito familiar.” (Técnica)</i>
1.2. Vizinhos/ Conhecidos	Relações entre a vizinhança e pessoas conhecidas.	<i>“Mas, dou-me bem com os vizinhos todos do meu prédio, até hoje.” (Sénior, mulher)</i>
1.3. Amigos/ Colegas	Relações com amigos, colegas da escola ou do trabalho.	<i>“Família é umas amigas do meu coração, que é umas moças que moram ali, não me deixam, se eu não apareço telefonam-me logo.” (Sénior, mulher)</i>
1.4. Famílias multigeracionais devido à crise económica	Devido à crise e à dependência económica dos filhos, assiste-se à convivência de várias gerações a viverem em comum.	<i>“O que nós vemos muito aqui nesta zona é que os filhos adultos já com filhos muitas vezes vivem em casa dos pais.” (Técnica)</i>
1.5. Melhores relações fora da família	As pessoas dão-se melhor com pessoas que sejam de fora da família. Não se dão bem com os familiares.	<i>Exatamente dou-me muito bem com os de fora do que com os da própria família. Sinto-me bem. (Jovem, homem)</i>
1.6. Falta de redes e de RI	Poucas redes sociais e ou intergeracionais, para além da família.	<i>“Eu não tenho muitos amigos mais velhos. Tenho a minha mãe, os meus avós. Tenho pessoas conhecidas, agora amigos que troque ideias não, falo com a minha mãe e os meus avós, e nem sempre.” (Jovem, mulher)</i>
1.7. Falta de solidariedade	Falta de entreaajuda e solidariedade entre as pessoas. As pessoas vivem voltadas para si.	<i>“Não se ajudam, as pessoas não se ajudam hoje em dia.” (Jovem, mulher)</i>
1.8. Etnias separadas	Existência de várias etnias e comunidades, existindo uma separação entre elas, e uma falta de identificação e sentido comunitário.	<i>“Entre as mesmas idades e as mesmas etnias também, os cabo verdianos com os cabo verdianos, os guienenses com o guienenses, não gostam muito de misturas.” (Técnica)</i>
2. Crenças sobre os jovens		
2.1. Desorientados/ frustrados	Os jovens andam frustrados e sem perspetivas, devido sobretudo à falta de trabalho/ oportunidades e podem “descarrilar”.	<i>“Eu acho que os jovens atualmente têm uma grande frustração, que parte do facto de chegarem sempre ao mesmo ponto, que é a falta de trabalho.” (Sénior, mulher)</i>
2.2. Falta de atenção e supervisão parental	Os jovens têm falta de atenção/ supervisão, devido ao horário de trabalho dos pais, ficam mal-educados e têm comportamentos para chamar a atenção.	<i>“Não têm respeito por ninguém, porque os pais não conseguem transmitir isso para os filhos, porque hoje em dia ocupam-se mais em trabalhar para lhes poderem dar de comer do que para poder estar com eles e ensinar-lhes como é que as coisas realmente são.” (Jovem, Mulher)</i>
2.3. Más companhias, rebeldia e vandalismo	Os jovens têm comportamentos de rebeldia, vandalismo e atividades ilícitas, deixam-se levar pelas más companhias.	<i>“Uns andam numa vida mais voltada para o vandalismo.” (Sénior, homem)</i>
2.4. Deseducados/ desrespeitosos	A geração jovem “está podre”, “não vale nada”, não respeitam as pessoas mais velhas, nem ninguém, não são responsáveis.	<i>“Não têm respeito por ninguém, basicamente.” (Jovem, mulher)</i>
2.5. Indiferentes aos séniores	Os jovens não ligam às pessoas mais velhas.	<i>“Não (ligam tanto às pessoas), nem têm pena das pessoas de cabelos brancos.” (Sénior, mulher)</i>

2.6. Falta de conhecimentos	Os jovens são "ignorantes", não aprendem nada, para além do computador.	<i>"Porque eu acho, desculpe eu dizer isto, mas eu acho que estas gerações são ignorantes." (Sénior, mulher)</i>
2.7. Só querem computadores/jogos	Os jovens só querem computadores e jogos, não fazem mais nada, estão "computarizados".	<i>"E o rapaz não tem trabalho, fica no computador de manhã até à noite." (Sénior, mulher)</i>
2.8. Falta de infraestruturas	Faltam infraestruturas de lazer para os jovens (ex. campo de futebol, espaços verdes).	<i>"Eles aqui também não têm nada para se entreterem, não têm espaços verdes, não têm nada." (Sénior, mulher)</i>
2.9. Preguiçosos	Os jovens não querem fazer nada, a não ser divertirem-se.	<i>"Muitos está bem está, só querem andar aí na borga, nas nights." (Jovem, homem)</i>
2.10. Deviam ter outras ocupações	Deviam ocupar os jovens, principalmente os que estão repetidamente no mesmo ano escolar, pois não estão a fazer nada, a não ser desencaminhar/perturbar os mais novos.	<i>"A partir dos 18 anos não são obrigados a estudar, arranjavam uma ocupação para eles. Eu tenho o meu filho na escola e não estou sossegada. Todos os dias tenho o coração aos saltos." (Sénior, mulher)</i>
2.11. Famílias jovens, monoparentais, desempregadas	Os adultos jovens têm famílias jovens, monoparentais a maior parte está no desemprego.	<i>"A maior parte dos nossos pais são pais jovens, a nível de infância, não é, são jovens, agora, muitos não trabalham, vivem de rendimentos, do RSI alguns, outros não sabemos bem do que é que vivem." (Técnica)</i>
2.12. Herdeiros da situação de vida	Os pais jovens já foram beneficiários do apoio social quando eram crianças e agora têm lá os filhos deles. Transmissão da situação de vida.	<i>"Alguns já passaram por aqui, já são pais agora, já foram crianças, já passaram por cá, já fomos educadoras deles, agora já são pais." (Técnica)</i>
2.13. Não são todos iguais	Noção de que nem todos os jovens são maus.	<i>"A gente também não pode meter tudo no mesmo saco. Alguns aproveitam-se outros não." (Sénior, homem)</i>
2.14. Aprendem coisas, não são ignorantes	Não são ignorantes, aprendem coisas, procuram na internet e na escola, só que "se calhar não memorizam tanto".	<i>"Vão à net procuram isto e na escola também, pronto nos livros e essas coisas todas e eles aprendem." (Sénior, mulher)</i>
2.15. Gostam de estar com os séniores	Os jovens também gostam de estar com os séniores.	<i>" (...) que se vê realmente que as pessoas mais jovens que às vezes as pessoas têm ideia que só gostam de estar com pessoas da idade deles, mas não, gostam também de estar com pessoas mais velhas (...)." (Técnica)</i>
3. Perceções sobre o que os jovens podem transmitir		
3.1. Paciência, atenção, esperança	Os jovens transmitem/podem transmitir esperança, atenção, carinho e autoestima.	<i>"Acho que a melhor mensagem que a gente pode passar é que nunca é tarde para fazer aquilo que a gente gosta e aquilo em que a gente acredita." (Jovem, homem)</i>
3.2. Renovação/ convívio saudável	Os jovens remoçam os séniores, torna-os mais alegres, com vontade de conversar, ouvir outras músicas e danças, trazem coisas novas, renovação e ânimo.	<i>"Eu acho que é muito bom, é muito saudável estarmos rodeados de gente mais nova." (Sénior, mulher)</i>

3.3. Ajudar adaptação a novas realidades	Ajudar os sêniores a adaptarem-se a novas realidades, a serem tolerantes com as mudanças e a respeitarem os jovens.	<i>“Sim, de certa forma, ajudá-los a adaptarem-se a estas novas realidades.” (Jovem, homem)</i>
3.4. Conhecimentos	Os jovens podem transmitir conhecimentos e ensinar coisas que aprenderam também.	<i>“Podem ensinar várias coisas. No meu tempo e no tempo dos mais velhos, havia coisas que a nós não dávamos na escola, são coisas que nós desconhecemos e isso eles podem nos transmitir.” (Sênior, homem)</i>
3.5. Tecnologia	Os jovens podem ensinar os sêniores a nível de tecnologia, como por exemplo, computadores, redes sociais, internet, telemóveis, multibanco.	<i>“A fazer pagamentos, mesmo no telemóvel, há pessoas de idade que têm telemóvel, mas pronto, sabem atender e sabem desligar ou gravar um número, ajudar na tecnologia vá.” (Jovem, mulher)</i>
3.6. Nada	Os jovens não têm nada para transmitir, ou nada de bom.	<i>“Hoje em dia os jovens não transmitem nada. Transmitem mesmo só coisas más.” (Sênior, homem)</i>
4. Crenças sobre os sêniores		
4.1. Não compreensão do recurso à violência	Os sêniores não concordam com o fato de os pais não baterem/não poderem bater nos filhos, pois faz parte da educação, e por isso as crianças são mal-educadas.	<i>“Hoje em dia, um pai dá uma chapada num filho, vai preso. É a coisa que eu mais intolero é um pai não poder dar educação ao filho.” (Sênior, homem)</i>
4.2. Solidão	Os idosos vivem mais sozinhos, são mais solitários e carentes de atenção.	<i>“Uma coisa que eu reparo muito é que as pessoas com quem eu lido mais velhas têm muita carência.” (Jovem, mulher)</i>
4.3. Atraem maior respeito, mas têm que se dar ao respeito	Tem-se maior respeito pelos mais velhos. Mas, os mais velhos também têm que se dar ao respeito. Têm que saber falar com os mais novos, pois assim eles respeitam e aceitam.	<i>“E na minha opinião, eu respeito o idoso que me respeita. Porque é assim há termos, claro que não vou agredir um idoso, mas se tiver que falar também falo, é essa a minha opinião.” (Jovem, mulher)</i>
4.4. Experiência de vida	Noção de que os sêniores já viveram muito, têm muita experiência e sabedoria.	<i>“Eu acho que, basicamente, normalmente as pessoas mais velhas são as pessoas mais sábias, que mais passaram na vida.” (Jovem, homem)</i>
4.5. Outros tempos, outra mentalidade	Os sêniores têm uma mentalidade diferente, pelo tempo em que viveram. Estão “presos” ao passado, não se adaptam à realidade.	<i>“E que antigamente as coisas não eram como são hoje em dia. E depois há pessoas que não se conseguem mentalizar disso.” (Jovem, homem)</i>
4.6. Voltam a ser crianças	Ideia de que chegando a uma certa idade, os sêniores voltam a ter comportamentos de crianças.	<i>E costuma-se dizer às vezes, quando se chega a essa idade, volta, é como se fosse uma criança, comportam-se como se fossem uma criança. (Jovem, mulher)</i>
4.7. Conflituosos	Os sêniores são conflituosos porque acham que têm razão em tudo e intrinsecam-se muito na vida dos outros.	<i>“ (...) as pessoas mais velhas são um bocado conflituosas, no sentido em que se metem muito na vida uns dos outros, pronto.” (Jovem, homem)</i>
4.8. Problemas de saúde	Perceção sobre o estado de saúde, físico e mental. Doenças.	<i>Eu ando com a cabeça muito fraca. (Sênior, mulher)</i>
4.9. Aceitação da diversidade	Existe uma preocupação dos sêniores em demonstrarem que aceitam as pessoas africanas e que se dão bem com elas.	<i>“Mas vou dizer, não é por eles estarem aqui, mas dou-me melhor com os africanos do que me dou com os brancos. São muito bons e amigos a respeitar uma pessoa.” (Sênior, mulher)</i>
4.10. Atitudes contra os jovens	Os sêniores também têm atitudes contra os jovens, pensam mal deles e tratam-nos mal.	<i>“Sim, mas os velhos também tratam mal os novos, que eu já cheguei a assistir.” (Jovem, mulher)</i>

4.11. Baixa escolaridade	Os sêniores têm/tiveram baixa escolaridade.	<i>"Eu mal comecei a trabalhar muito novinha. Eu só fiz a quarta classe porque tive que sair para trabalhar."</i> (Sênior, mulher)
4.12. Sustentam a família	Devido ao desemprego, são os sêniores que sustentam a família, com trabalho ou pensões	<i>"É, as pensões, muitas vezes as pensões dos idosos é que acabam por ser o suporte, e os RSI."</i> (Técnica)
5. Perceções sobre o que os sêniores podem transmitir		
5.1. Conselhos	Os sêniores podem aconselhar e orientar os jovens.	<i>"Não sei, se calhar desviar a gente de maus caminhos."</i> (Jovem, mulher)
5.2. Vivência	Os sêniores podem transmitir a sua experiência de vida, porque têm mais vivência e sabedoria.	<i>"Sofreram mais do que nós para terem as coisas, e vão-nos ensinando."</i> (Jovem, mulher)
5.3. Conhecimentos	Os sêniores podem transmitir conhecimentos, coisas que sabem fazer ou como as coisas eram antigamente.	<i>"Falar como é que era antigamente, coisas que a gente, mais novos, não sabe como eram antigamente."</i> (Jovem, homem)
5.4. Valores	Os sêniores podem transmitir valores, como respeito, e educação.	<i>"A serem educados e a terem respeito pelas pessoas mais novas e mais velhas."</i> (Sênior, homem)
5.5. Bons exemplos	Os mais velhos devem transmitir bons exemplos, não podem falar mal.	<i>"Temos que lhes dar boa educação, não se pode faltar ao respeito assim, depois ela vai aprender e manda para ti também."</i> (Sênior, homem)
5.6. Maus exemplos	Aprendizagem a partir dos erros e dos maus exemplos dos sêniores.	<i>"É em relação ao que eu aprendi com os mais velhos, eu aprendia mais, não eles a transmitirem-me, a falarem dos seus erros, mas sim eu a vê-los a errar, era mais isso do que eles a falarem para mim."</i> (Jovem, homem)
5.7. Tudo	Ideia de que os sêniores podem transmitir "tantas coisas", "tudo" aos jovens, porque já sabem e já viveram mais.	<i>"Acho que tudo, em geral, eles podem vir a ensinar."</i> (Jovem, mulher)
6. Perceções sobre as RI		
6.1. Gerações distantes	Gerações vivem em "mundos diferentes", havendo faltas de respeito e diferenças entre as gerações que dificultam a interação. Não há ligação, há um "choque de gerações".	<i>"Acho que há uma grande distância entre os jovens e os idosos. Hoje em dia e daquilo que eu acho, é que os jovens e os idosos estão cada vez mais a afastarem-se."</i> (Jovem, homem)
6.2. A sociedade separa as gerações	A sociedade, as atividades e o meio envolvente, separam as gerações e as pessoas pela idade a que pertencem.	<i>"Há uma grande distinção de idades, a própria sociedade divide."</i> (Sênior, mulher)
6.3. Os pais afastam-se dos filhos/ não são assertivos	Por uma questão de conforto, os pais tendem a isolar as crianças e a não usar a assertividade. Não sabem dizer não.	<i>"Acima de tudo, eu acho que aos adultos, por uma questão de conforto, não é, do seu próprio conforto pessoal e de não se sentirem incomodados, os adultos não usam da assertividade que deveriam usar."</i> (Técnica)
6.4. Importantes para a resiliência	É nas RI familiares, entre pais e filhos, e com a assertividade dos pais, que se começa a construir a resiliência para lidar com a frustração e construir relações no futuro.	<i>"A questão da resiliência é fundamental e constrói-se com estas coisas, é esta mesma resiliência que depois nos permite interagir, estabelecer relações intergeracionais, construir relações de trabalho, aceitar a frustração, a grande dificuldade em lidar com a frustração, não é."</i> (Técnica)
6.5. Importantes o capital social	Importância das RI para a transmissão do conhecimento, para o desenvolvimento, coesão	<i>"Sublinhar a questão de desenvolver uma identidade local, e o facto de desenvolver o sentido de solidariedade necessário para poder catapultar, e todo o capital social que</i>

	social, identidade local e sentido de solidariedade.	<i>subjaz no fundo ao que se entende por diálogo intergeracional. “ (Técnica)</i>
6.6. Diferenças culturais	A nível da entreajuda entre as pessoas e do respeito pelos mais velhos.	<i>“E ajudam-se até eles (as etnias africanas) terem-se constituído aqui, pronto estarem, mais ou menos estabelecidos, mas ajudam-se, isso é, a entreajuda entre eles.” (Técnica)</i>
6.7. Entre várias faixas etárias	Complexidade das RI – o diálogo pode ser feita entre várias faixas etárias.	<i>“Porque nós podemos pôr pessoas de 30 anos a interagirem com pessoas com 15 e estamos a falar de diálogo intergeracional, ainda que o diálogo intergeracional seja defendido como mais novos e mais velhos, não é, mas pronto.” (Técnica)</i>
7. Atitudes face às atividades intergeracionais		
7.1. Benefícios psicológicos	Benefícios emocionais e cognitivos. Autoestima, autoconceito, proximidade, afeto, validação, contribuição/transmissão, força, consciência, novas perspetivas.	<i>“Acredito que haja ganhos significativos, seja ao nível da autoestima, principalmente a autoestima, mais dos adultos de for o caso, dos jovens também porque estão a dar um contributo á sociedade, desenvolvimento do autoconceito (...)” (Técnica)</i>
7.2. Benefícios para a saúde	Os benefícios dos PI têm um forte impacto na saúde das pessoas.	<i>“A nível da doença certamente tem contributos fabulosos, porque a questão do estar, do partilhar, o toque que é uma coisa tão fulcral.” (Técnica)</i>
7.3. Benefícios sociais	Contribuição para o desenvolvimento do <i>ethos</i> participatório, sentido de comunidade, integração, inclusão, diversidade, sustentabilidade e <i>empowerment</i> .	<i>“Estes programas permitem fazer, chegar aqueles que são mais difíceis muitas vezes de alcançar, aquelas faixas que se isolam particularmente. “ (Técnica)</i>
7.4. É difícil juntar as gerações	Noção de que é "difícil" e "complicado" aproximar as gerações. É uma "utopia", um "bico-de-obra", as pessoas "não estão a ver" que atividades se poderiam fazer em conjunto, porque as gerações têm interesses diferentes.	<i>“Eu acho que mesmo, arranjando pronto programas para fazer com as duas faixas etárias ia haver sempre cada um para seu lado, não penso, acho que não dava mesmo para juntá-los.” (Jovem, mulher)</i>
7.5. Falta de interesse dos jovens	Ideia de que os jovens não aceitam, não querem ouvir nem estar com os séniores.	<i>“A maioria não quer. Eles acham que são mais espertos, são mais jovens, são mais inteligentes, são mais tudo, e vivem numa bolha daquela geração.” (Sénior, mulher)</i>
7.6. A barreira da participação	As pessoas não querem participar, a comunidade não participa, talvez apenas núcleos muito pequenos.	<i>“Esta comunidade é muito fechada, não gosta de participar, temos muita dificuldade com isso. “ (Técnica)</i>
7.7. Desmotivação dos técnicos	As técnicas não sabem o que fazer mais, devido ao problema da participação da comunidade. Sentem-se desmotivadas e sem perspetivas.	<i>“Tentamos sempre ter projetos que envolvam e meter as crianças com os mais velhos, mas não sabemos mais o que é que havemos de fazer, estamos mesmo sem perspetivas.” (Técnica)</i>
7.8. Participação favorável	Posição positiva sobre a participação em atividades futuras.	<i>“Da minha parte, eu gosto de conviver, gosto de ter amigos, gosto de arranjar novos amigos. “ (Sénior, mulher)</i>
8. Atividades intergeracionais		
8.1. Não chegam a todos	Noção de que já existem atividades, mas não chegam a todos, são para um pequeno grupo.	<i>“Eu acredito que atividades já decorram, existem, a questão é que não chegam à população, a população em geral não tem conhecimento.”</i>
8.2. Sugestões:		
8.2.1. Adaptar boas práticas	Considerar boas práticas de outras áreas para desenvolver nesta.	<i>“Todos nós conhecemos ferramentas de boas práticas que estão a decorrer e que funcionam noutras áreas, é uma questão de puxarem para esta e considerarem</i>

		<i>também como uma mais-valia (...)” (Técnica)</i>
8.2.2. Sensibilização e divulgação	Necessidade de uma maior sensibilização para a questão intergeracional e divulgação das iniciativas.	<i>“Acho que falta um bocadinho a parte da sensibilização, não é, o que é que é, nós técnicos sabemos, somos obrigados a lidar com isso.” (Técnica)</i>
8.2.3. Redes sociais/plataforma digital	Usar as redes sociais de forma mais ativa, criar uma plataforma digital onde estejam registados todos os projetos.	<i>“ (...) inclusive pode ser criada uma plataforma que desafie todas as pessoas que fazem ações a nível intergeracional que lhes reportem, uma plataforma neste sentido (...)” (Técnica)</i>
8.2.4. Spot publicitário dos PI	Criar um spot publicitário sobre a importância das RI e os projetos desenvolvidos.	<i>“Os média oficiais, deveriam ter uma faixa, não sei em que termos, nem como, mas pontual, de alerta para estes programas (...)” (Técnica)</i>
8.2.5. Recuperação do espaço	Atividades para a apropriação e recuperação do espaço exterior.	<i>“ (...) envolver jovens e não só, estabelecer programas intergeracionais de recuperação de espaço exterior é fundamental. Até porque depois há uma responsabilização por aquele espaço” (Técnica)</i>
8.2.6. Atividades de interesses em comum		
8.2.6.1. Ao ar livre	Atividades que envolvam caminhar, passear, andar de bicicleta, ao ar livre	<i>“Apanha de lixo na praia, por exemplo, ou na mata” (Sénior, mulher)</i>
8.2.6.2. Convívios	Convívios através de festas, bailes, jantares lanches ou almoços.	<i>“Aqueles convívios que há em que juntam-se as pessoas, há um almoço, um jantar, ou um passeio.” (Jovem, homem)</i>
8.2.6.3. Desportos	Jogos de desporto que envolvam atividade física, por exemplo, futebol, voleibol, basquetebol, badmington, natação.	<i>“Jogos de voleibol com juniores e séniores, futebol salão, onde entrasse velhos e novos, tudo ali a conviverem uns com os outros. É uma coisa boa.” (Jovem, mulher)</i>
8.2.6.4. Jogos de mesa	Jogos de tabuleiro, cartas, dominó, matraquilhos, ping-pong, setas, torneios	<i>“Jogar às cartas, às damas, para tentar aproximá-los mais, conviver mais com eles, jogar com eles, para eles nos ensinarem muita coisa, estar ali a conviver com eles.” (Jovem, homem)</i>
8.2.6.5. Voluntariado	Voluntariado, dos jovens aos séniores, ou feito em conjunto por ambos aos animais ou em relação ao ambiente (limpar matas/praias).	<i>“Ocorre-me por exemplo uma atividade que poderia juntar mais jovens e menos jovens que é cuidar de animais, visitas aos canis.” (Sénior, mulher)</i>
8.2.7. Troca de aprendizagens		
8.2.7.1. Ateliers	Ateliers de troca de saberes, como, trabalhos manuais, costura, pintura, danças, informática.	<i>“Pois. Danças, atelier de costura, atelier de pintura, atelier de fazer trabalhos manuais.” (Jovem, mulher)</i>
8.2.7.2. Tecnologia	Atividades de informática.	<i>“Dar formação às pessoas mais velhas como forma de saberem mexer com os computadores também (...)” (Jovem, homem)</i>
8.2.7.3. Jardinagem	Aprender/ ensinar sobre jardinagem.	<i>“Limpar, cultivar as flores, é giro. Os mais novos aprendem com os mais velhos, eles sabem, eles sabem essas coisas todas.” (Sénior, mulher)</i>
8.2.7.4. Culinária	Aprender/ ensinar culinária, novas receitas.	<i>“Atividades de cozinha por exemplo, por os idosos a cozinhar com os mais novos.” (Sénior, mulher)</i>
8.2.7.5. Português	Aprender/ ensinar português.	<i>“Olha ensinam-me a falar.” (Sénior, mulher)</i>
8.2.8. Troca de ideias e experiências	Atividades que envolvam troca de ideias, informações, experiências de vida, como debates e transmissão de histórias de vida.	<i>Eu acho que podia-se fazer projetos sociais para jovens e idosos, para trocarem ideias, experiência, projetos pela igualdade de todos, não sei, projetos para quem mais precisa. (Jovem, homem)</i>

8.2.9.	Em pequena escala	Os programas/atividades devem ser realizadas em pequenos grupos.	<i>“Porque um grupo pequeno dá sempre para nos aproximarmos mais se calhar, se for grande dispersamos um bocado a atenção, pronto, por várias pessoas não é.” (Jovem, homem)</i>
8.2.10.	Atividades práticas e dinâmicas	As atividades devem ser práticas e dinâmicas, "meter a mão na massa", em vez de estarem parados numa sala.	<i>“Para participar numa coisa destas gostaria que fosse sempre uma coisa qualquer ativa, na prática, o chamado para meter a mão na massa.” (Sénior, mulher)</i>
8.2.11.	Diversidade	As atividades devem envolver toda a gente, de várias culturas e de vários sítios, devem ser inclusivas.	<i>“Acho que seria interessante era reunir pessoas não todas do mesmo sítio, para assim poderem diversificar as ideias e várias culturas que elas possam ter, várias experiências também.” (Jovem, mulher)</i>
8.2.12.	Preferências diferentes entre sexos	Diferenças de gostos nas atividades, entre homens e mulheres.	<i>“Tudo o que fosse assim mais soft, mais feminino para as mulheres, tudo o que fosse direcionado a jogos, futebol, ping-pong, isso é mais os homens que gostam.” (Jovem, mulher)</i>
8.2.13. Duração:			
8.2.13.1.	Depende da atividade	A duração semanal das atividades depende do tipo de atividade.	<i>“É assim se for jardinagem tem que ser pelo menos dia sim, dia não, porque as plantas têm que ser regadas, etc. Se for cozinha se calhar uma vez por semana já dá. Depende da atividade.” (Sénior, mulher)</i>
8.2.13.2.	Duas vezes por semana	A duração semanal das atividades deveria ser duas vezes por semana, 1 hora cada sessão.	<i>“Eu acho que uma vez, uma não, talvez duas vezes por semana, para aí uma hora cada sessão.” (Jovem, homem)</i>
8.3. Exemplos reais:			
8.3.1.	Marchas populares	Atividades de preparação para as marchas envolvem convívio e troca de conhecimentos, danças, cantar, coser, trabalhos manuais.	<i>É, já há uma mistura de idades e de conhecimentos, porque os jovens aprendem não só a dançar como a fazer as outras atividades, coser, colar os carros alegóricos, nas roupas e isso tudo.” (Sénior, mulher)</i>
8.3.2.	Ações pontuais das instituições	Atividades pontuais nas instituições, como comemorações festivas.	<i>Casos pontuais sim, por exemplo houve um ano em que juntámos os avós e os netos e comemorámos o dia dos avós, mas sim, são coisas pontuais.” (Técnica)</i>
8.3.3.	Ações entre lares/centros de dia e escolas	Projetos de intercâmbio entre lares/centros de dia/apoio domiciliário e infantários/ATL.	<i>“Há certas instituições que têm (...) muito mais esse trabalho de juntar, por exemplo, quem tem centros de dia tem muito mais possibilidade de fazer este intercâmbio entre a parte sénior e a parte da infância.” (Técnica)</i>
8.3.4.	Comunidades intergeracionais	Comunidades intergeracionais onde gerações mais novas e mais velhas vivem em comum, em lares de idosos e de infância ou infantários.	<i>“ (...) “Montes de vida”, no Lousado, tem famílias de acolhimento, (...) tem lar de infância e juventude, tem infantário e tem lar de idosos, tudo no mesmo espaço, portanto, e é assim uma coisa, digo-vos, fantástica de conhecer, porque estão todos a viver em comunidade. (Técnica)</i>
8.3.5.	Projetos institucionais	Projetos nas instituições e em parcerias com várias instituições.	<i>“Há projetos de outras instituições, às vezes tem a ver com esta questão outras vezes não, mas em Almada há muitos projetos e muitas iniciativas e nós somos parceiros de alguns (...)” (Técnica)</i>
8.3.6.	Tertúlias	Atividades baseadas em tertúlias sobre um tema.	<i>“Ou por exemplo tertúlias, há muitas tertúlias, desde pegar-se num tema e as pessoas falarem abertamente sobre esse tema”. (Técnica)</i>
8.3.7.	Projeto recolha de histórias de vida	Projeto sobre a violência nos idosos, baseado em recolha de histórias de vida, dos jovens aos idosos.	<i>“ (...) nas escolas secundárias, (...) os estudantes, (...) recolheram histórias de vida dos idosos, (...) foi debater estas questões da igualdade, da violência, das diferenças que existem entre homens e mulheres aplicada à população sénior (...).” (Técnica)</i>

8.3.8. Prática escolar-pesquisa de memórias	Prática escolar que envolve a pesquisa de memórias por parte dos jovens, junto às pessoas mais velhas.	<i>“Uma outra coisa que faço na minha prática é construir atividades de modo a que eles possam fazer pequenas pesquisas, (...) mas têm que interagir com uma pessoa mais velha, portanto, têm que ir à procura daquilo que é a memória” (Técnica)</i>
8.3.9. Alunos de informática ensinam séniores	Voluntariado de alunos que ensinavam informática a um grupo de idosos da junta de freguesia.	<i>“Recordo uma turma que tinha aulas de informática e nos primeiros anos eles aprenderam a funcionar e no terceiro ano um grupo de 6 saía duas vezes por semana da escola e ia ensinar um grupo de idosos da junta de freguesia de Almada (...)” (Técnica)</i>
8.3.10. Ações entre as UTI e a comunidade local	Ações pontuais entre as Universidades de Terceira Idade e as comunidades locais.	<i>“Há um conjunto de universidade de terceira idade que fazem alguns programas com as comunidade locais, algumas ações” (Técnica)</i>
8.3.11. Ações da CM	Ações desenvolvidas pela câmara municipal.	<i>“A câmara municipal de Almada, creio que também tem um conjunto de ações que de vez em quando vêm publicitadas na sua agenda, que também têm essa particularidade.” (Técnica)</i>
8.3.12. Dinâmica da resolução do erro	Exemplo de uma dinâmica que envolvia a definição de um erro e os passos para o solucionar.	<i>“Por exemplo eu conheço uma pessoa e ela fala-me de um erro que gostava de melhorar (...) e por acaso a questão dele era que ele não falava muito com os seus avós, (...) e a gente tinha que fazer os passos para tentarmos atenuar esse erro.” (Jovem, homem)</i>
8.4. Agentes:		
8.4.1. O papel dos <i>média</i>	Os <i>média</i> têm um papel importante na transmissão de programas que ajudem as gerações e que as aproximem.	<i>“Exatamente, e para além disso o papel dos média é fundamental, dos media oficiais, particularmente, sim.” (Técnica)</i>
8.4.2. O papel das associações	As associações têm que se repensar e mudar a sua atuação, ter uma visão proactiva, porque as pessoas têm outro tipo de necessidades.	<i>“ (...) estas pessoas não vão só à procura, estas pessoas também têm coisas para dar. E isto implica que a associação seja tão capaz e inteligente no sentido de poder perceber o que é que esta população trás, não é.” (Técnica)</i>
8.4.3. Grupos de jovens	Os espaços jovens devem ter atividades vocacionadas para intergeracionalidade.	<i>“Temos aqui dois espaços jovens, eles é que deviam ter ideias e por isso em andamento, pois.” (Técnica)</i>
8.4.4. Os avós	Os avós é que podem ensinar as crianças a serem mais próximas dos séniores porque as crianças estão a passar outra vez mais tempo com os avós, devido à crise económica.	<i>Os avós é que podem agora ensinar outras gerações que é para a próxima geração ser mais próxima dos pais. (Técnica)</i>
8.4.5. Câmaras e juntas	As câmaras e as juntas têm um poder maior para promover projetos.	<i>“As câmaras, as juntas, têm que ser instituições que tenham um poder maior.” (Técnica)</i>
9. Outros		
9.1. Falta de atividades	Falta de atividade e convívio, não ter nada para fazer, passar o tempo todo em casa.	<i>“Sim, normalmente, venho de segunda a sexta. Depois vou para casa, ligo o televisor e fico lá” (Sénior, homem)</i>